



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

João Gabriel Vieira Bordin

**Condicionantes do conhecimento político:** análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores

Florianópolis

2021

João Gabriel Vieira Bordin

**Condicionantes do conhecimento político:** análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia e Ciência Política.

Orientador: Prof. Julian Borba, Dr.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bordin, João Gabriel Vieira Bordin

Condicionantes do conhecimento político : Análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores / João Gabriel Vieira Bordin Bordin ; orientador, Julian Borba, 2021.  
136 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Conhecimento político. 3. Opinião pública. 4. Instituições políticas. 5. Análise comparada. I. Borba, Julian. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

João Gabriel Vieira Bordin

**Condicionantes do conhecimento político: análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Yan Carreirão, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Ednaldo Ribeiro, Dr.  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Mathieu Turgeon, Dr.  
The University Of Western Ontario (UWO)

Prof. Lúcio Rennó, Dr.  
Universidade de Brasília (UNB)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Sociologia e Ciência Política.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Julian Borba, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2021.

*Para minha amada filha Cecília.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, em particular minha esposa Amanda e minha filha Cecília, que são meu alicerce e a razão mais profunda que move e dá sentido às minhas conquistas.

Em segundo lugar, agradeço aos colegas de doutorado e do grupo de pesquisa do professor Julian Borba pelas oportunidades de diálogo e trocas de ideias.

Agradeço, em especial, ao professor Julian Borba pela generosidade e cordialidade dispensadas durante o tempo de orientação, inclusive no que toca a questões pessoais minhas. Sem ele este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também ao professor Ednaldo Ribeiro pelo auxílio em relação à utilização do software R e à modelagem multinível de dados.

Por fim, agradeço à CAPES pela assistência financeira durante a maior parte do doutorado, sem a qual a pesquisa científica seria impraticável.

## RESUMO

O conhecimento político é uma das áreas temáticas fundamentais dos estudos sobre comportamento político e opinião pública. Desde as pesquisas pioneiras nas décadas de 1940 e 1950, sabemos bastante acerca dos efeitos de características individuais dos eleitores, tais como escolaridade, gênero e interesse, sobre seu nível de conhecimento político. Entretanto, pouco se sabe acerca dos condicionantes contextuais na determinação desse fenômeno. Nosso problema de pesquisa é determinar se e em que medida fatores relacionados ao contexto político, entendido como as instituições políticas formais e o sistema partidário, afetam o nível de conhecimento político dos eleitores, e como essas variáveis interagem com condicionantes de nível micro, modulando seus efeitos. Nossa hipótese central parte da ideia de que a decisão do eleitor de se informar depende dos custos cognitivos associados à complexidade do sistema político, e propõe que quanto mais cognitivamente complexo o contexto político, maior o custo da informação para o eleitor e, portanto, menor o conhecimento político. Além disso, esperamos que a diminuição da complexidade reduza o impacto de recursos pessoais e aumente o impacto de atitudes pró-sistema político na determinação do conhecimento político, mais especificamente a escolaridade e o sentimento de eficácia política interna respectivamente. Testamos essa hipótese com modelos multiníveis utilizando dados de *survey* produzidos pelo *Comparative Study of Electoral Systems* (módulo 4) com amostras nacionais representativas em trinta e sete países. Nossos modelos apontam para efeitos significativos e positivos sobre o conhecimento político de contextos em que há apenas uma casa legislativa, nos quais o eleitor confere um único voto por eleição e onde os partidos são organizações estáveis e enraizadas.

**Palavras-chaves:** conhecimento político; opinião pública; instituições políticas; análise comparada.

## ABSTRACT

Political knowledge is one of the fundamental thematic areas of studies on political behavior and public opinion. Since the pioneering surveys in the 1940s and 1950s, we know a great deal about the effects of individual voter characteristics, such as education, gender and interest, on their level of political knowledge. However, little is known about the contextual conditioning factors in determining this phenomenon. Our research problem is to determine whether and to what extent factors related to the political context, understood as formal political institutions and the party system, affect voters' political knowledge level, and how these variables interact with micro-level constraints, modulating their effects. Our central hypothesis is based on the idea that the voter's decision to obtain information depends on the cognitive costs associated with the complexity of the political system, and proposes that the more cognitively complex the political context, the greater the cost of information for the voter and, therefore, the lower the political knowledge. Furthermore, we expect that the decrease in complexity will reduce the impact of personal resources and increase the impact of pro-political system attitudes in determining the political knowledge, more specifically education and the feeling of internal political effectiveness, respectively. We tested this hypothesis with multilevel models using survey data produced by the Comparative Study of Electoral Systems (module 4) with nationally representative samples in thirty-seven countries. Our models point to significant and positive effects on political knowledge of contexts where there is only one legislative house, where the voter confers a single vote per election, and where parties are stable and rooted organizations.

**Keywords:** political knowledge; public opinion; political institutions; comparative analysis.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo teórico da relação entre contexto e indivíduo.....	35
Figura 2 - Modelo teórico de como os mecanismos contextuais atuam sobre o conhecimento político.....	36
Figura 3 - Esquema da definição conceitual e operacional do conhecimento político.....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do conhecimento político em trinta e sete países do CSES-4.....	51
Gráfico 2 - Distribuição do conhecimento político por país .....	52
Gráfico 3 - Proporção de acerto em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por país .....	55
Gráfico 4 - Média de conhecimento político por IDH.....	56
Gráfico 5 - Distribuição dos scores médios no ICPa por grupos sociais.....	59
Gráfico 6 - Distribuição dos gaps entre os grupos sociais em cada variável de nível micro ...	60
Gráfico 7 – Magnitude dos gaps entre grupos de escolaridade e de eficácia política por país	62
Gráfico 8 – Resíduos dos países com intervalos de confiança .....	65
Gráfico 9 - Conhecimento político por número de casas legislativas .....	69
Gráfico 10 - Porcentagem de acertos em ICPe por grupo de legislativo.....	70
Gráfico 11 - Distribuição da média de conhecimento político por número de casas legislativas .....	71
Gráfico 12 - Distribuição percentual do conhecimento político por sistema eleitoral .....	82
Gráfico 13 - Porcentagem de acertos em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por sistema eleitoral.....	83
Gráfico 14 - Distribuição do percentual de acertos por estrutura de voto e por medida de conhecimento político.....	87
Gráfico 15 - Porcentagem de acertos em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por estrutura de voto.....	88
Gráfico 16 - Interação entre eficácia e sistema eleitoral .....	91
Gráfico 17 – Interação entre eficácia e estrutura de voto .....	92
Gráfico 18 - Gráfico de dispersão entre NEPP e medidas de conhecimento político .....	97
Gráfico 19 - Gráfico de dispersão entre NEPP e conhecimento político por grupo de escolaridade .....	99
Gráfico 20 - Gráfico de dispersão entre NEPP e conhecimento político por grupo de eficácia política .....	99
Gráfico 21 - Gráfico de dispersão entre Índice de Polarização e medidas de conhecimento político .....	102
Gráfico 22 - Gráfico de dispersão entre Índice de Polarização e indicadores 3 e 5 de conhecimento político.....	103

Gráfico 23 - Gráfico de dispersão entre Índice de Institucionalização e medidas de conhecimento político..... 107

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de componentes principais .....	49
Tabela 2 - Média de conhecimento político por número de casas de legislativas e por país ...	70
Tabela 3 - Regressão logística por número de casas legislativas .....	73
Tabela 4 - Regressão linear multinível dos efeitos do número de casas legislativas .....	75
Tabela 5 - Diferenças de complexidade entre sistemas majoritários e proporcionais.....	80
Tabela 6 - Regressão logística dos efeitos da escolaridade e da eficácia por sistema eleitoral	84
Tabela 7 - Regressão logística dos efeitos da escolaridade e da eficácia por estrutura do voto .....	89
Tabela 8 - Regressão linear multinível dos efeitos do sistema eleitoral e da estrutura do voto	90
Tabela 9 - Regressão logística simples dos efeitos do NEPP .....	98
Tabela 10 - Regressão logística simples dos efeitos do NEPP em cada grupo de escolaridade e de eficácia.....	100
Tabela 11 - Regressão logística simples dos efeitos da polarização nos indicadores i3 e i5 .	104
Tabela 12 - Correlação entre escolaridade e eficácia política e índice de polarização nos indicadores i3 e i5.....	105
Tabela 13 - Regressão linear multinível dos efeitos do sistema partidário .....	108
Tabela 14 – Valores previstos das interações em diferentes contextos partidários.....	109
Tabela 15 – Gráficos com interações micro-macro em diferentes contextos de sistemas partidários .....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANES – American National Election Studies

CSES – Comparative Study of Electoral Systems

I1 – Indicador 1 (“Nome do último Ministro das Finanças”)

I2 – Indicador 2 (“Taxa de desemprego”)

I3 – Indicador 3 (“Qual partido chegou em segundo no Congresso na última eleição”)

I4 – Indicador 1 (“Nome do secretário-geral da ONU”)

I5 – Indicador 1 (“Teste de localização ideológica dos dois primeiros partidos”)

ICPa – Índice de Conhecimento Político Amplo

ICPe – Índice de Conhecimento Político Estrito

LAPOP – Projeto de Opinião Pública da América Latina (Barômetro das Américas)

ML – Maximum Likelihood Estimation

NEPP – Número Efetivo de Partidos Parlamentares

OLS – Ordinary Least Squares

REML – Restricted Maximum Likelihood Estimation

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. O CONHECIMENTO POLÍTICO NAS DEMOCRACIAS MODERNAS: O QUE SABEM OU DEVERIAM SABER OS ELEITORES E POR QUE ISSO IMPORTA?..</b>	<b>19</b>
2.1. O MITO DO CIDADÃO SOFISTICADO E O PARADOXO DA DEMOCRACIA ...	19
2.2. OS REVISIONISTAS E A RACIONALIDADE DE BAIXA INFORMAÇÃO .....	26
2.3. O PAPEL DO CONTEXTO NA DETERMINAÇÃO DO CONHECIMENTO POLÍTICO .....	31
2.3.1. Modelo teórico dos efeitos do contexto político .....	33
<b>3. O CONHECIMENTO POLÍTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA .....</b>	<b>39</b>
3.1. O QUE É CONHECIMENTO POLÍTICO E COMO PODEMOS MEDI-LO? .....	39
3.1.1. Da sofisticação política ao conhecimento político: evolução do conceito.....	39
3.1.2. Operacionalização do conceito de conhecimento político .....	41
3.1.3. Base de dados: conhecimento político no módulo 4 do CSES .....	44
3.1.4. Variável dependente: calculando o Índice de Conhecimento Político .....	47
3.2. DISTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO POLÍTICO NOS PAÍSES DO CSES.....	50
3.3. PREDITORES DE NÍVEL MICRO DO CONHECIMENTO POLÍTICO .....	57
<b>4. NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS E CONHECIMENTO POLÍTICO .....</b>	<b>66</b>
4.1. COMPARAÇÃO ENTRE PAÍSES UNICAMERAIS E BICAMERAIS .....	68
4.2. INTERAÇÃO ENTRE NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS, ESCOLARIDADE E EFICÁCIA.....	72
4.3. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DO NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS .....	74
<b>5. SISTEMAS ELEITORAIS E CONHECIMENTO POLÍTICO .....</b>	<b>77</b>
5.1. COMPLEXIDADE DO SISTEMA ELEITORAL E CONHECIMENTO POLÍTICO	81
5.2. ESTRUTURA DE VOTO ÚNICO E CONHECIMENTO POLÍTICO .....	85

5.3. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DA COMPLEXIDADE DOS SISTEMAS ELEITORAIS .....	89
<b>6. SISTEMAS PARTIDÁRIOS E CONHECIMENTO POLÍTICO .....</b>	<b>93</b>
6.1. QUANTIDADE DE OPÇÕES: NÚMERO DE PARTIDOS E CONHECIMENTO POLÍTICO .....	95
6.2. CLAREZA DAS OPÇÕES: POLARIZAÇÃO E CONHECIMENTO POLÍTICO....	101
6.3. PREVISIBILIDADE DAS OPÇÕES: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONHECIMENTO POLÍTICO .....	105
6.4. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DO SISTEMA PARTIDÁRIO.....	107
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE A – INFORMAÇÕES SOBRE AS VARIÁVEIS.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE B – INFORMAÇÕES SOBRE OS PAÍSES .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE C – SCRIPTS DOS MODELOS MULTINÍVEIS .....</b>	<b>129</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de democracia, seja em sua acepção clássica como democracia direta, seja em sua acepção contemporânea como democracia representativa, sempre partiu do pressuposto de que a condição para que este tipo de governo funcione é a existência de cidadãos esclarecidos e participativos. Com base nessa suposição, pensadores e estudiosos da política tanto questionaram quanto exaltaram as virtudes da democracia dependendo da visão que se tinha a respeito da capacidade dos cidadãos de estarem à altura deste ideal. Esse debate é tão antigo quanto a própria ideia de democracia. Apenas recentemente, mais especificamente em fins da primeira metade do século XX, com os avanços nas técnicas modernas de pesquisa opinião e amostragem, a questão deixou o terreno da teoria pura e passou a se situar sobre uma base empírica. À primeira vista, a realidade não se mostrou nada favorável aos defensores de um papel ampliado dos cidadãos na política. As pesquisas pioneiras pintavam um cidadão mal-informado, apático, cujo envolvimento com o processo de decisão política não ia além de suas necessidades e experiências mais imediatas.

Essa imagem negativa do eleitor até hoje assombra a ciência política e levanta perguntas fundamentais para as quais os cientistas ainda procuram respostas. Se o eleitor sabe pouco ou nada sobre política, como ele decide seu voto? Como é possível que a democracia funcione de forma adequada, a despeito da ignorância dos eleitores? O que determina que alguns eleitores sejam mais sofisticados do que outros? Os eleitores são de fato tão ignorantes assim ou essa ignorância é produto de problemas com os nossos dados? Afinal, todo conhecimento importa para a tomada de uma decisão ou é possível que o eleitor tome boas decisões mesmo com um conhecimento limitado? O comportamento e as opiniões dos eleitores seriam diferentes se eles tivessem mais informação? Eventualmente, por diversos caminhos muitos pesquisadores chegaram a conclusões mais otimistas sobre os níveis de conhecimento dos eleitores e suas capacidades. Mas a imagem que ficou, ao fim e a cabo, é de um eleitor no mínimo medíocre, muito aquém do ideal. Essa conclusão tem implicações normativas acerca da qualidade das democracias contemporâneas e o papel que deve ser conferido aos eleitores, o que levou muitos pesquisadores a dar razão aos teóricos pessimistas, que não viam com bons olhos a participação popular e postulavam por uma democracia mais procedimental e minimalista.

Esta pesquisa parte da premissa de que o conhecimento importa e tem consequências significativas em outras dimensões do comportamento político e da opinião pública. Acreditamos que o conhecimento é condição para o eleitor agir e opinar de forma coerente com



suas preferências e valores, de modo que a qualidade da democracia está necessariamente ligada ao nível de sofisticação dos eleitores. Se o conhecimento importa, é fundamental a compreensão de quais fatores estão associados a ele. Desde as pesquisas pioneiras nas décadas de 1940 e 1950, sabemos bastante acerca dos efeitos de características individuais dos eleitores, tais como escolaridade, gênero e interesse, sobre seu nível de conhecimento político. Entretanto, pouco se sabe acerca dos condicionantes contextuais que atuam na determinação desse fenômeno. O problema de fundo desta pesquisa é determinar se e em que medida fatores relacionados ao contexto político, entendido como as instituições políticas formais e o sistema partidário, afetam o nível de CP dos eleitores, e como essas variáveis interagem com condicionantes de nível micro, modulando seus efeitos. Mais especificamente, esta tese está particularmente preocupada em compreender como o nível de complexidade cognitiva associado ao contexto político afeta o nível de conhecimento político dos eleitores.

Para demonstrar a importância do contexto na determinação do conhecimento político, Dalton e Anderson (2011) propõem um exercício mental. Imagine duas pessoas com características idênticas, tais como idade, gênero, escolaridade. Assuma também que elas possuem valores e atitudes idênticas. Se essas duas pessoas estão pensando em votar na próxima eleição, nós esperaríamos que elas tomassem decisões idênticas. Agora imagine que essas duas pessoas vivam em países distintos, com regras eleitorais diferentes e diferentes tipos de partidos. Como essa diferença em termos de contexto político afetaria a decisão dessas duas pessoas idênticas a nível individual? Neste cenário, já não teríamos tanta segurança em esperar um voto idêntico ou mesmo semelhante dos nossos dois eleitores hipotéticos. “People make political decisions and act politically as individuals who are embedded in political contexts that can affect their choices and behaviors” (Dalton e Anderson, 2011: 3). O argumento de fundo desse exercício é que as pessoas não vivem no vácuo, não operam como tomadores isolados de decisões. As pessoas vivem em contextos que estruturam escolhas e fornecem incentivos que são usados em decisões estratégicas. As instituições políticas, portanto, influenciam as estratégias dos atores. Lupia *et al* (2000) denominaram esses fatores externos como “elementos de razão externos” em contraposição aos elementos de razão internos. “External elements of reason are incentive-altering forces outside the body, such as social norms and political institutions, that affect the collection and processing of information” (Lupia, 2000: 13).

Se o comportamento político é influenciado por circunstâncias particulares ao contexto no qual ele emerge, então essa influência só pode ser conhecida mediante um desenho de pesquisa que permita que essas circunstâncias variem. Até duas ou três décadas atrás as

pesquisas comparadas no campo do conhecimento político – de fato, no campo do comportamento político como um todo e na ciência política empírica em geral – eram escassas devido à falta de dados comparativos, e as que haviam frequentemente se limitavam à análise de poucos casos ou dependiam de estratégias de agregação dos dados em virtude da dificuldade técnica envolvida no processamento de grandes quantidades de dados. Atualmente, temos dados disponíveis, resultado do trabalho magnífico feito por uma série de projetos colaborativos em diferentes países, e temos os meios técnicos. Embora tenhamos feito grande progresso, há ainda muito trabalho a ser feito. Em particular, no campo do conhecimento político, cuja relação com fatores contextuais foi pouco explorada em comparação a outros aspectos do comportamento político, como por exemplo a participação eleitoral. Essa realidade em parte se deve às dificuldades conceituais e operacionais envolvidas na tarefa de medir o conhecimento de eleitores em diferentes países. Participação eleitoral é um conceito relativamente simples e direto de se observar, uma vez que o ato de votar ou deixar de votar é basicamente o mesmo em qualquer lugar. Já o conhecimento não é um dado passível de ser observado diretamente. Dependemos de uma quantidade limitada de indicadores que teoricamente medem essa dimensão latente.

Esta tese está estruturada da maneira que se segue: o capítulo dois faz uma revisão da literatura sobre conhecimento político, e termina propondo um modelo teórico para explicar os efeitos do contexto político sobre o conhecimento político. Nosso modelo parte da ideia do comportamento econômico das teorias racionalistas e propõe que a decisão do eleitor de se informar ou não depende dos custos cognitivos regulados pelo sistema político. Estes custos são uma função da complexidade do sistema. Quanto mais simples, menores os custos e, por conseguinte, mais eleitores escolherão se informar. Propomos também que, além dos custos absolutos do sistema político, o conhecimento depende dos recursos pessoais do eleitor, em particular a educação, e de determinadas atitudes pró-sistema, notadamente a eficácia política, cujos efeitos sobre o conhecimento devem variar em função do contexto. Os quatro capítulos seguintes procuram testar essa tese à luz de seis variáveis contextuais teorizadas como características do sistema político que afetam a sua complexidade. São elas: número de casas legislativas, sistema eleitoral, estrutura de voto único, número efetivo de partidos, polarização da competição partidária e institucionalização do sistema partidário. Em particular, nossos modelos apontam para efeitos significativos e positivos sobre o conhecimento político em contextos em que há apenas uma casa legislativa, nos quais o eleitor confere um único voto por eleição e onde os partidos são organizações estáveis e enraizadas. Por fim, o último capítulo

conclui situando esses achados à luz da literatura, apontando limitações metodológicas e possíveis saídas, bem como fazendo um apelo aos pesquisadores sobre a necessidade de mais esforços na produção de dados comparativos sobre conhecimento político.

## **2. O CONHECIMENTO POLÍTICO NAS DEMOCRACIAS MODERNAS: O QUE SABEM OU DEVERIAM SABER OS ELEITORES E POR QUE ISSO IMPORTA?**

### **2.1. O MITO DO CIDADÃO SOFISTICADO E O PARADOXO DA DEMOCRACIA**

O conceito de democracia está fundado na ideia de vontade do povo, ou seja, da participação soberana dos cidadãos nas decisões que afetam a coletividade que constitui uma comunidade política. Nas democracias liberais modernas, nas quais a participação se faz essencialmente de forma indireta, por meio de representantes eleitos, a eleição assumiu o papel central como expressão da vontade do povo. É através de seus representantes, eleitos em competições livres e abertas, que os cidadãos manifestam seus desejos, preferências e valores (Neumann, 1986; Delli Carpini e Keeter, 1996; Delli Carpini, 2000). Mais recentemente, com o advento das técnicas modernas de amostragem, surgiu uma nova forma de manifestação da vontade coletiva de um povo: as pesquisas de opinião. As pesquisas de opinião traduzem estatisticamente as disposições majoritárias disseminadas na população acerca de uma variedade de questões politicamente relevantes, e têm o condão de orientar e influenciar o comportamento dos tomadores de decisões políticas (Althaus, 2003).

Uma das condições para que esse esquema funcione é que o cidadão seja competente na tarefa de tomar decisões (por exemplo, o voto) e emitir opiniões – isto é, tome decisões e opiniões que sejam consistentes com suas preferências e valores. Para isso, supõe-se que ele deve ser bem informado e interessado na política (Fisher *et al*, 2018: 12). Supõe-se que o conhecimento político fortalece o vínculo entre as preferências dos cidadãos e as políticas levadas a cabo pelos seus representantes eleitos e que ele é condição necessária para que os cidadãos responsabilizem de forma adequada através do voto seus representantes por suas ações. Do ponto de vista da pesquisa empírica, para que voto e opiniões sejam substantivamente “válidos”, os estudiosos estabeleceram como ponto de partida a hipótese de que o cidadão deve ser um indivíduo bem informado e interessado. Deve saber como as instituições políticas estão organizadas e funcionam, deve entender as questões em pauta na agenda pública, deve conhecer a posição de cada ator político e ter ciência sobre sua própria posição relativa. A literatura deu a este eleitor exemplar o nome de “sofisticado” ou “ideológico” (Converse, 1964; Luskin, 1987; Neuman, 1986). Também de um ponto de vista normativo, a teoria política democrática via de regra sempre operou com uma noção idealizada do cidadão, imaginado como um indivíduo

racional, participativo e interessado na vida pública. Esse modelo do “cidadão informado” (Delli Carpini, 2000) está enraizado no cerne das nossas crenças acerca de como uma democracia no sentido mais profundo da palavra deve ser, e de modo geral sempre esteve no horizonte tanto das análises empíricas quanto das discussões normativas sobre a democracia.

As pesquisas de opinião que começaram a ser realizadas com regularidade a partir da década de 1930 com a invenção das técnicas científicas de amostragem evidenciaram que, na prática, apenas uma fatia muito pequena do eleitorado se encaixaria na definição prescrita pelo modelo do cidadão informado. À medida que os dados foram se acumulando foi ficando claro que o comportamento e as habilidades do cidadão médio estão muito aquém do ideal. Ainda na década de 1950, o clássico estudo sobre comportamento político de Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954: 306-7) já apontava para a conclusão que “the main impact of realistic research on contemporary politics” foi revelar que “certain requirements commonly assumed for the successful operation of democracy are not met by the behavior of ‘average’ citizen”. O eleitor em geral não possui os atributos, atitudes e comportamentos esperados dele a fim de que a democracia funcione tal como teoricamente se deve. Especificamente em relação ao conhecimento político, Berelson e seus colegas afirmavam:

The democratic citizen is expected to be well informed about political affairs. He is supposed to know what the issues are, what their history is, what the relevant facts are, what alternatives are proposed, what the party stands for, what the likely consequences are. By such standards the voter falls short. (Berelson *et al*, 1954: 308)

Na década de 1960, os pesquisadores da escola de Michigan, o quais foram responsáveis por introduzir a abordagem psicológica na ciência política, estabeleceram as questões básicas sobre a sofisticação do eleitor e praticamente lançaram a agenda de pesquisa sobre cognição na política. O trabalho pioneiro de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1964), *The American voter*, colocou em foco a relevância de aspectos psicológicos (cognitivos e afetivos) - como atitudes em relação a partidos e candidatos, percepções das questões políticas do dia, adesão a partidos - na determinação do comportamento político do eleitor. O estudo deles é particularmente centrado em como a identificação partidária - o sentimento de adesão e proximidade a um partido político, geralmente adquirido cedo através dos mecanismos de socialização e que perdura a vida toda – afeta atitudes e comportamentos políticos. Mas eles também tocam na questão da atenção do público à política e seu nível de sofisticação cognitiva. Resumidamente, Campbell e seus colegas mostraram um público dividido entre uma pequena elite que conhece e utiliza os conceitos ideológicos a partir dos quais o mundo da política é

significado e organizado, e uma massa de cidadãos em grande medida alheia à política, desinteressada e ignorante.

Em 1964, Philip Converse (2006) deu continuidade ao trabalho iniciado em *The American voter* e publicou o seu *The nature of mass belief systems*, focando particularmente na questão dos “sistemas de crenças de massa”. Trata-se de um trabalho paradigmático, o primeiro trabalho sistemático especificamente voltado à investigação da sofisticação do eleitor. Utilizando dados de survey do *American National Election Studies* (ANES), Converse reitera o diagnóstico feito por Berelson *et al* e Campbell *et al* de que a maioria dos cidadãos não possui as competências necessárias para desempenhar efetivamente seu papel numa democracia. Sistemas de crenças, para Converse, são estruturas cognitivas cujos elementos estão integrados de forma lógica e coerente. Embora a intenção de Converse ao usar essa terminologia era evitar que seu conceito fosse confundido com a noção de ideologia, a “cola” que integra esses elementos cognitivos de forma lógica e coerente é justamente as categorias ideológicas tradicionalmente usadas para organizar os objetos do mundo político – isto é, esquerda-direita, liberal-conservador. Com base nesse conceito, Converse, estendendo a classificação que já haviam proposto em Campbell *et al*, identifica cinco categorias de eleitor: ideológicos, quase-ideológicos, interesses de grupo, natureza dos tempos e sem conteúdo. Ele estimou que as três últimas categorias representam mais de quatro quintos do eleitorado. Portanto, Converse concluiu que a grande maioria dos eleitores não compreende os conceitos básicos da vida política e nem sabe empregá-los para tomar decisões. A maioria dos eleitores avalia partidos e candidatos em termos de interesses de grupo (se determinado partido/candidato favorece determinado grupo social; por exemplo, empresários ou trabalhadores); ou em termos da natureza dos tempos (por exemplo, se a economia melhorou ou piorou); ou sequer manifestam qualquer conteúdo político que seja.

Além da questão da conceitualização, Converse também analisou outros dois aspectos da dimensão cognitiva do eleitor: o constrangimento entre suas atitudes, isto é, se há coerência lógica entre as diversas atitudes relativas a diferentes objetos políticos, e a consistência dessas atitudes no tempo. O constrangimento também pode ser definido como a previsibilidade da posição de um indivíduo em relação a uma questão política dado o conhecimento da sua posição em outra. Já a consistência das atitudes indica que elas são estáveis e não mudam ao sabor do acaso. Converse observa que não há correlação lógica entre atitudes e elas são erráticas e parecem mudar de forma aleatória ao longo do tempo (Converse, 2006; Kuklinski e Peyton, 2007). Em outras palavras, Converse chega à conclusão de que boa parte dos eleitores não tem

atitudes “verdadeiras”. Quando questionados eles parecem formular respostas ao acaso, no calor do momento, a fim de satisfazer uma expectativa gerada pelo próprio entrevistador. Converse chamou esse fenômeno de “não atitudes”. Em suma, Converse pinta um quadro cujo tema central é, de um lado, a mínima sofisticação política como traço mais marcante do eleitorado americano e, de outro, a divisão do eleitorado entre uma elite sofisticada e as massas politicamente incapazes (Kinder, 2006). Esse quadro impactou profundamente a ciência política e até hoje impulsiona a visão corrente sobre as competências do eleitorado e sua (in)capacidade de satisfazer as expectativas normativas da teoria democrática.

Grosso modo, até a década de 1990 o tom foi predominantemente pessimista. Mas havia também uma corrente minoritária cuja opinião acerca dos eleitores era mais lisonjeira. Ainda em 1966, V. O. Key propôs que os eleitores “não são tolos”: “in the large the electorate behaves about as rationally and responsibly as we should expect, given the clarity of the alternatives presented to it and the character of the information available to it” (Key, 1966: 7). Ou seja, como os eleitores se comportam em uma eleição depende da quantidade e da qualidade das escolhas que são ofertadas a eles. A virada argumentativa de Key desloca o foco da discussão do conhecimento para a racionalidade. A questão para ele não é necessariamente o que sabem os eleitores, mas se eles agem de forma racional ou não. A racionalidade do eleitor deve ser avaliada não em abstrato, mas à luz do ambiente informacional no qual ele está inserido. Considerando-se essas condições, o eleitor aparece de forma mais racional do que parecia à escola de Michigan.

Na década de 1970, Nie, Verba e Petrocik (1976) seguem a trilha de Key ao colocarem em dúvida a suposição de que as atitudes e opiniões dos eleitores são firmemente estáveis uma vez ancoradas na posição social, nas experiências de socialização e em atributos psicológicos. No lugar disso, avançam a hipótese de que atitudes e opiniões respondem a eventos políticos e, portanto, a descrição do público em um ponto no tempo não necessariamente será a mesma em outro ponto no tempo. Eles confirmam a descrição negativa do público nas eleições da década de 1950, no qual as pesquisas pioneiras basearam suas conclusões, mas atribuem a essa descrição as características sociais e políticas daquele período. Segundo os autores, o eleitorado dos anos 1970 é em vários sentidos muito diferente do eleitorado dos anos 1950. Nie e seus colegas observaram um substancial e significativo crescimento dos níveis de conceitualização ideológica e de constrangimento dos sistemas de crenças a partir do ano de 1964. Segundo os autores, esse crescimento não pode ser explicado pela elevação da capacidade cognitiva e do nível educacional dos eleitores. O crescimento se explicaria pela elevação da saliência da

política nos anos pós-Eisenhower, o aparecimento de novas clivagens políticas e a mudança geracional do eleitorado. A partir dos anos 1960, a polarização em torno de uma série de novas questões políticas tornou a política em si mais saliente, mudando a qualidade da comunicação entre partidos/candidatos e elevando o interesse e a percepção de centralidade da política na vida do cidadão. “It is exposure to politics, not attainment of higher levels of education and its accompanying cognitive capacity, that seems to lead to the greater coherence of citizen attitudes.” (Nie *et al*, 1976: 155). Portanto, o diagnóstico dos pesquisadores pioneiros seria um reflexo do momento em que seus dados foram levantados. Os níveis de sofisticação e de conhecimento do eleitor variam no tempo em função de características contextuais do sistema político. Portanto, nas primeiras tentativas de reavaliar as capacidades do eleitor já temos uma primeira atenção ao papel do contexto na determinação do conhecimento político. Entretanto, vale a pena frisar que, a despeito dessas tentativas, o tom dominante das pesquisas sobre a sofisticação do eleitor foi majoritariamente pessimista até começo da década de 1990.

Ao investigar a sofisticação do público, Converse focou nos níveis de conceitualização política e de constrangimento entre as ideias que formam um sistema de crenças. Na década de 1980, numa tentativa de acomodar os achados de Converse e de Nie *et al*, Neuman (1986) insere na análise da sofisticação a questão da saliência que a política possui na percepção dos cidadãos. O período analisado por Nie e colegas seria uma exceção à regra. À exceção de períodos sociais conturbados, quando a política ganha saliência, a regra é que a apatia domine as massas. O público em geral não se interessa ou nutre apenas um interesse moderado pela política. Isso se reflete também nas baixas taxas de comparecimento eleitoral, um comportamento persistente nas democracias modernas. As causas deste fenômeno podem ser muitas. Desde baixos recursos pessoais (tempo, escolaridade, renda), até a preocupação constante com problemas mais concretos e próximos da vida pessoal, a sensação de que o mundo da política é incompreensível, a crença de que a tentativa de influenciar a política é fútil, a incapacidade de perceber a ligação entre uma escolha política e acontecimentos na vida pessoal, a percepção de que os candidatos e partidos não oferecem escolhas significativas (Neuman, 1986:9-14).

Em 1996, Delli Carpini e Keeter publicam um dos trabalhos mais impactantes na literatura desde Converse. Na linha do “conhecimento importa”, os autores defendem que a informação é um dos componentes centrais da cidadania, essencial para que os eleitores saibam distinguir seus reais interesses e tomar vantagem das oportunidades oferecidas a eles no sistema político. Mesmo o simples ato de votar, para que seja significativo, requer cidadãos conscientes e atentos. Delli Carpini e Keeter (1996) realizaram a mais extensa pesquisa empírica sobre o



conhecimento político até à época ao analisar os dados relativos a milhares de indicadores de conhecimento político produzidos por centenas de pesquisas de opinião realizadas desde a década de 1940. Eles chegaram à conclusão de que os níveis desse atributo na população permaneceram estáveis ao longo deste período, a despeito das profundas transformações sociais e econômicas na sociedade americana após a Segunda Guerra Mundial que elevaram recursos pessoais como educação e renda. Além disso, concluíram que se esses níveis não são tão altos quanto se espera, também não são tão baixos quanto se imagina. Os autores chamam a atenção para o fato de que mais relevante do que os níveis em si é a forma da distribuição do conhecimento político entre diferentes grupos da população. Eles demonstram como essa distribuição segue a linha da distribuição de outros recursos como escolaridade e renda e é resultado de fatores individuais e sistêmicos. Analiticamente, propõem que esses fatores estão divididos em três dimensões: motivação, habilidade e oportunidade. A motivação está ligada ao interesse e ao sentimento de eficácia interna e externa. Já a habilidade diz respeito à capacidade cognitiva e intelectual de processar, armazenar e utilizar a informação. Por fim, a oportunidade é dada pelo tipo de ambiente no qual o indivíduo está inserido, incluindo aí a esfera do trabalho e dos meios de comunicação.

Ao mostrarem que os grupos desprivilegiados econômica e socialmente são também os menos prováveis de serem bem informados politicamente, Delli Carpini e Keeter parecem confirmar a tese dos recursos, muito usada na ciência política para explicar diferenças entre grupos em diferentes facetas do comportamento político. Particularmente, “homens são mais informados do que mulheres; brancos são mais informados do que negros; aqueles com alta renda são mais informados do que aqueles com baixa renda; e cidadãos mais velhos são mais informados do que os mais jovens” (Delli Carpini e Keeter, 1996: 157). O próprio conhecimento político, por sua vez, é um tipo de recurso, cuja distribuição desigual na população gera vieses na produção de políticas ao fazer com que certos grupos – normalmente já privilegiados – tenham mais voz e sejam mais ouvidos do que outros.

A conclusão de que o conhecimento político é baixo e, além do mais, mal distribuído levou alguns pesquisadores a suspeitar da própria natureza da representação nas democracias modernas. Althaus (1998, 2003) estudou como a distribuição do conhecimento político afeta o sentido das preferências coletivas agregadas em uma população. Ele descobriu que as respostas de pessoas com baixo conhecimento tendem a ser mais semelhantes entre si, e que respostas “não sei/sem opinião” são desproporcionalmente mais comuns entre pessoas com baixo interesse, pouca escolaridade e baixo envolvimento. Já entre os bem informados, além de

emitiram opiniões com mais frequência elas tendem a ser mais consistentes com suas predisposições políticas. Esse mecanismo faz com que as preferências agregadas captadas pelas pesquisas de survey reflitam desproporcionalmente as opiniões das pessoas menos informadas – fenômeno que Althaus chamou de *efeito informacional*. Tomando como base os modelos propostos por Delli Carpini (2000) e Bartels (1996) para estimar preferências em cenários simulados de alta informação, Althaus desenha um modelo que testa o efeito da distribuição do conhecimento sobre a forma da opinião pública agregada. Ele simula preferências totalmente informadas em toda a população, atribuindo as preferências dos bem informados aos mal informados ao mesmo tempo em que controla o efeito de outras variáveis demográficas e atitudinais. Preferências totalmente informadas são aquelas que se supõe que um indivíduo teria caso tivesse plena consciência de todas as consequências possíveis envolvidas na decisão (Lau e Redlawsk, 2006). A conclusão do autor é que a opinião coletiva captada pelas pesquisas de Survey é enviesada em função do baixo nível e da má distribuição do conhecimento político e que ela difere substancialmente da opinião coletiva caso o conhecimento fosse maior e mais bem distribuído. Experimentos realizados por Gilens (2001), Fowler e Margolis (2013) e Turgeon e Rennó (2010) também apontam para esta mesma conclusão. Se os gestores políticos respondem a pressões coletivas enviesadas pelo efeito informacional, logo as políticas adotadas por eles não são representativas dos verdadeiros interesses do público.

Resumindo a discussão até aqui, até hoje uma das contribuições mais estabelecidas da ciência política empírica é ter documentado quão pouco o eleitor real se aproxima do ideal esperado pela teoria democrática. Pode-se dizer, com efeito, que a imagem do eleitor pintada com base nas pesquisas de opinião como um indivíduo pouco informado, apático e desinteressado ganhou status de fato e se tornou consenso entre os cientistas políticos. Apesar deste fato, as democracias funcionam e parecem prosperar. Assim, a descrição do cidadão contemporâneo nos leva a um paradoxo: teoricamente, a democracia depende de cidadãos participativos e bem informados, mas esses cidadãos representam uma minoria; como, então, as democracias têm prosperado? Nas palavras de Neuman (1986:3), “The paradox of mass politics is the gap between the expectation of an informed citizenry put forward by democratic theory and the discomfiting reality revealed by systematic survey interviewing.” Após décadas de evidências se acumulando, essa “realidade revelada” passou de uma

descoberta intrigante para um clichê familiar repetido frequentemente por cientistas políticos e jornalistas.<sup>1</sup>

## 2.2. OS REVISIONISTAS E A RACIONALIDADE DE BAIXA INFORMAÇÃO

A partir da história originalmente contada por Converse, a literatura se dividiu em basicamente dois caminhos. O caminho tradicionalista, como vimos, percorrido por aqueles que se mantiveram fiéis ao tom pessimista das descobertas originais dos pesquisadores pioneiros, embora aceito como descrição empírica, nos leva a um paradoxo teórico. O segundo caminho, conhecido como revisionista, ganhou impulso especialmente a partir dos anos 1990 com a publicação de trabalhos como *The Reasoning Voter* (Popkin, 1991) e *Reasoning and Choice* (Sniderman *et al*, 1991) e *The Rational Public* (Page e Shapiro, 1992). No cerne desta corrente, ecoando o argumento de Key de quarenta anos antes, está a defesa da racionalidade do eleitor – centralidade que podemos ver expressa nos títulos das obras acima. Racionalidade em ao menos dois sentidos. Primeiro, as pessoas têm razões para as escolhas que fazem, independentemente de quais razões são essas. Segundo, como adquirir informação exige esforço e implica custos, admitindo que pouca (e barata) informação é suficiente para obter benefícios, as pessoas não têm incentivos para se informar além do necessário. Para essa corrente, irracional seria supor que elas buscam a informação como um fim em si mesmo (Lupia *et al*, 2000). Em linhas gerais, os revisionistas não questionam a constatação de que o público é, em geral, mal informado. Antes, questionam a conclusão negativa que os tradicionalistas tiraram disso; questionam a suposição implícita nessa conclusão de que baixo conhecimento é igual irracionalidade (Fisher, 2018; Kuklinski e Peyton, 2007).

Na investigação do problema da sofisticação do eleitor nas democracias modernas os revisionistas inovaram em dois aspectos. Primeiro, mudaram o foco da investigação: do (baixo)

---

<sup>1</sup> Mais de meia década de pesquisa parecia confirmar a opinião dos teóricos elitistas, defensores de um modelo minimalista de democracia, segundo os quais as instituições devem ser desenhadas para limitar o papel e a capacidade de interferência do cidadão comum no processo de decisão política. Teóricos como Schumpeter se valeram da distância entre o ideal do cidadão informado, que eles viam como uma espécie de axioma da teórica democrática normativa, e a realidade revelada pelas pesquisas empíricas para reduzir a democracia a um procedimento de escolha pacífica entre elites competitivas no qual a interferência do cidadão comum deve ser a menor possível. A bem da verdade, esse tipo de postura não é recente. Ao longo da história do pensamento político, de maneira geral os pensadores em sua grande parte sempre nutriram desconfiança em relação às massas e quanto à capacidade do cidadão comum de satisfazer os critérios normativos da cidadania. Essa desconfiança serviu como argumento para limitar o alcance da democracia na prática. A incapacidade das massas de se colocar à altura de padrões irrealistas foi justificativa para uma série de leis e normas desenhadas com a finalidade de limitar a participação política a uma camada restrita da população.

nível de conhecimento passaram a olhar para a maneira como os eleitores processam a informação e a utilizam na tomada de decisões. Ecoando as contribuições mais recentes da psicologia cognitiva, os revisionistas defendem que a maneira como as pessoas processam informações e tomam decisões é mais relevante do que os níveis absolutos de conhecimento. Em segundo lugar, ao invés de pressupor, como faziam os tradicionalistas, que alto conhecimento leva necessariamente a decisões competentes (e vice-versa), os revisionistas se preocuparam em definir o que exatamente é uma decisão competente e em compreender como se dá empiricamente a relação entre conhecimento e competência. Em tese, nada impede que se tome boas decisões e se tenha boas atitudes com base em pouco conhecimento. A grande pergunta para os revisionistas é: as pessoas têm meios de compensar ou contornar a falta de informação ao tomarem decisões?

Os revisionistas argumentam que a maneira como as pessoas lidam com a informação é muito mais complexa do que pode apreender a simples contagem de respostas corretas a perguntas que testam apenas a capacidade de recordar fatos, e que, dada essa complexidade, há muitos caminhos diferentes pelos quais se pode chegar a uma mesma decisão. Em outras palavras, eles questionam a suposição dos tradicionalistas de que a incapacidade das pessoas de oferecer respostas corretas a uma dúzia de perguntas objetivas e factuais é evidência da incompetência desses eleitores. Eles argumentam que conhecer muitas coisas não requer “recordar todos os fatos”, e ser competente em uma tarefa não requer “conhecer tudo” (Lupia, 2016:40). Além disso, a capacidade de recordar fatos não é a mesma coisa que compreendê-los, porque informação e conhecimento são conceitos diferentes. É fácil demonstrar que os eleitores não dominam informações “acadêmicas” sobre instituições e atores políticos. Mas seria preciso demonstrar também que essas informações são úteis e relevantes na hora de tomar uma decisão.

Lupia (2016) propõe que a competência deve ser definida em relação a determinada tarefa e com base em determinado critério, os quais frequentemente não são estabelecidos pelos estudiosos. Um voto competente pode ser definido simplesmente como aquele que o eleitor daria se estivesse informado de todas as consequências envolvidas em seu voto. Podemos imaginar uma situação na qual o eleitor domina apenas parte dessas informações e ainda assim confere o mesmo voto. Neste caso, a competência não exige o conhecimento de todos os fatos. Isso depende em parte da complexidade da tarefa em questão. Quanto mais simples a tarefa mais provável que uma pequena quantidade de informação leve a uma decisão certa, independentemente da complexidade da questão a ser decidida. Considerando que na

democracia representativa boa parte das decisões que os eleitores são chamados a fazer são escolhas simples (decidir entre A *vis-a-vis* B), pouca informação pode ser suficiente para que eles desempenhem de forma satisfatória essa tarefa. Pense num referendo, por exemplo, cuja decisão envolve apenas duas opções: ser a favor ou contrário. Digamos que a melhor escolha para um indivíduo seja a favor. Se uma simples peça de informação levá-lo a dar um voto a favor, ainda que ele ignore totalmente a discussão sobre o assunto, ele terá sido competente na tarefa, tanto quanto outro indivíduo na mesma situação mas de posse de mais informações. Essa simples peça de informação pode ser a posição de seu partido ou de um grupo de referência (sindicato, associação, movimento social etc.) acerca da proposta a ser referendada.

Uma vez definida a competência, ela pode ser elevada por mecanismos que não requerem conhecer ou relembrar todos os fatos, mecanismos como os atalhos cognitivos ou heurísticas. Sniderman *et al* (1991: 19) define heurísticas como “atalhos de julgamento, meios eficientes para organizar e simplificar escolhas políticas”. Atalhos cognitivos são elementos de informação que ajudam as pessoas a compensar a falta de conhecimento específico no momento de tomar uma decisão ou emitir uma opinião. Esses atalhos derivam da experiência, de aprendizado prévio e, até mesmo, de orientações afetivas, e podem ser de diversos tipos: grupos de referência, partidos, candidatos e lideranças políticas. A opinião desses atores sobre determinado assunto ou sua posição no espectro ideológico ajudam o eleitor desprovido de um maior conhecimento a tomar uma decisão que seja consistente com seus interesses e valores. Por exemplo, ao invés de avaliar as propostas de um candidato que tenta se reeleger, o eleitor pode considerar apenas o estado atual da economia ao decidir pela reeleição. Da mesma maneira, ao invés de avaliar as propostas do candidato concorrente, o eleitor pode levar em conta apenas seu partido ou características pessoais como sua área de formação profissional. Esse tipo de raciocínio prático Popkin (1991) chamou de racionalidade de baixa informação (*low-information rationality*) ou, em uma linguagem mais coloquial, “raciocínio instintivo” (*gut reasoning*). “This reasoning draws on various information shortcuts and rules of thumb that voters use to obtain and evaluate information and to simplify the process of choosing between candidates” (Popkin, 1991: 7).

Popkins (1991: 213) resume bem o argumento do atalho cognitivo:

Because voters use shortcuts to obtain and evaluate information, they are able to store far more data about politics than measurements of their textbook knowledge would suggest. Shortcuts for obtaining information at low cost are numerous. People learn about specific government programs as a by-product of ordinary activities, such as planning for retirement, managing a business, or choosing a college. They obtain economic information from their activities as consumers, from their workplace, and

from their friends. They also obtain all sorts of information from the media. Thus they do not need to know something about the state of the economy or proposed cuts in social security or the controversies over abortion. [...] When direct information is hard to obtain, people will find a proxy for it.

Sniderman *et al* (1991) levam ao extremo essa linha de argumentação ao afirmarem que inclusive decisões tomadas com base em orientações afetivas podem e devem ser consideradas racionais. Esse tipo de raciocínio dirigido pela afeição (*affect-driven reasoning*) está no cerne do que os autores chamaram de heurística da simpatia (*likeability heuristic*). Trata-se de uma regra prática através da qual uma pessoa pode estimar as preferências de um grupo politicamente relevante a partir das suas próprias preferências e do seu sentimento em relação a esse grupo. Ou seja, “by relying on their political affect, their likes and dislikes of politically strategic groups [...] the mass public can figure out who wants what politically without necessarily knowing a lot about politics” (Sniderman *et al*, 1991: 94). Quanto menor a sofisticação de uma pessoa, maior a chance dela se basear neste tipo de atalho para estimar preferências e tomar decisões. Essa forma de raciocinar é universal e também está presente, mesmo que em menor medida, entre os eleitores sofisticados. As pessoas se baseiam em sentimentos afetivos tanto quanto em cálculos “frios” para determinar sua posição em relação a determinadas questões políticas e, nem por isso, elas devem ser consideradas irracionais.

Entre os que seguiram o caminho revisionista, embora não questionassem a afirmação de que o eleitor é em geral mal informado, o tom é muito mais otimista a respeito das capacidades dos cidadãos em cumprirem a contento seu papel nos regimes democráticos já que a competência não é uma função exclusiva do conhecimento. A conclusão dos revisionistas é que os baixos níveis de conhecimento documentados não são tão preocupantes para o desempenho das democracias, uma vez que os cidadãos dispõem de atalhos cognitivos para compensar a falta de informação e que a competência política pode ser alcançada através desse mecanismo. Na verdade, não seria exagero dizer que basear decisões em pistas e atalhos ou, em outras palavras, em informações incompletas, é um fato da vida (Popkin, 1991). Trata-se de uma consequência lógica decorrente do fato de que a capacidade de processar informação é um recurso finito enquanto a complexidade do mundo é infinita. Dada essa condição, as pessoas utilizam inconscientemente estratégias de redução e simplificação da informação para se localizar e agir no mundo. Mesmo especialistas em política, como lideranças e estudiosos da área, frequentemente se baseiam em atalhos para inferir conclusões. Um deputado não tem condições de se colocar a par de todos os detalhes de todas as propostas de lei que são debatidas no legislativo. Não obstante, ele é chamado a expressar uma opinião em todas elas. Como

resultado, ao se basear em pistas (a posição dos líderes de seu partido, por exemplo, e da sua equipe de gabinete) a inabilidade de recordar informações específicas de uma proposta de lei não implica necessariamente na incompetência ao decidir sobre ela. A questão, portanto, como bem coloca Lupia (2016), não é se atalhos levam sempre a boas ou más decisões. Atalhos não são panaceias, não são “balas de prata”, e não podem ser evitados. A pergunta correta é: em que condições os atalhos elevam a chance de fazer boas escolhas.

A ideia de atalhos cognitivos é uma solução elegante para o problema da pouca sofisticação do eleitor nas democracias modernas. Em um sentido downsiano (muito presente nesta literatura), o uso de atalhos é produto de um cálculo perfeitamente racional dos eleitores dados os custos envolvidos na operação de obter informação e no retorno esperado da participação ser incerto já que o voto é uma decisão coletiva e, como tal, depende da ação de inúmeras outras pessoas. Entretanto, de acordo com Kuklinski e Quirk (Lupia *et al*, 2000), faltam dados empíricos que suportem a teoria dos atalhos cognitivos. Duas perguntas empíricas precisam ser respondidas ainda: as pessoas usam na prática atalhos para tomar decisões e com que frequência o fazem? E os atalhos levam de fato a tomada de boas decisões? Ainda de acordo com Kuklinski e Quirk, não há evidências de que a maioria das pessoas utiliza os atalhos em estratégias conscientes elaboradas para cada decisão. Ao invés disso, elas os usam de forma inconsciente, automática e enviesada, raramente se preocupando com sua acurácia (aliás, este é o sentido original da noção de atalho heurístico nas ciências cognitivas e que foi emprestada à ciência política). Além disso, algum tipo de conhecimento é necessário para fazer uso de atalhos cognitivos. Como argumenta Delli Carpini e Keeter (1996), frequentemente falta às pessoas o conhecimento contextual necessário a isso. Em terceiro lugar, nem sempre haverá atalhos disponíveis aos eleitores ou esses atalhos podem ter sido deliberadamente fabricados por artimanhas políticas a fim de induzir o eleitor a um determinado caminho. Kuklinski e Quirk desenharam um experimento sobre conhecimento acerca de gastos com seguridade social e demonstraram que as pessoas cometem erro sistematicamente num sentido consistente com suas opiniões. Ou seja, usam seus estereótipos para preencher informações faltantes e fazer julgamentos. Além disso, as pessoas são excessivamente confiantes acerca da acurácia das informações que acreditam possuir e tendem a ser resistentes na hora de retificá-las mesmo em face de nova informação (Kuklinski *et al*, 2000).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Além dos atalhos cognitivos, uma segunda hipótese dentro da linha revisionista foi proposta. Ela aposta na capacidade da agregação estatística de anular os erros individuais, fazendo com que a opinião pública agregada e as decisões coletivas possuam propriedades emergentes que as tornam corretas mesmo quando as opiniões e

### 2.3. O PAPEL DO CONTEXTO NA DETERMINAÇÃO DO CONHECIMENTO POLÍTICO

A ideia de que o contexto no qual os eleitores estão inseridos afeta sua capacidade de adquirir e processar informação e de utilizá-la na decisão do voto já estava presente na literatura, seja na corrente tradicionalista, seja na revisionista. Nos clássicos (Campbell *et al*, 1960; Larzasfeld *et al*, 1960), o contexto estava presente sobretudo na análise do papel da campanha eleitoral, da mídia e dos formadores de opinião no processo de decisão do voto do eleitor. Toda a argumentação dos revisionistas, por sua vez, está baseada na ideia de atalhos e tais atalhos estão localizados, por definição, no ambiente no qual o eleitor está inserido; portanto, são externos aos indivíduos (Kuklinski *et al*, 2001). Já vimos que para Lupia e McCubbins (Lupia *et al*, 2000) os cidadãos podem tomar decisões competentes aprendendo o que eles precisam saber com outros. Para aprender com outros é preciso persuasão, e para haver persuasão é preciso haver confiança. Confiança pode ser gerada na avaliação do caráter de quem persuade, mas não necessariamente. As instituições permitem aos cidadãos conhecer os custos envolvidos na tarefa de persuadir, permitem saber que o discurso do influenciador está submetido à verificação e que ele pode sofrer penalidades por mentir. Esses mecanismos institucionais substituem o caráter e geram uma base para a confiança. Em outras palavras, Lupia e McCubbins propõem que a maneira que as instituições políticas estão arrançadas podem tornar mais fácil aos cidadãos aprender o que eles precisam saber ao afetar as crenças dos cidadãos a respeito de quem eles podem ou não confiar. Portanto, o uso dos atalhos cognitivos, bem como sua disponibilidade, depende em parte do contexto.

De qualquer maneira, o que une todas as diferentes abordagens e orientações teóricas discutidas até aqui é o foco predominante nas características individuais como modelo explicativo da variação no conhecimento político dos cidadãos. A maior parte das pesquisas até recentemente concentrou sua análise dentro de limites nacionais (com particular destaque para o caso dos Estados Unidos), onde fatores contextuais são, em regra, constantes. Contudo, se o conhecimento político varia de país para país, as pesquisas devem possuir um desenho que permita que esses contextos variem, ou seja, devem adotar uma abordagem comparativa. Somente recentemente novas pesquisas começaram a explorar empiricamente os padrões de

---

decisões individuais que as constituem estejam erradas em grande medida. A hipótese da racionalidade coletiva foi proposta por Page e Shapiro (1992) também no começo dos anos 1990, mas não teve muitos aderentes nem gerou grandes pesquisas empíricas.



variação do conhecimento político de país para país e sua covariação com variáveis contextuais (Gordon e Segura, 1997; Berggren, 2001; Grounlund, 2006). Como veremos no capítulo 3, de fato o conhecimento político varia enormemente de país para país e é improvável que essa variação possa ser explicada unicamente por variações nas características dos indivíduos. Cada vez mais os pesquisadores concluem que as variáveis situadas no nível do indivíduo são insuficientes para explicar essas variações no conhecimento político entre diferentes países. Portanto, para alcançarmos explicações generalizáveis – a meta da ciência por excelência – acerca das causas e efeitos associados ao conhecimento político, além dos fatores individuais precisamos levar em conta o contexto nos modelos de análise.

Para que uma teoria seja considerada válida, ela precisa ser testada em diferentes contextos. Quanto mais realidades empíricas diferentes nossas teorias são capazes de abarcar, mas válido é nosso conhecimento. Ao incorporar a dimensão contextual, esta pesquisa expande o nosso conhecimento sobre os condicionantes do conhecimento político. Além disso, ela contribui com o estudo do comportamento dos eleitores, na medida em que o conhecimento é uma variável independente importante para explicar como os eleitores raciocinam e tomam decisões. Além dessas contribuições acadêmicas, acreditamos também que os achados desta pesquisa podem dar suporte científico para reformas institucionais e políticas que almejem aumentar o conhecimento político de seus cidadãos. A intervenção na realidade só tem a ganhar quando feita com conhecimento de causa e com base em fatos cientificamente estabelecidos. Em resumo, temos esperança de que esta pesquisa contribua em três sentidos: 1) expanda a nossa compreensão sobre os fatores que condicionam o conhecimento político; 2) ajude a explicar o comportamento político dos eleitores nas democracias modernas; 3) dê subsídios científicos para reformas institucionais e políticas cujo objetivo seja aumentar o conhecimento político dos cidadãos.

Essa virada no campo de pesquisa em direção a abordagens comparativas tem a ver não apenas com reorientações teóricas dos pesquisadores, mas também com avanços nas técnicas estatísticas e no desenvolvimento de projetos de pesquisa produzindo dados comparativos a nível global. Entre os avanços nas técnicas estatísticas merece destaque o desenvolvimento e popularização da modelagem multinível ou hierárquica de dados. Antes das técnicas multiníveis, para analisar os efeitos do contexto as pesquisas comparativas dependiam da agregação de variáveis individuais (expressas em proporções e médias) ou aplicavam aos dados individuais modelos de regressão convencionais. Estratégias de redução de dados têm como consequência a perda de informação e a diminuição da capacidade explicativa dos modelos ou

– o que é muito pior – incorrem na chamada “falácia ecológica”, quando inferências sobre a natureza dos indivíduos é feita com base em dados dos grupos aos quais esses indivíduos pertencem. A análise de dados individuais com modelos de regressão convencionais também é problemática, porque ela ignora a natureza hierárquica de dados colhidos em diferentes contextos e, por conseguinte, viola as suposições matemáticas dos modelos estatísticos. Especificamente, viola a suposição de que os resíduos (ou erros) sejam independentes, uma vez que o fato de que os indivíduos estão agrupados em diferentes cluster de dados faz com que alguns indivíduos sejam mais semelhantes entre si do que outros. Modelos multiníveis, ao contrário, conseguem modelar o efeito de variáveis contextuais sobre a variação dos efeitos de variáveis individuais. Em outras palavras, modelos multiníveis permitem que os parâmetros da equação de regressão (intercepto e inclinação da reta) com preditores situados ao nível do indivíduo variem em função de parâmetros estimados para os cluster de dados nos quais esses indivíduos estão inseridos (Raundebush e Bryk, 2002; Hox, 2010).

Em segundo lugar, a disponibilidade de dados observacionais comparativos em escala global é uma realidade recente. Há três ou quatro décadas dados comparativos envolvendo uma amostra suficientemente grande de países para permitir análises estatísticas simplesmente não existiam. Até hoje, entretanto, as pesquisas multinacionais ainda são relativamente limitadas em relação a alguns temas. Em particular, no campo do conhecimento político, perguntas que constituam indicadores de conhecimento confiáveis e efetivamente comparáveis são escassas. Mesmo com todas as suas limitações em termos de comparabilidade a melhor fonte de dados para o estudo do conhecimento político atualmente ainda é o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES).

### **2.3.1. Modelo teórico dos efeitos do contexto político**

Primeiramente é preciso definir o que exatamente se entende aqui por “contexto”. Fatores contextuais podem ser de diversas naturezas. Na literatura sobre contexto e conhecimento político, encontramos estudos que enfocam fatores econômicos como desigualdade (Gronlund e Milner, 2006) e proteção social (Fraile, 2013); a mídia (Jarit *et al*, 2013; Fraile); e políticos/institucionais (Gordon e Segura, 1997; Berggren, 2001). O interesse desta pesquisa está no contexto político-institucional. Mais especificamente, entende-se por contexto político dois aspectos do sistema político de um país: 1) as instituições formais com suas regras e procedimentos que definem acesso, distribuição e exercício dos cargos públicos eletivos, isto

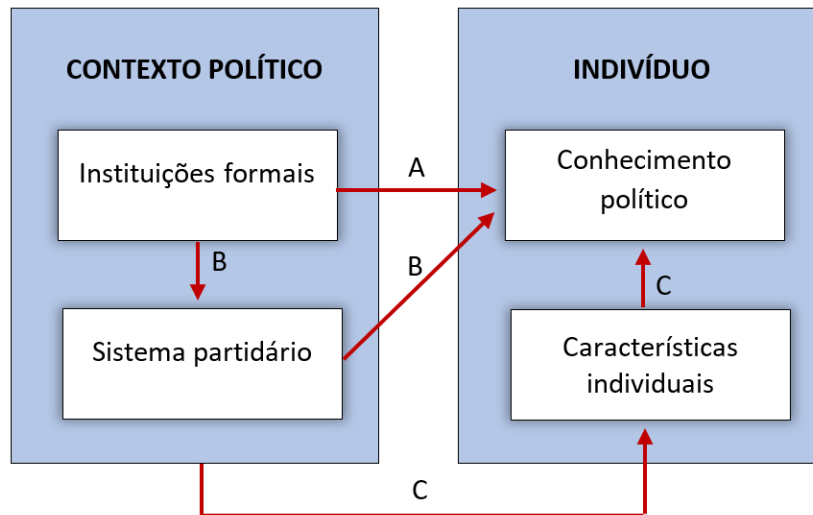
é, as “regras do jogo” (Goodin e Klingemann, 1996); e 2) o conjunto dos partidos que disputam o controle desses cargos através das regras e procedimentos estabelecidos pelas instituições formais. Entram, portanto, nessa definição de contexto político o sistema eleitoral e o sistema partidário. Assume-se que o contexto político é exógeno aos eleitores em um dado ponto no tempo. Isto é, embora no longo prazo o comportamento dos eleitores ajude a moldar as instituições e a competição entre os partidos, em um dado ponto no tempo – ou seja, em uma dada eleição – esses aspectos do contexto são externos e independentes em relação aos indivíduos.

De acordo com Dalton e Anderson (2011) e Anderson (2007), o contexto político pode afetar o comportamento dos eleitores de três maneiras básicas: diretamente, indiretamente e contingencialmente. O efeito direto acontece quando uma variável contextual afeta diretamente o comportamento do eleitor. Por exemplo, regras de registro eleitoral difíceis de cumprir devem fazer com que parte dos eleitores se abstenha de participar. O efeito indireto ocorre por meio da influência do contexto sobre outra variável contextual, a qual, por sua vez, irá influenciar o comportamento dos eleitores. A famosa “lei de Duverger” é um exemplo de efeito indireto do contexto (Cox, 1997). De acordo com ela, sistemas eleitorais majoritários fazem com que menos partidos recebam cargos em eleições – o que Duverger chama de efeito mecânico da regra eleitoral. Isso faz com que os eleitores evitem dar seu voto a partidos menores, ainda que prefiram estes, o que tende a reduzir a competição entre dois principais partidos. Essa mudança de comportamento Duverger chama de “efeito psicológico” do sistema eleitoral. Assim, a lei de Duverger é um exemplo da influência indireta do contexto sobre o comportamento. Já o efeito contingente acontece quando a magnitude do efeito de uma variável individual sobre o comportamento depende de uma terceira variável contextual. Basta pensar que a probabilidade de um eleitor votar está associada em certa medida aos recursos (escolaridade e renda, sobretudo) que esse eleitor possui. Quanto maior os recursos, maior a chance de ele votar. Entretanto, o efeito dos recursos sobre a decisão de votar deve variar de acordo com fatores institucionais que afetam os custos do ato de votar.

Da mesma forma que o comportamento, esse modelo de análise pode ser aplicado no estudo dos condicionantes contextuais do conhecimento político (figura 1). O presente estudo analisa o efeito de diferentes variáveis contextuais cujos efeitos sobre o conhecimento político podem ser teorizados como diretos, indiretos ou contingentes. Mais especificamente, tanto as instituições formais quanto o sistema partidário podem afetar diretamente o conhecimento político (setas A e B). As instituições também podem afetar o sistema partidário, o qual, por

sua vez, irá afetar o conhecimento (setas B). Por fim, ambos os aspectos do contexto político podem interagir com outras variáveis individuais associadas ao conhecimento político, condicionando o efeito dessas variáveis sobre o conhecimento (setas C).

Figura 1 - Modelo teórico da relação entre contexto e indivíduo

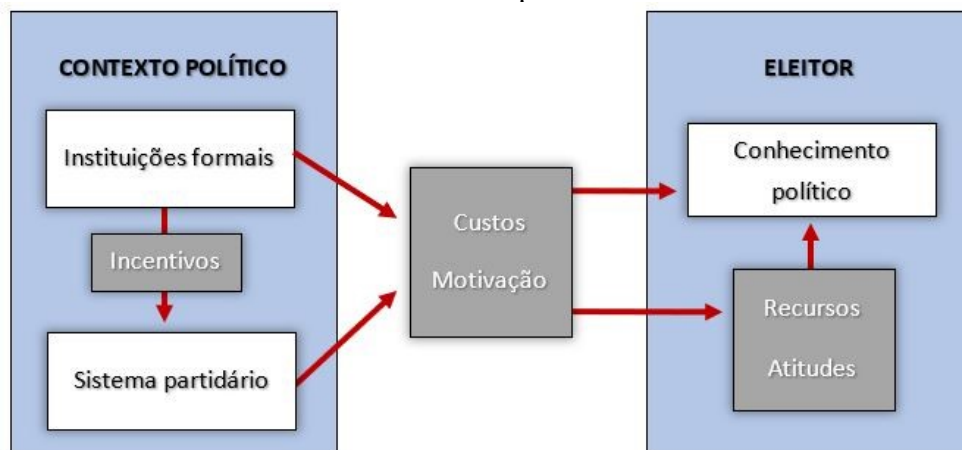


Com isso em mente, vamos agora descrever os mecanismos através dos quais teoricamente o contexto pode condicionar o conhecimento. A tese central desta pesquisa propõe que a complexidade do contexto político está negativamente correlacionada ao conhecimento político. A ideia de que a complexidade do contexto (ou “ambiente”) afeta a aquisição e o uso do conhecimento político já foi proposta por exemplo em Rennó (2004), Cunow (2010, 2014) e Ruzzo (2018). Argumentamos que quanto mais complexo o contexto político, mais cognitivamente custoso é para o eleitor lidar com ele e, portanto, mais recursos o eleitor terá que despender no processo de aquisição de informação e conhecimento. Como recursos são finitos, o eleitor pode ser levado a concluir que os custos da informação não compensam os benefícios associados à sua aquisição. Neste cenário, o eleitor não apenas irá se abster de participar, como também de adquirir a informação necessária à participação. Teoricamente, propomos que a complexidade do contexto político afeta o conhecimento dos eleitores a partir de dois mecanismos: 1) regulando os custos da informação; 2) motivando os eleitores a pagar por esses custos. Esses mecanismos percorrem os três caminhos ilustrados na figura 1 e podem ser visualizados esquematicamente na figura 2.

Os custos da informação podem ser regulados diretamente pelas instituições ou indiretamente através de mecanismos concedidos por estas. As instituições regulam diretamente os custos da informação ao facilitar o entendimento sobre seu funcionamento, procedimentos e

regras. Quanto mais simples as regras, menos recursos o eleitor terá que despende para adquirir conhecimento. Exemplo típico disso é o tipo de regra eleitoral, que pode ser classificada em dois grupos básicos: sistemas eleitorais majoritários e sistemas eleitorais proporcionais. Como veremos no capítulo 5, sistemas majoritários são conhecidos pela simplicidade de seu procedimento de voto e de transformação dos votos em cargos. Além disso, sistemas majoritários estão associados a um número menor de partidos políticos. Nesse cenário, o processo eleitoral é simples e as informações que o eleitor necessita ter para participar de forma efetiva são relativamente poucas. Do mesmo modo que as instituições formais, os partidos também têm o condão de afetar os custos da informação dentro de um contexto político. Da mesma maneira que a quantidade de um bem no mercado afeta seu custo, os partidos fazem isso ao produzir mais informação. Sistemas partidários muito competitivos, nos quais a posição ideológica ou marca partidária dos partidos são distintas e claras, devem facilitar ao eleitor a tarefa de escolher entre eles. Assim, as instituições afetam indiretamente o conhecimento político intermediando a relação entre partido e conhecimento ao fornecerem incentivos para que os partidos produzam mais informações aos eleitores.

Figura 2 - Modelo teórico de como os mecanismos contextuais atuam sobre o conhecimento político



Além do mecanismo associado a custos e incentivos, teorizamos ainda um segundo mecanismo pelo qual o contexto pode afetar o conhecimento político. O contexto pode afetar o conhecimento político não ao reduzir os custos da informação, mas ao motivar o eleitor a pagar por eles, independentemente do nível desses custos. A motivação atua elevando atitudes como a satisfação com o funcionamento da democracia e a sensação de eficácia do eleitor. É razoável concluir que quanto mais satisfeito e politicamente eficaz um eleitor se sente com o regime

político, mais motivado ele estará a pagar os custos da informação necessária à participação, ainda que esses custos sejam elevados.

Uma discussão detalhada do funcionamento desses mecanismos e sua operacionalização com variáveis mensuráveis encontram-se nos capítulos 4, 5 e 6. O ponto aqui é focar no argumento de que as instituições implicam custos e fornecem incentivos, os quais constroem o comportamento político tanto de partidos e candidatos quanto dos eleitores. Esta ideia tem origem nas teorias institucionalistas baseadas no modelo teórico da escolha racional (Downs, 1957; Norris, 2004). Nossa premissa teórica, portanto, é que “formal electoral rules generate important incentives that are capable of shaping and constraining political behavior” (Norris, 2004: 7). O modelo da escolha racional assume que o eleitor age de forma racional e autointeressada, buscando maximizar a utilidade de suas ações com o menor custo possível. Ao fazer esse cálculo, o eleitor leva em conta e responde estrategicamente aos incentivos e constrangimentos oferecidos pelas instituições. O próprio conhecimento político pode ser entendido – e, na literatura, frequentemente é – como um recurso, e como todo recurso a sua aquisição implica algum custo. Nosso modelo se apoia, portanto, nos pressupostos da teoria da escolha racional e supõe que o eleitor busca maximizar a utilidade de seus recursos pessoais fazendo cálculos de custo e benefício que orientam a sua decisão de adquirir ou não informação. Entretanto, sabemos que a teoria da ação racional é irrealista e que apenas o comportamento estritamente econômico/racional não pode explicar todas as decisões tomadas pelos eleitores. Assim, ao teorizar o mecanismo da motivação, nosso modelo também leva em conta comportamentos não econômicos baseados em disposições psicológicas.

Em suma, fatores contextuais como as instituições políticas formais e os padrões de competição partidária em um país afetam o conhecimento político ao regular os custos da informação ou ao motivar os eleitores a pagar por estes custos. Em contextos políticos complexos, ou seja, em contextos cujas instituições políticas possuem regras e procedimentos complicados e difíceis de entender, ou cujo fornecimento de incentivos e motivações é baixo, esperamos encontrar menores níveis de conhecimento político quando comparados a contextos mais simples. Instituições políticas formais e partidos tanto podem afetar diretamente o conhecimento político de seus cidadãos, como podem moderar o efeito de variáveis situadas a nível individual sobre esse conhecimento. Portanto, a importância de variáveis como recursos cognitivos e atitudes democráticas para explicar o conhecimento deve variar em função do contexto. Em contextos complexos esperamos observar uma importância maior dos recursos e atitudes pró-sistema político na explicação da variação do conhecimento político relativamente

a contextos mais simples. O nível de conhecimento pode variar de acordo com os recursos e as atitudes individuais dos eleitores, mas a força dessa variação vai depender de características contextuais que afetam os custos e os motivos de adquirir conhecimento. É essa a tese que a presente pesquisa buscou testar.

### 3. O CONHECIMENTO POLÍTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Esse capítulo tem dois objetivos: 1) definir exatamente o que se entende por conhecimento político e como podemos operacionalizar esse conceito; 2) descrever a situação do conhecimento político num conjunto relativamente amplo de países. A literatura nos oferece várias definições e várias estratégias de operacionalização, mas na prática tais possibilidades são bem mais limitadas em razão dos dados disponíveis. Discutimos aqui como podemos medir o conhecimento político com base nos dados do módulo 4 do CSES. O resultado é um índice construído com cinco indicadores. Esse índice é a variável dependente desta pesquisa e que será empregada para testar as nossas hipóteses.

#### 3.1. O QUE É CONHECIMENTO POLÍTICO E COMO PODEMOS MEDI-LO?

##### 3.1.1. Da sofisticação política ao conhecimento político: evolução do conceito

Antes de analisarmos como o conhecimento político se distribui ao longo dos países que compõem o módulo 4 do CSES, é preciso definir exatamente o que se entende pelo conceito de conhecimento político e como se pode medi-lo. O estudo pioneiro de Converse (2006) sobre sistemas de crenças foi talvez o primeiro a discutir e analisar empiricamente o que se convencionou chamar de *sofisticação política*. Converse (2006: 3) define um *sistema de crenças* como "uma configuração de ideias e atitudes na qual os elementos estão unidos por alguma forma de constrangimento ou interdependência funcional". A palavra-chave aqui é constrangimento. Essa forma de constrangimento ou interdependência funcional normalmente é descrita em termos de ideologia. Os indivíduos politicamente sofisticados de Converse possuem um sistema de crenças amplo e bem estruturado. Eles entendem e mobilizam construtos abstratos (como liberal e conservador, esquerda e direita) para fazer senso da política – Converse chama essa categoria de ideólogos. Sob seus critérios rigorosos, ele estimou que apenas 2,5% da população americana podia ser classificada nesses termos.

Avançando na definição do conceito, Neuman (1986) chegou a uma definição composta por três dimensões, cada uma delas subdividida por uma série de atitudes e comportamentos diferentes. Segundo Neuman, a sofisticação política envolve não apenas a capacidade de conceitualização política, foco principal da abordagem de Converse na terminologia de Neuman, como também *saliência política* (interesse, envolvimento e exposição à mídia) e



conhecimento sobre política (informação factual sobre diferentes aspectos do sistema político). Essa definição do conceito viria a ser adotada no Brasil com o estudo de Castro (1994) sobre os determinantes do comportamento eleitoral no país. Na mesma época, Luskin (1987) também fala em um conceito tridimensional. Para ele, um sistema de crenças políticas é constituído por uma série de cognições políticas que variam em termos de tamanho, alcance e organização. Em artigo anterior, Neuman (1981) já havia defendido que, analiticamente, as crenças políticas de um indivíduo podem ser divididas em ao menos duas dimensões: uma de diferenciação e outra de integração. A dimensão da diferenciação diz respeito ao conhecimento político puro e simples e à capacidade de diferenciar diferentes objetos do mundo político. Noções ideológicas como liberal e conservador, por sua vez, dizem respeito à dimensão da integração, ou seja, são responsáveis por integrar os conhecimentos em termos de constructos abstratos mais gerais.

Já a partir da década de 1990 e, especialmente, com os trabalhos de Delli Carpini e Keeter (1993, 1996), o conceito de sofisticação política e seu debate sobre níveis de conceitualização, constrangimento ou organização das cognições políticas começou a dar lugar às noções de conhecimento político ou informação política. Ou seja, o foco das análises foi deslocado da dimensão da integração, nos termos de Neuman, para a da diferenciação. Delli Carpini e Keeter (1996: 10) definem conhecimento político como “a extensão de informação factual sobre política que está armazenada na memória de longo prazo”. Essa definição viria a ser a adotada pela maior parte dos pesquisadores. Embora alguns autores utilizem o termo conhecimento político, enquanto outros preferem informação política, na prática essas terminologias expressam conceitos muito semelhantes senão idênticos. Assim, nesta pesquisa utilizamos informação política e conhecimento político como sinônimos. Mais recentemente, Boudreau e Lupia (2011: 171) formularam uma definição mais operacional dentro da abordagem proposta por aqueles autores: conhecimento político é “a medida da habilidade de um cidadão de fornecer respostas corretas a um conjunto específico de perguntas baseadas em fatos”. Ao contrário de sofisticação política, conhecimento político é um conceito mais diretamente mensurável e evita dificuldades metodológicas decorrentes do elevado grau de abstração do conceito de sofisticação (Bennett, 1989; Delli Carpini e Keeter, 1993; Fuks e Batista Pereira, 2011).

Assim, para os propósitos desta pesquisa, conhecimento político é toda informação factual que um indivíduo é capaz de fornecer sobre diferentes aspectos do sistema político em um ponto específico no tempo. Essas informações dizem respeito, por exemplo, a como o governo funciona, às regras para a eleição de representantes, e a quem é quem no jogo político. Vale notar, todavia, que embora conhecimento e informação sejam tratados como sinônimos na

literatura, analiticamente trata-se de noções distintas: informação é requisito de conhecimento, mas não é a mesma coisa que conhecimento (Boudreau e Lupia, 2011). Dito isso, nós seguimos a convenção da literatura no uso do conceito de conhecimento político para descrever a posse de informações factuais sobre objetos políticos.

### **3.1.2. Operacionalização do conceito de conhecimento político**

A operacionalização do conceito de conhecimento político tem sido geralmente feita na literatura de duas maneiras principais (Levendusky e Jackman, 2019). Indiretamente, através da avaliação pessoal feita pelo entrevistador ao final da aplicação do questionário acerca do nível geral de conhecimento político do entrevistado (Bartels, 1996). Embora alguns autores, como Zaller (2019), defendam que a avaliação do entrevistado representa, como medida isolada, o melhor indicador de conhecimento político, e estudos como Cohen e Zechmeister (2019) concluam que essa medida retorna resultados muitos parecidos com as medidas baseadas em informações factuais, há razões teóricas fortes para duvidar da confiabilidade e validade desse tipo de medida. Para começar, é bastante improvável que um conceito complexo como conhecimento político possa ser reduzido e captado por uma única variável do tipo escala de likert. Daí a necessidade de medidas construídas a partir de múltiplos indicadores. Em segundo lugar, a utilização da percepção do entrevistador se baseia na suposição não testada de que todos os entrevistadores usam a escala da mesma maneira. Mas o fato de que não é possível garantir que as avaliações feitas subjetivamente por entrevistadores diferentes sejam padronizadas resulta na introdução de uma fonte de erro extra na medida. O que um entrevistador percebe como alto conhecimento pode não ser o mesmo para outro entrevistador. De qualquer maneira, o CSES não conta com a variável de avaliação subjetiva do entrevistador.<sup>3</sup>

A operacionalização mais usada na literatura tem se baseado na construção de escalas aditivas de perguntas factuais nas quais um indivíduo é ranqueado de acordo com quantas respostas corretas ele é capaz de fornecer. A vantagem dessa abordagem está em sua objetividade: um fato é um fato e não está sujeito a debate. As perguntas só podem ter uma resposta correta. Mas o que perguntar? Parece haver relativo consenso de que o eleitor deve ser capaz, sobretudo, de discernir o que o governo é e faz (as regras e o funcionamento das instituições políticas). Além disso, deve saber quem são os atores em jogo e quais os assuntos

---

<sup>3</sup> O LAPOP-2017, por exemplo, utiliza esse tipo de mensuração do conhecimento político.

em pauta na ordem do dia. No entanto, o conjunto total de objetos políticos que podem ser conhecidos não pode ser especificado, de modo que qualquer seleção envolve algum grau de arbitrariedade do pesquisador. Por trás da discussão sobre quais perguntas fazer está a questão se o conhecimento político é um conceito uni ou multidimensional. Em seu estudo paradigmático sobre a mensuração do conhecimento político, Delli Carpini e Keeter (1993, 1996) defendem que o conhecimento político é um conceito unidimensional e pode ser medido por poucos indicadores. Para eles, a medida ideal seria baseada em dez indicadores, mas concluem que uma medida minimamente adequada pode ser obtida com apenas cinco indicadores.

É improvável que toda informação tenha a mesma relevância para a formação do conhecimento político em geral, de modo que um segundo problema com esse tipo de operacionalização está em como atribuir pesos específicos para cada item individual de acordo com a sua relevância. Muitos pesquisadores ignoram o problema e simplesmente somam as respostas corretas. Uma saída encontrada tem sido estimar empiricamente os parâmetros de dificuldade e discriminação de uma pergunta a partir de um modelo baseado na Teoria da Resposta ao Item (Delli Carpini e Keeter, 1993; Levendusky e Jackman, 2019). Outro problema em particular das medidas baseadas em perguntas factuais se refere à sua aplicação em pesquisas comparadas. Trata-se da dificuldade de determinar quais fatos são comparáveis através de diferentes contextos nacionais (Turgeon e Luskin, 2019).

Estas são questões de validade do conteúdo, mas a operacionalização do conceito envolve também questões relativas ao formato. Especificamente: as respostas “não sabe” devem ser desconsideradas (tratadas como *missings*) ou devem contar como erradas? Convencionalmente, a literatura via de regra tem tratado as respostas “não sabe” como resposta errada. Além disso, as perguntas devem ser abertas ou fechadas? No caso destas, devem possuir múltiplas alternativas ou apenas certo e errado, verdadeiro e falso? Alguns autores questionem o uso de questões fechadas e da categorização das respostas “não sei” como erradas afirmando que essas decisões geram problemas metodológicos. Em relação à categoria “não sei”, há preocupação de que esse tipo de resposta esconda algum grau de conhecimento da parte do respondente (Luskin e Bullock, 2011). Uma das principais contribuições dos estudos sobre *gap* de gênero – isto é, as diferenças de níveis de conhecimento entre homens e mulheres – é a conclusão de que os homens tendem a chutar mais do que as mulheres, enquanto estas são mais propensas a responder “não sei”. Assim, as perguntas fechadas e a classificação de “não sei” como erro tenderiam a favorecer os homens (Mondak e Anderson, 2004; Fortin-Rittberger, 2016). A

recomendação desses autores é evitar perguntas que permitam ao entrevistado “chutar” a resposta, inclusive desencorajando o respondente a chutar no ato da entrevista.<sup>4</sup> Luskin e Bullock (2011), entretanto, investigam essas alegações e concluem que essas alterações não alteram o quadro atual do que sabemos sobre o conhecimento político dos eleitores. Para eles, no fim das contas “não sei” significa, de fato, “não sei” – e é dessa maneira que, explícita ou implicitamente, a maior parte dos autores tem trabalhado.

Uma terceira estratégia para mensurar o conceito de conhecimento político é construir um indicador da capacidade do eleitor de localizar os partidos políticos na escala esquerda-direita (Gordon e Segura, 1997; Fortunato *et al*, 2016; Turgeon e Luskin, 2019).<sup>5</sup> Teoricamente, essa medida indica se o eleitor compreende os conceitos de esquerda e direita, e se ele conhece os partidos e é capaz de classificá-los de acordo com esse entendimento. Essa medida também é largamente utilizada na literatura, mas a forma como ela é construída varia bastante. Em primeiro lugar, é preciso estabelecer a “verdadeira” posição dos partidos em relação à qual a posição fornecida pelo respondente deve ser julgada. Uma maneira de fazer isso é usando a média das respostas de todos os entrevistados (Gordon e Segura, 1997; Fortunato *et al*, 2016). A desvantagem dessa estratégia é ser pouco sensível a mudanças ideológicas mais ou menos bruscas na orientação de um partido (Fisher *et al*, 2018). Outra estratégia é se basear na opinião de experts (cientistas políticos) sobre o assunto.

A segunda decisão que o pesquisador deve tomar é como avaliar a resposta do entrevistado em relação à “verdadeira” posição do partido. Isso pode ser feito ao menos de duas maneiras: avaliando onde o entrevistado localiza determinado partido na escala independentemente da posição em que ele coloca os demais partidos, ou avaliando a posição de um partido relativamente aos demais. No caso desta última estratégia, colocar o Partido dos Trabalhadores à esquerda do Partido da Social Democracia Brasileira, por exemplo, constitui um acerto, independentemente de onde o entrevistado coloca ambos na escala esquerda-direita. Segundo Fortunato *et al* (2016), a vantagem do posicionamento relativo é evitar erros associados com diferentes entendimentos sobre o que vem a ser esquerda e direita ou sobre o

---

<sup>4</sup> O problema do gap de gênero, aliás, não tem implicações apenas sobre as questões relativas ao formato das perguntas, mas também à validade do conteúdo, discutidas no parágrafo anterior. Alguns autores trabalham com a hipótese de que parte das diferenças nas taxas de conhecimento entre homens e mulheres se devem a perguntas cujos temas não são relacionados diretamente às experiências e necessidades próprias das mulheres (Barabas *et al*, 2014).

<sup>5</sup> Há dúvidas se podemos considerar a posição de um partido na escala esquerda-direita como um fato porque ela não é um fato objetivo mas depende da percepção de um observador, seja especialistas, eleitores ou o próprio partido. Por essa razão considerei essa estratégia de operacionalização do conceito como analiticamente diferente da estratégia baseada em perguntas factuais.

que um “oito” ou um “dois” na escala significam. Além disso, respostas que colocam o partido bem no meio da escala (ponto 5 numa escala de 0 a 10) podem esconder uma estratégia deliberada da parte do entrevistado para evitar transparecer não saber onde localizar o partido na escala ou não saber o significado das noções de esquerda e direita. Metodologicamente, portanto, o correto é excluir todas as respostas localizadas bem no centro da escala. O problema disso, contudo, é a grande perda de dados. A estratégia de localização relativa evita a perda de dados que acontece quando se exclui da amostra o entrevistado que coloca o partido bem no meio da escala.

### **3.1.3. Base de dados: conhecimento político no módulo 4 do CSES**

Embora a literatura nos ofereça todas essas possibilidades de definir e medir o conhecimento político, os dados empíricos existentes são bem mais limitados. Na prática, os pesquisadores frequentemente não tomam todas as decisões envolvidas na operacionalização do conceito e têm que lidar com os dados disponíveis. Isso é ainda mais verdadeiro no caso da pesquisa comparada, uma vez que o custo operacional envolvido nesse tipo de pesquisa inviabiliza ao pesquisador individual produzir seus próprios dados. Normalmente, os pesquisadores dependem da cooperação entre inúmeros pesquisadores em vários países diferentes que aceitam integrar em seus surveys nacionais uma bateria de perguntas comuns a todos eles, como é o caso do CSES. A boa notícia é que o CSES possui uma bateria de perguntas desenhadas com o objetivo de indicar o nível geral de atenção do eleitor à política. A má notícia é que ela está muito longe do ideal. Nas três primeiras rodadas da pesquisa, a bateria dispõe de três perguntas. No módulo 4 esse número sobe para quatro. Mas há outra diferença mais importante entre esses módulos do que o simples número de perguntas.

As três primeiras rodadas, que vão de 1996 a 2011, contam com perguntas formuladas especificamente para cada contexto nacional pelos colaboradores dos países participantes. Essas perguntas divergem não apenas em termos de conteúdo (objetos do mundo da política), mas também em relação ao formato das questões: algumas são de resposta aberta, outras apresentam duas ou mais alternativas. O único critério comum a todas elas é que possuíssem três níveis de dificuldade com base em suas taxas de acerto. A primeira deve ser capaz de ser respondida por dois terços dos entrevistados, a segunda por metade deles e a última por apenas um terço. Essa falta de padronização impede que diferenças observadas nas taxas de acerto entre os países sejam tomadas como diferenças reais nos níveis de conhecimento político entre

eles. Elff (2009) analisou a comparabilidade das amostras nacionais presentes no CSES utilizando dados do módulo 2 e seu modelo mostra que a equivalência dos itens da bateria de conhecimento é baixa devido à grande variabilidade em seus parâmetros de discriminação e dificuldade. Ele conclui que os países não podem ser comparados com base nesses dados. Além do mais, como houve a preocupação de padronização apenas em termos de dificuldade, as médias e variâncias entre os países variam muito pouco, o que impede que esses dados sejam usados em uma pesquisa cujo escopo é a comparação entre países (Fisher *et al*, 2008). A conclusão pode ser estendida aos demais módulos: a falta de padronização das perguntas sobre conhecimento político nos três primeiros módulos impossibilita que estes dados sejam juntados aos dados do módulo 4. As grandes diferenças na elaboração e aplicação das perguntas nos módulos 1 a 3 não nos permitem dizer se as diferenças observadas nas taxas de conhecimento decorrem de variações reais dessa variável ou de variações de erro na mensuração entre os países (Curtice in: Dalton e Klingemann, 2007).

Apenas o quarto módulo 4 (2011-2016) apresenta perguntas idênticas para todos os países participantes – ou seja, apresenta uma medida padronizada de conhecimento político aplicada em todos os países. As perguntas são fechadas, possuindo quatro alternativas cada, e versam sobre os seguintes temas:

- a) *Qual dessas pessoas foi o ministro das finanças antes da eleição recente?*
- b) *Qual era a taxa de desemprego no [país] a partir de [data]?*
- c) *Qual [partido, aliança ou coalizão] obteve o segundo maior número de assentos na [nome da câmara baixa em sistemas bicamerais; ou assembleia, parlamento ou congresso em sistemas unicamerais]?*
- d) *Quem é o atual Secretário-Geral das Nações Unidas?*

Assim, infelizmente esta pesquisa teve que se limitar aos dados do módulo 4 do CSES. Vale dizer que mesmo com essa limitação o CSES constitui a melhor fonte de dados existente atualmente para se estudar comparativamente o conhecimento político. Além da pesquisa trabalhar com perguntas factuais para medir conhecimento político, os países participantes são em número relativamente grande – quarenta e cinco no módulo 4 no total. Excluindo-se os países que não possuem algum dos cinco indicadores utilizados para construir a medida de conhecimento, ficamos com uma base de dados composta por trinta e sete amostras nacionais.<sup>6</sup>

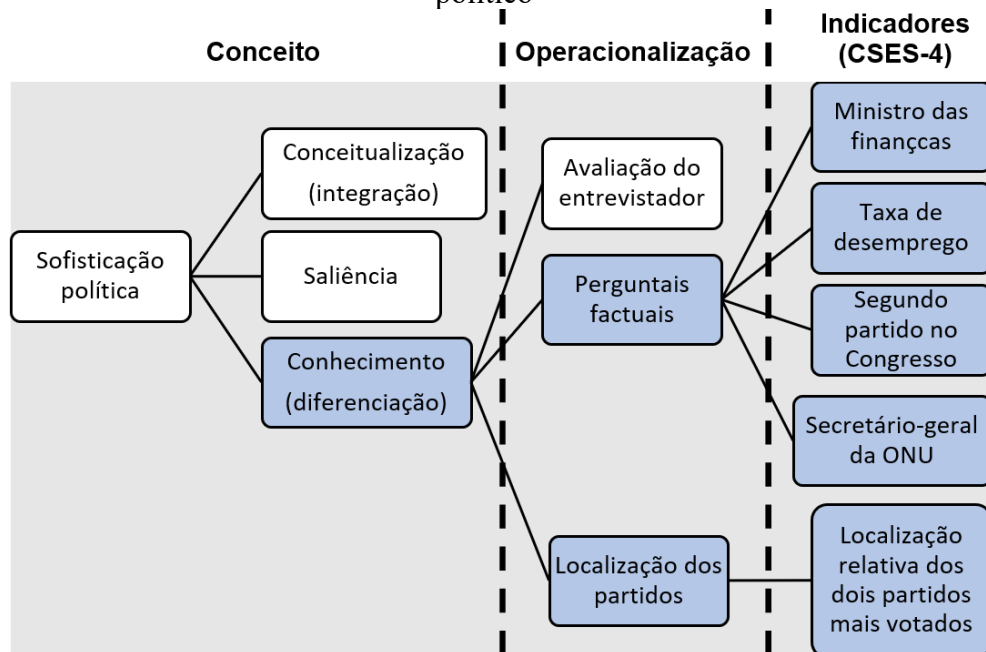
---

<sup>6</sup> Os oito países que tiveram que ser excluídos por falta de dados relativos a algum dos indicadores de conhecimento político são: Argentina (2015), Canadá (2011), Irlanda (2011), Letônia (2014), Peru (2016), África do Sul (2014), Tailândia (2011), Taiwan (2012).

Além disso, o fato de que esses países estão espalhados por vários continentes e não concentrados em uma região geográfica se reflete em uma maior variabilidade nas suas características contextuais, justamente o foco de interesse da nossa pesquisa. Outros programas de pesquisa internacionais, como o LAPOP e o EuroBarometer, não satisfazem tão bem as duas condições descritas acima. Apesar de ambos possuírem uma bateria sobre conhecimento político, cobrem um número inferior de países, os quais estão, ademais, concentrados em uma região geográfica específica.

Além da bateria sobre conhecimento político, o CSES-4 permite a construção de uma medida de capacidade de localização dos partidos na escala esquerda-direita. Adotamos aqui a estratégia de localização relativa e utilizamos a opinião de especialistas (já incluída na base do CSES-4) como critério de posição correta dos partidos. Em seu questionário, o CSES pergunta a localização de até nove partidos na escala esquerda-direita. No entanto, limitamos a nossa medida à localização dos dois primeiros partidos do questionário (os quais foram também os mais votados naquela eleição), porque à medida que incluímos mais partidos acabamos por atribuir tarefas com dificuldades diferentes a diferentes países. Eleitores em países com sistemas bipartidários teriam naturalmente maior dificuldade de localizar um terceiro ou quarto partido do que eleitores em países com sistemas multipartidários, não em razão de diferenças de conhecimento político, mas sim das características do sistema partidário.

Figura 3 - Esquema da definição conceitual e operacional do conhecimento político



A figura 3 resume esquematicamente a caminho percorrido por esta pesquisa (balões destacados em azul), da definição conceitual à operacionalização do conceito e definição dos indicadores com base nos dados do CSES-4. Agora que temos definidos nossos indicadores de conhecimento político, podemos construir nossa medida de conhecimento político – isto é, nossa variável dependente – para, em seguida, descrever como esse aspecto cognitivo do eleitor se distribui ao longo dos países participantes do CSES-4.

#### **3.1.4. Variável dependente: calculando o Índice de Conhecimento Político**

O conhecimento político é medido nesta pesquisa como a somatória dos cinco indicadores descritos acima dividida pelo número de indicadores. Com isso, obtemos uma escala padronizada com seis níveis que vai de 0 a 1. Cada nível da escala equivale a 0,2 ponto e representa uma resposta correta. Obter score 0 significa que o respondente não foi capaz de dar nenhuma resposta correta, enquanto obter score 1 significa que ele respondeu corretamente a todas às perguntas. Antes de somá-las, as variáveis originais da bateria de conhecimento do CSES-4 (de múltiplas alternativas) foram transformadas em variáveis dicotômicas indicando se um indivíduo acertou ou errou a resposta à pergunta. Respostas “não sabe”, “se recusou”, no caso das perguntas factuais, e “nunca ouviu falar de esquerda e direita”, “nunca ouviu falar do partido” e “não sabe onde posicionar [o partido]”, no caso da pergunta de localização dos partidos, foram codificadas como erradas.

Antes de continuarmos é preciso alguma garantia de que essa medida é confiável e mede realmente o conceito proposto. De acordo com Hair *et al* (2009: 125), a construção de qualquer escala múltipla implica quatro questões: definição conceitual, dimensionalidade, confiabilidade e validade. No que tange à primeira questão, pode-se questionar dois dos indicadores selecionados por não estarem inteiramente de acordo com a definição conceitual adotada: a pergunta sobre a taxa de desemprego e sobre o secretário-geral da ONU. Com efeito, pode-se argumentar que se trata de assuntos mais amplos do que o conhecimento político em sentido estrito. Alguns estudos têm mostrado que o conhecimento político pode ser específico ou genérico, e que a relação do conhecimento político com determinadas variáveis preditoras depende do tipo de conhecimento que está sendo medido (Barabas *et al*, 2014). Como o foco desta pesquisa está no efeito das variáveis contextuais que constituem o sistema político, os dois indicadores em questão são os que, em teoria, menos se relacionam com essas variáveis contextuais. A saída foi construir duas medidas de conhecimento político, uma ampla, incluindo



todos os cinco indicadores, e outra estrita, excluindo os dois indicadores em questão. A primeira eu chamei de Índice de Conhecimento Político Amplo (ICPa) e a segunda Índice de Conhecimento Político Estrito (ICPe). A maioria das análises realizadas nesta pesquisa foram feitas duas vezes, uma para cada medida diferente.

Podemos testar a validade estatística desse procedimento realizando uma análise fatorial. Além disso, a análise fatorial é importante para testar a segunda suposição que deve ser atendida na construção de escalas múltiplas: a unidimensionalidade dos indicadores. A análise fatorial nos ajudar a compreender como um certo número de variáveis se intercorrelacionam e se agrupam entre si, e esse conhecimento pode ser aplicado na redução dos dados em um número menor de variáveis novas que representem o conjunto mais amplo das variáveis originais. Especificamente, para a nossa pesquisa a análise fatorial serve a dois objetivos: testar se as variáveis usadas na construção da escala de conhecimento político são unidimensionais, isto é, se todas elas fazem parte de uma única dimensão conceitual e, portanto, estão medindo aspectos diferentes de um mesmo objeto; e testar se os dois indicadores descritos no parágrafo acima podem ser de fato excluídos para a criação de uma segunda medida, mais estrita, de conhecimento político.

Começamos com uma análise fatorial exploratória utilizando o método dos componentes principais sem especificar *a priori* nenhum número de componentes (fatores) a serem extraídos. O critério padrão é a extração de fatores com autovalor maior do que 1, ou seja, um fator deve explicar ao menos a mesma quantidade total de variação nos dados que uma variável. A análise de componentes principais resultou na extração de apenas um fator, com autovalor de 2 e variância total explicada de aproximadamente 41%. Esse resultado confirma que os cinco indicadores representam uma mesma dimensão conceitual.

A fim de testar a validade da distinção entre medida ampla e medida estrita, podemos refazer a análise “foçando” a extração de dois fatores. Como é possível justificar teoricamente que os dois fatores não são independentes mas relacionados entre si, optou-se pelo método de rotação oblíquo *oblímin direto* (Field, 2009: 643). Aceitou-se como significativas cargas fatoriais acima de 0,3 (Hair *et al*, 2009: 119). O resultado também é condizente com a decisão de construir uma segunda medida excluindo as perguntas sobre a taxa de desemprego e o secretário-geral da ONU, justamente as variáveis que carregaram no segundo fator, como podemos ver na tabela 1 (variáveis i2 e i4). Isso mostra que, de fato, podemos separá-las em uma dimensão à parte. Contudo, importa saber que a pergunta sobre o secretário-geral da ONU carregou também no primeiro fator com uma carga fatorial maior do que no segundo fator. Ou

seja, esse indicador está mais correlacionado com o componente 1 (medida ampla) do que com o componente 2 (medida estrita).

Tabela 1 - Análise de componentes principais

	Componente	
	1	2
Segundo partido no congresso (i3)	0,812	
Ministro das finanças (i1)	0,667	
Teste de localização (i5)	0,651	
Secretário-geral da ONU (i4)	0,475	0,385
Taxa de desemprego (i2)		0,926

*Nota:* coeficiente de correlação entre os fatores: 0,268.

Um último aspecto que é importante que se observe na análise fatorial é a matriz de correlações reproduzidas. Essas correlações são calculadas com base no modelo fatorial e servem para avaliar a qualidade do ajuste do modelo. Espera-se que a diferença entre as correlações previstas pelo modelo e as observadas – isto é, o resíduo – seja pequena (inferior a 0,05). Espera-se também que diferenças superiores a 0,05 não ultrapassem 50% do total de correlações (Field, 2009: 664). Em relação ao primeiro modelo com apenas um único fator extraído, todas as correlações reproduzidas excederam largamente o patamar de 0,05. Em relação ao segundo modelo, apenas uma correlação prevista gerou um resíduo abaixo desse patamar. Essa grande divergência entre os dados observados e previstos pelo modelo indica um modelo fatorial ruim.

Em relação à confiabilidade da medida, a convenção é utilizar o *alfa de Cronbach* para testar se a medida é confiável e consistente – ou seja, se podemos estar relativamente seguros de que repetidas mensurações, *ceteris paribus*, resultarão em valores idênticos. Para a medida ampla (ICPa) o alfa de Cronbach é de 0,632 e para a medida estrita (ICPe) 0,557. O limite inferior geralmente aceito para o alfa é de 0,70 e 0,60 quando se tratar de pesquisa exploratória (Hair *et al*, 2009). Embora o número de itens afete o coeficiente – escalas com poucos itens tendem a ter alfas menores –, não é possível concluir com um alto grau de confiança que os indicadores de conhecimento político compõem uma escala confiável.

Em resumo, os cinco indicadores de conhecimento político parecem representar um mesmo construto conceitual, embora a escala construída a partir deles não seja plenamente confiável. Além disso, a análise sugere que dois dos indicadores são em alguma medida

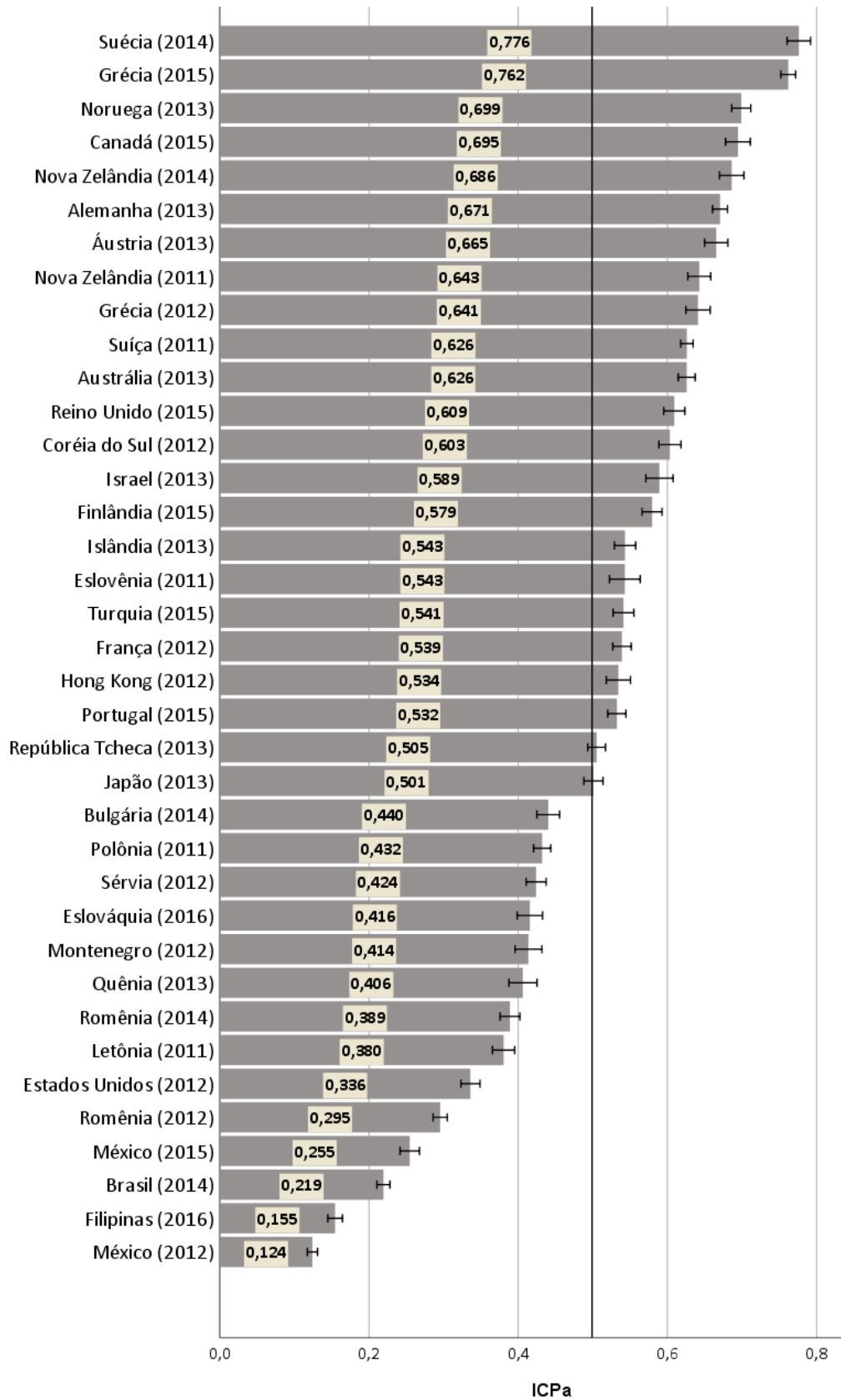
conceitualmente distintos, justificando assim a utilização de uma medida ampla e outra estrita de conhecimento. Os problemas inerentes aos indicadores observados na análise parecem decorrer do fato de que eles dizem respeito a objetos bastante díspares do mundo político. Assim, naturalmente a correlação entre eles é baixa. Uma saída para esse problema pode ser, além de rodar os testes para cada medida, sempre que for pertinente rodar um terceiro ou quarto teste utilizando como variável dependente algum dos indicadores separadamente.

### 3.2. DISTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO POLÍTICO NOS PAÍSES DO CSES

A primeira e mais básica análise que podemos fazer é comparar os países em termos de conhecimento político médio – isto é, utilizando os dados agregados. O gráfico 1 apresenta os países ranqueados com base na média dos scores obtidos no ICPa. A linha vertical refere-se à média global, sem divisão por país. De maneira geral, numa primeira análise o ranking é coerente com o que esperaríamos encontrar: os países mais desenvolvidos estão acima da média global e em colocações melhores quando comparados aos países menos desenvolvidos. Brasil, México e Filipinas amargam as piores posições no ranking. Suécia e Grécia (2015) encabeçam o ranking, com Noruega, Canadá e Nova Zelândia (2015) estatisticamente empatados na terceira posição. Os Estados Unidos, contudo, são uma exceção notável: situam-se no mesmo nível de Romênia e Letônia, abaixo do Quênia. O Quênia, aliás, também representa um outlier. Ele se situa numa posição mais elevada do que seria esperado em função do seu IDH – o mais baixo entre todos os trinta e sete países (ver gráfico 4).

A seguir podemos olhar para cada país separadamente e ver como o conhecimento político se distribui em cada um deles. O gráfico 2 apresenta a distribuição do conhecimento político em termos percentuais e de tendência central (moda e média) em cada um dos trinta e sete países da base dados. Podemos constatar que o conhecimento político varia largamente de país para país. Alguns países concentram a maior parte dos scores no início da escala, como Brasil, México, Filipinas e Estados Unidos. Nesses países, obviamente, a média é baixa. O México em 2012 obteve o pior resultado: cerca de 54% dos entrevistados não acertaram sequer uma pergunta, ao passo que o percentual global é de aproximadamente 12%. Outros países, como Áustria, Alemanha, Nova Zelândia, Suécia e Noruega, apresentam o padrão oposto: concentram a maior parte dos scores nos níveis mais altos da escala e possuem média elevada.

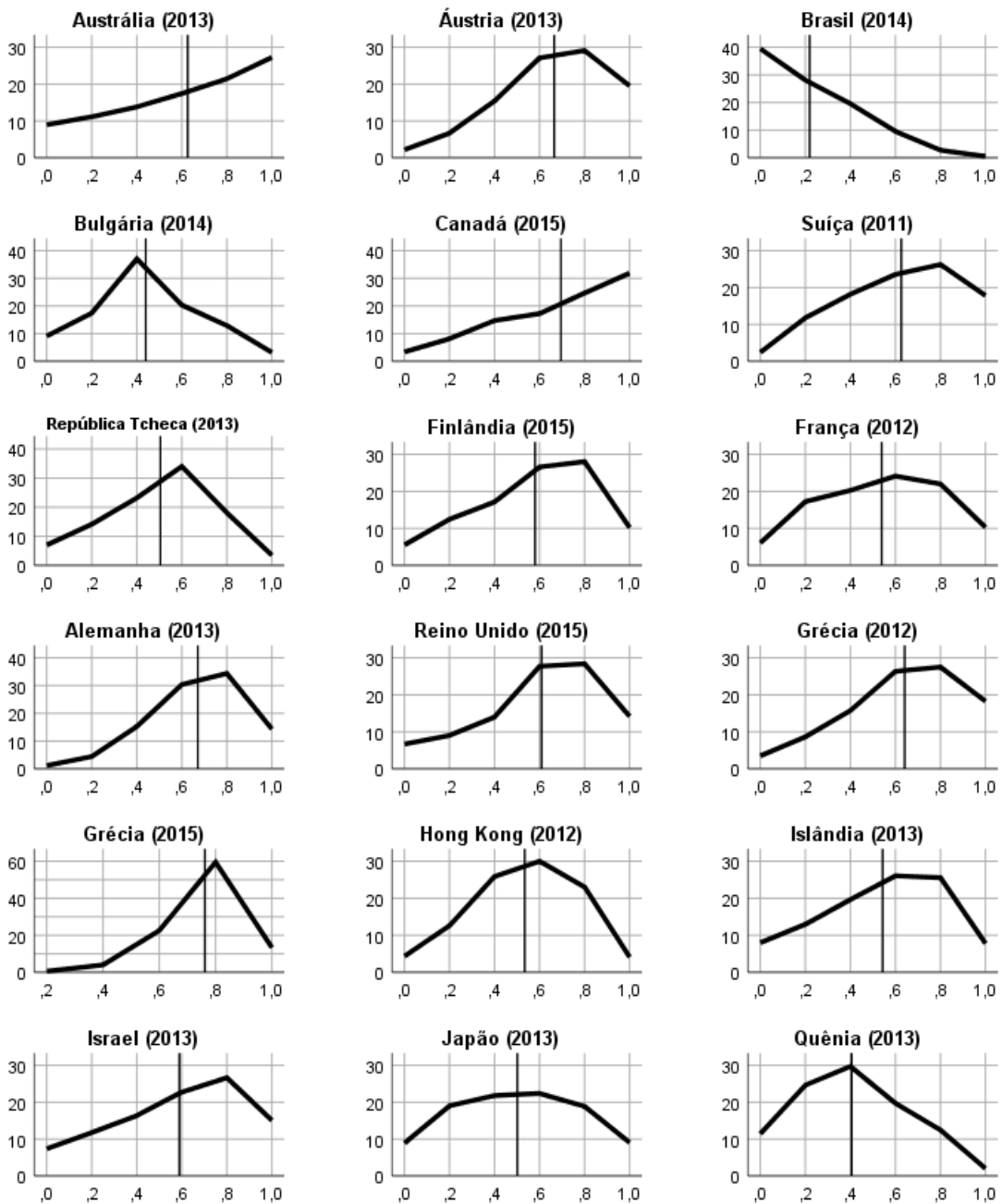
Gráfico 1 - Média do conhecimento político em trinta e sete países do CSES-4

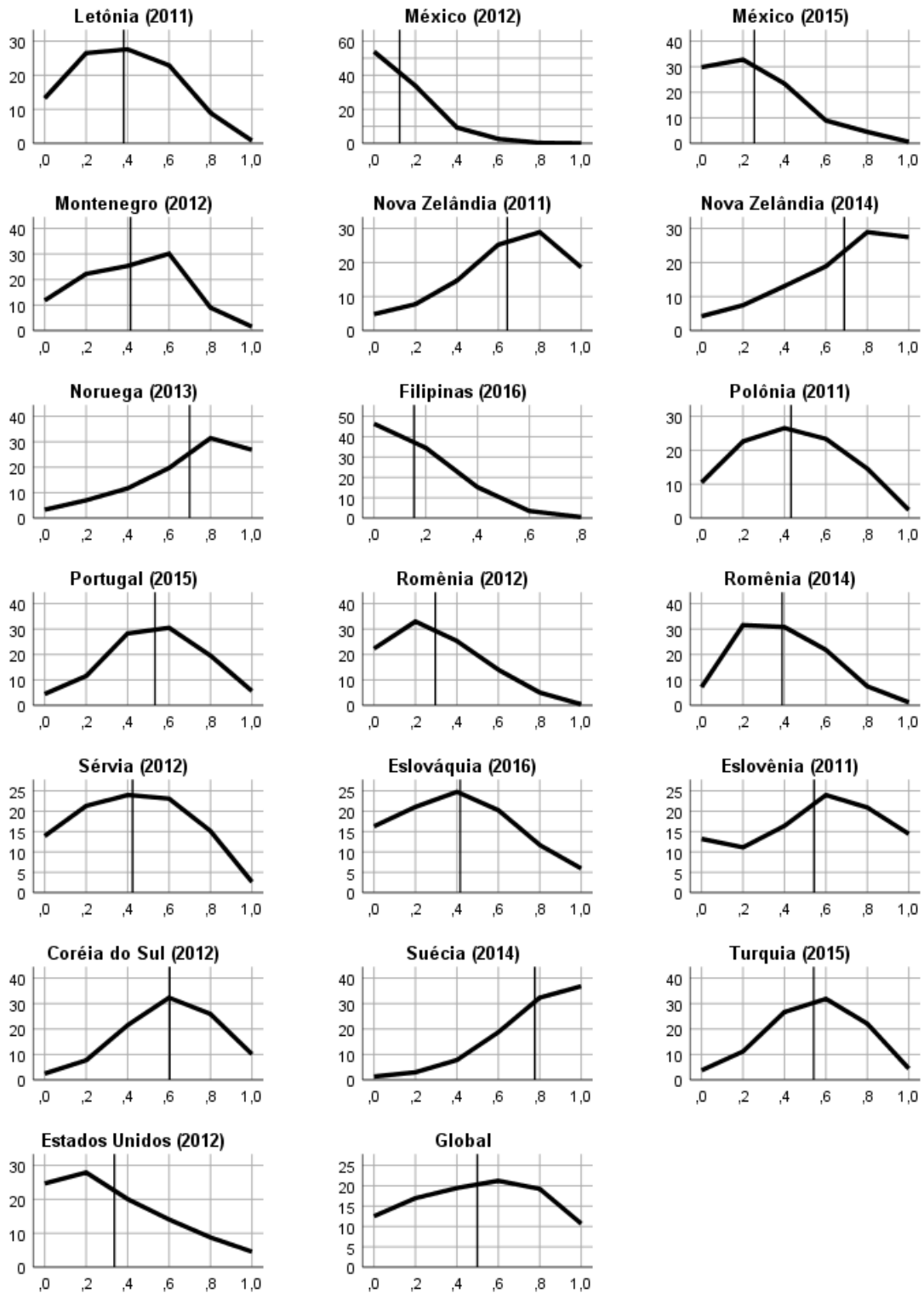


Nota: intervalos de confiança de 95%. A linha vertical refere-se à média global, sem divisão por país.

Na Suécia, país com a maior média de acertos, aproximadamente 37% dos entrevistados responderam corretamente a todas às perguntas, sendo que o percentual global é de aproximadamente 11%. Há ainda, logicamente, países no meio-termo, como Japão, França, Hong Kong e Polônia, nos quais a maior parte dos scores se concentra na região intermediária da escala.

Gráfico 2 - Distribuição do conhecimento político por país





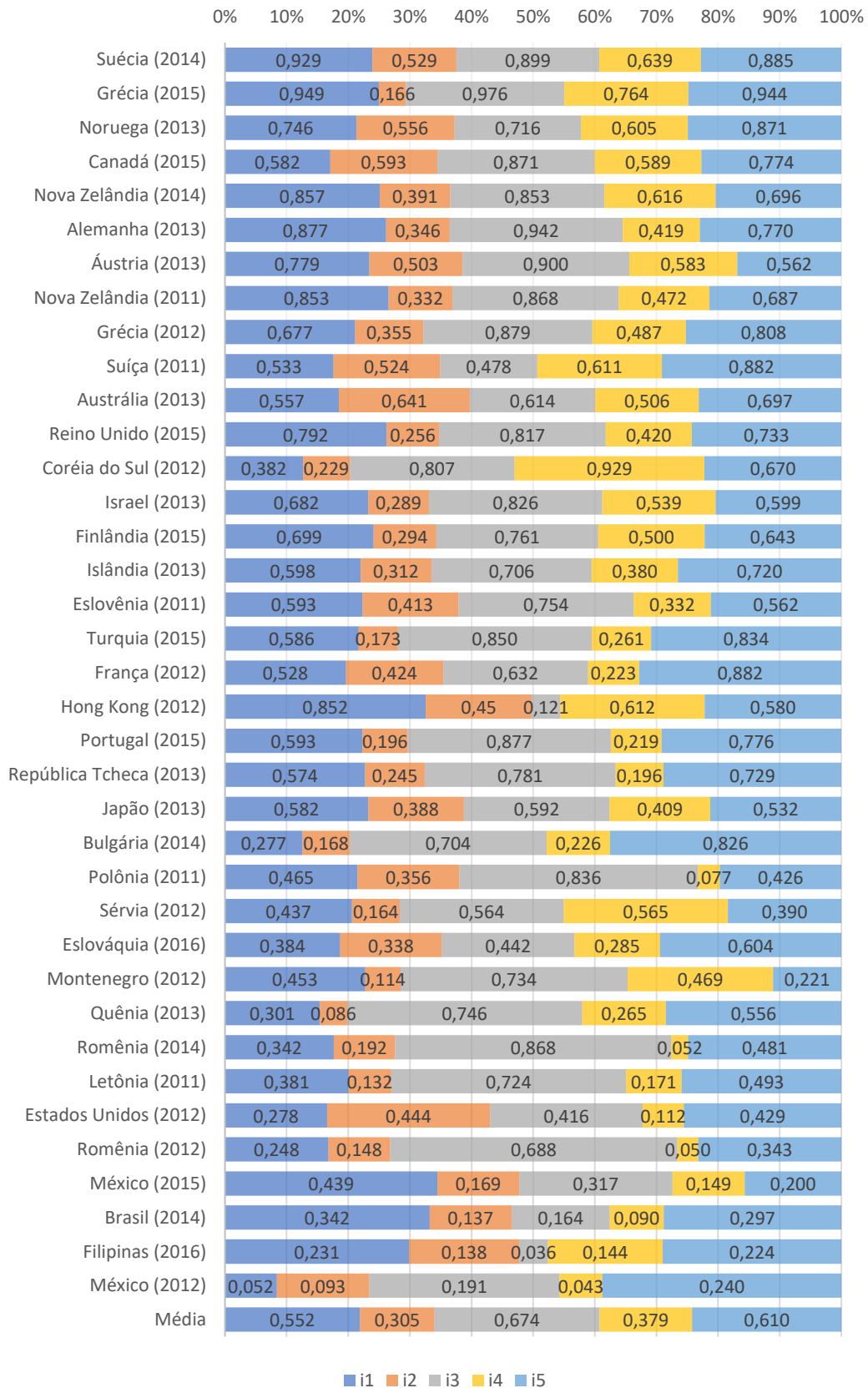
*Nota:* a linha vertical perpendicular ao eixo x refere-se à média de acertos no país. A categoria modal equivale ao score com maior percentual.

Vale observar ainda que a média pode esconder diferenças de variação nos percentuais. A Grécia (2015), por exemplo, tem a segunda maior média, mas isso se deve à grande proporção de indivíduos que acertaram a quatro perguntas e não às cinco.

Comparada à Suécia, líder do rank, na Grécia (2015) apenas 13% dos entrevistados acertaram todas as perguntas sobre conhecimento político. Isso se deve à grande taxa de respostas erradas dos gregos à pergunta sobre a taxa de desemprego, como se pode ver no gráfico 3. O gráfico 3 nos permite comparar o desempenho dos países em cada um dos cinco indicadores que constituem a escala de conhecimento político. O tamanho dos seguimentos da barra indica quanto a quantidade de acertos em uma pergunta representa em relação às demais. O valor de cada seguimento, por sua vez, se refere à proporção de respostas corretas a determinada pergunta. Os países estão rankeados da maior para a menor média (exatamente como no gráfico 1). Pode-se observar como a taxa de acerto em cada uma das perguntas varia bastante de país para país. Em relação ao desempenho geral em cada um dos indicadores, as perguntas 2 e 4 registraram o pior desempenho entre todos os países participantes, enquanto a pergunta 3 e o teste de localização dos partidos registraram o melhor desempenho. Vale lembrar que as perguntas 2 e 4 são justamente aquelas cujo conteúdo é menos relacionado com o conhecimento político em sentido estrito.

Voltando ao caso da Grécia, a taxa de acerto da pergunta sobre a taxa de desemprego representa cerca de 5% do total de acertos dos gregos nas cinco perguntas. Curiosamente, a despeito da gravíssima situação de desemprego no país à época da pesquisa, a pergunta em relação à qual os gregos tiveram o pior desempenho foi justamente a pergunta sobre a taxa de desemprego. A razão disto provavelmente é a situação de crise econômica aguda que assolava o país à época, de maneira que os gregos tenderam a superestimar a taxa de desemprego. Assim como o caso da Grécia em relação à pergunta sobre a taxa de desemprego, outros casos chamam a atenção. Por exemplo, a taxa de acerto muito acima da média na pergunta 4 (nome do secretário-geral da ONU) na Coreia do Sul. Enquanto a média de acertos neste indicador é 0,379, a taxa de acertos dos sul coreanos ficou em 0,929. Ou seja, quase 100% dos entrevistados responderam corretamente à pergunta. Isso se deve muito provavelmente ao fato de que na época da pesquisa o secretário-geral da ONU era o sul-coreano Ban Ki-Moon. Portanto, o caso da Grécia e da Coreia do Sul ilustram como a taxa de acerto de uma pergunta num dado país pode variar em função do contexto nacional. Em outras palavras, ilustram como o conhecimento político sobre determinados assuntos é dependente do contexto nacional.

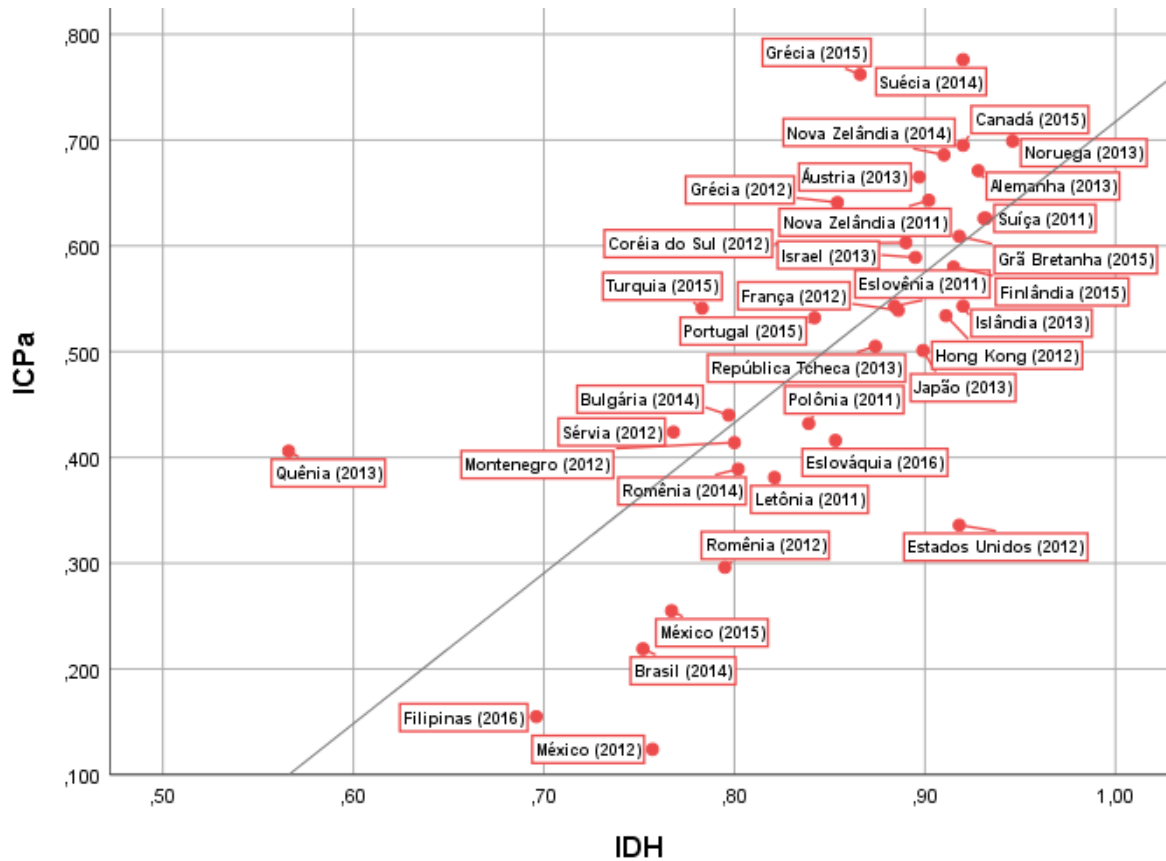
Gráfico 3 - Proporção de acerto em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por país





Para visualizar melhor a relação entre contexto nacional e conhecimento político, plotamos a média de conhecimento político em cada país contra o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Gráfico 4 - Média de conhecimento político por IDH



Nota: dados agregados por país (média no ICPa).  $N = 37$ .  $r = .697$ ,  $p < .01$ . Contudo, devido ao fato que a variável IDH não apresentar distribuição normal, calculamos também o coeficiente de correlação de Spearman ( $r_s$ ):  $.751$ ,  $p < .01$ .

Fonte: CSES módulo 4, United Nations Development Program.

Como se pode ver no gráfico 4, os Estados Unidos aparecem claramente como um caso desviante. Entre os países com IDH semelhante, ele é o que está mais longe do valor previsto pela reta de regressão. Mas ao cruzarmos conhecimento com IDH aparecem outros casos desviantes, como o México em 2012 e a Grécia em 2015. Esses dois casos divergem até mesmo em relação ao observado de uma eleição a outra. Uma variação tão grande em um mesmo país em um período tão curto de tempo sugere forte impacto de algum fator circunstancial. Em 2015 a Grécia vivia o ápice de uma grave crise econômica que se refletiu em instabilidade política, polarização política e manifestação popular. Não é surpresa, portanto, que cerca de 95% dos gregos entrevistados tenham acertado a pergunta sobre o ministro das finanças em 2015 (a

maior taxa de acerto entre todos os países), ao passo que em 2012 o percentual era de 68%. O caso do Quênia talvez seja o que mais chame à atenção. Trata-se do país com o pior indicador de desenvolvimento humano e, pela reta de regressão, o Quênia deveria possuir um conhecimento político médio próximo a 0,1. Mas com uma média acima de 0,4, o Quênia situa-se bem acima de outros países mais desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos. Portanto, embora exista uma correlação forte entre qualidade de vida e conhecimento político ( $r_s = .751$ ,  $p < .01$ ), ela é claramente insuficiente para explicar parte da variação no conhecimento político. Além disso, a análise até aqui mostra que o conhecimento político varia largamente de país para país. Essa variação precisa ser explicada.

### 3.3. PREDITORES DE NÍVEL MICRO DO CONHECIMENTO POLÍTICO

O passo seguinte na descrição do conhecimento político é observar como ele se distribui em diferentes grupos sociais. Sabemos pelas pesquisas anteriores que essa distribuição se dá de forma bastante desigual. Os gráficos 5 e 6 ilustram a variação do conhecimento político em função de cinco variáveis de nível micro cujos efeitos já foram bastante explorados pela literatura sobre conhecimento político: escolaridade, renda, gênero, eficácia política interna e interesse por política (e.g. Grounlund e Milner, 2006; Delli Carpini e Keeter, 1996). Como essas variáveis já foram extensamente investigadas (os chamados “suspeitos usuais”), aqui nos limitaremos a uma breve discussão sobre o papel que elas desempenham na determinação do conhecimento político. Nos capítulos seguintes essas variáveis serão usadas ou como controles nos modelos de regressão ou para testar as hipóteses de interação entre fatores contextuais e fatores situados no nível dos indivíduos.

Sabemos pelos estudos existentes que escolaridade e renda são recursos cognitivos e materiais que afetam fortemente as chances de um indivíduo possuir conhecimento político. Essas duas variáveis, aliás, são centrais para as teorias que buscam explicar o comportamento político baseadas na noção de recursos. A correlação entre a posse desses recursos e uma série de variáveis do comportamento político já foi largamente observada na ciência política, inclusive no campo das pesquisas sobre o conhecimento político. A escolaridade foi operacionalizada aqui como uma variável dicotômica indicando a posse ou não de educação superior. Renda familiar é uma variável categórica ordenada em cinco níveis, cada nível representando um quintil dos dados. Sabemos também que variáveis atitudinais como o sentimento de eficácia política e o interesse por política afetam a motivação para adquirir

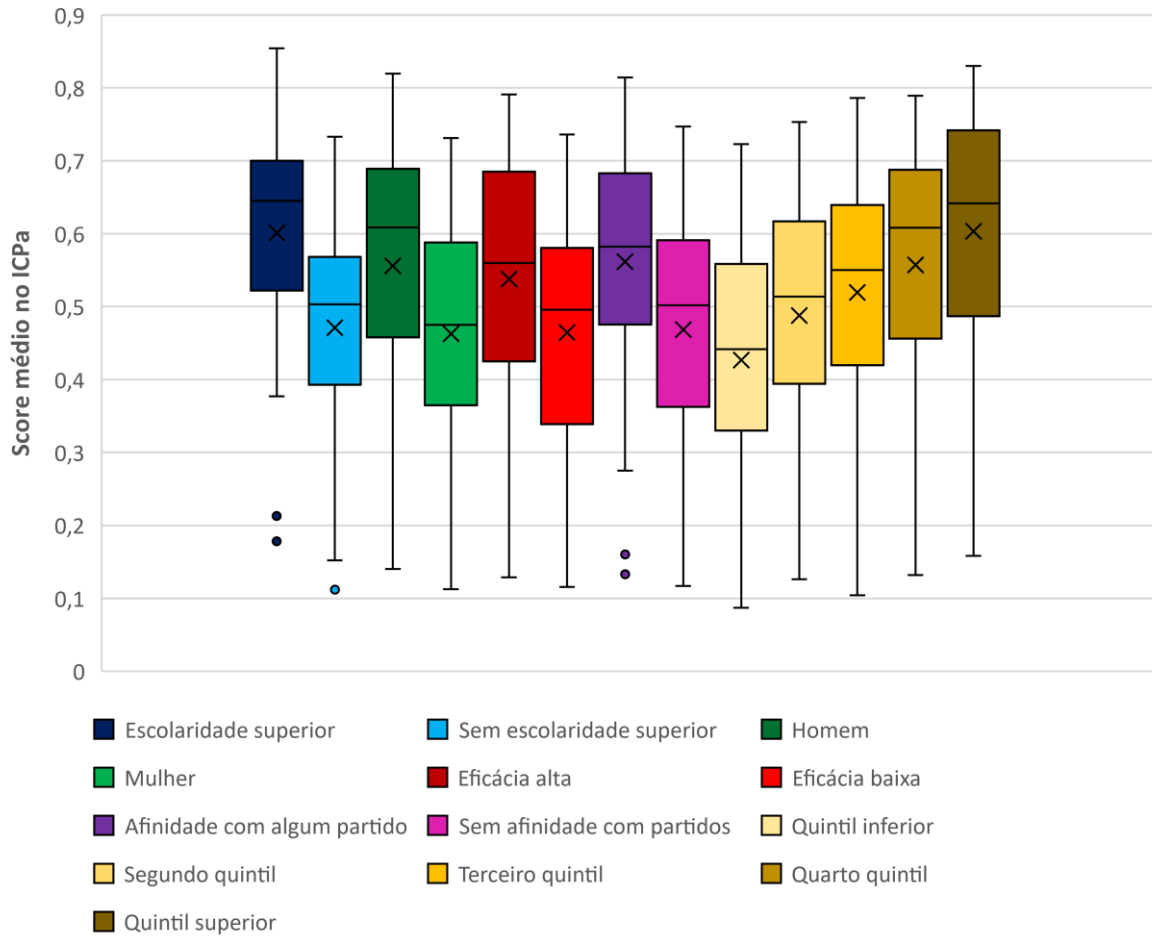
informação e, conseqüentemente, influenciam o nível de conhecimento político do eleitor. Indivíduos que sentem que seu voto é eficaz, isto é, produz efeitos concretos no sistema político, provavelmente são mais motivados a buscar conhecimento do que indivíduos que não se sentem assim. Operacionalizamos eficácia como uma variável dicotômica indicando a posse ou não desta atitude. A relação entre conhecimento político e interesse por política, por sua vez, é autoexplicativa. Como as perguntas comuns do módulo 4 do CSES não trazem um indicador de interesse por política, utilizamos como *proxy* a pergunta sobre proximidade/afinidade com algum partido. Quem se identifica com algum partido provavelmente tem mais interesse por política do que quem não se identifica. Por fim, gênero é outra variável largamente investigada na literatura sobre comportamento político e, embora as causas não sejam claras, diferenças nos níveis de participação eleitoral e, em particular, de conhecimento político são extensamente documentadas (Dassonneville e McAllister, 2018). A exceção da variável renda, categorizada em quintis, todas as demais quatro variáveis foram codificadas em variáveis dicotômicas ou binárias.<sup>7</sup>

O gráfico 5 foi construído com dados agregados por país e compara a distribuição do score médio na escala de conhecimento político ampla em cada categoria das cinco variáveis de nível micro de interesse. O padrão que surge é bastante claro e confirma o que já sabíamos pelos estudos anteriores: grupos sociais em posse de maiores recursos ou com atitudes politicamente favoráveis possuem em média maiores taxas de conhecimento político. Além disso, grupos socialmente privilegiados ou historicamente mais ativos no mundo da política, como é o caso dos homens, também apresentam maior nível de conhecimento político. A taxa média de acerto entre indivíduos com ensino superior, homens, com alta renda, com alto sentimento de eficácia interna ou que se identificam com algum partido é substancialmente maior em comparação aos grupos opostos. Isso pode ser observado pelas diferenças de mediana, intervalo interquartil e média entre os grupos. Em particular, observa-se que a renda apresenta um efeito praticamente linear sobre o conhecimento político.

---

<sup>7</sup> Os detalhes de operacionalização das cinco variáveis de nível micro analisadas aqui estão descritos em apêndice.

Gráfico 5 - Distribuição dos scores médios no ICPa por grupos sociais

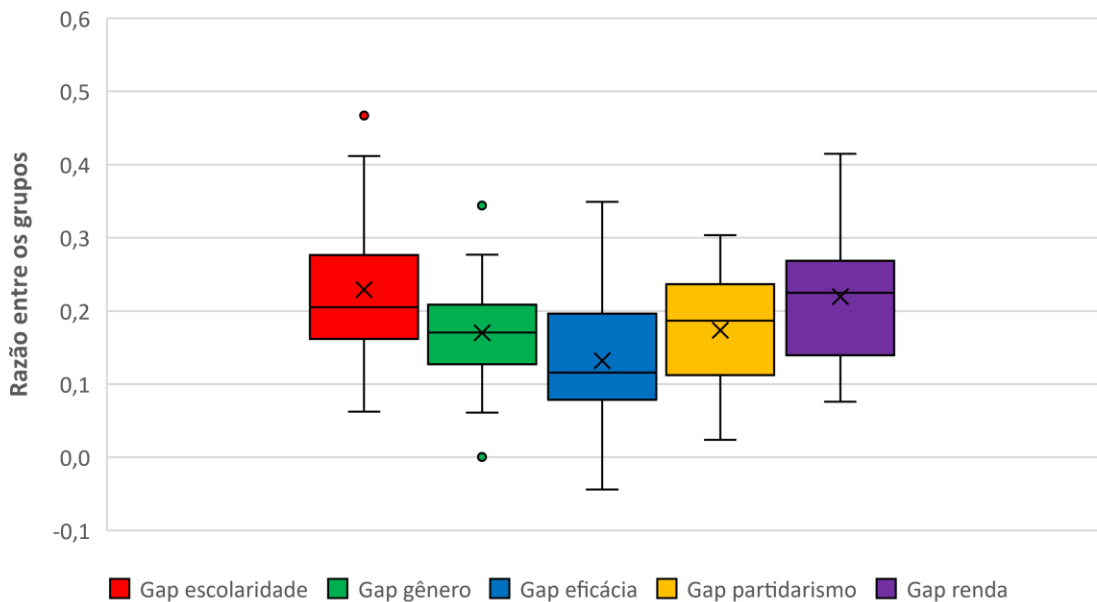


*Nota:* dados agregados por país (média no ICPa). N = 37, exceto para os grupos de renda, onde N = 36 (sem dados para Coreia do Sul).

A seguir, os scores médios calculados separadamente para cada categoria das variáveis de nível micro foram usados para calcular o *gap* entre as categorias, ou seja, o tamanho das diferenças entre elas. O gráfico 6 apresenta a distribuição do inverso da razão entre o score médio da categoria inferior e a categoria superior. A razão entre a categoria inferior e a categoria superior subtraída por 1 nos dá como resultado a diferença proporcional da categoria inferior em relação à categoria superior. Quanto maior a proporção, maior é o *gap* de conhecimento político entre os grupos. Como se trata de uma proporção, podemos ler o resultado como a diferença percentual entre as duas categorias de uma variável. Um valor próximo a 0 significa que os grupos não apresentam diferença em seus scores médios – ou seja, que ambos os scores médios são iguais. Um valor de 0,2, por exemplo, significa que a média da categoria inferior é 20% menor do que a média da categoria superior. Um valor negativo, por sua vez, significa que a categoria inferior na verdade apresenta uma média maior do que a categoria superior.

Comparando a distribuição dos *gaps* em cada variável de interesse podemos ter uma ideia inicial da intensidade relativa do efeito de cada uma dessas variáveis sobre o conhecimento político. Pode-se observar pelo gráfico que escolaridade e renda são as variáveis que apresentam as maiores diferenças entre os grupos.<sup>8</sup> Nessas variáveis, os scores do grupo de baixa escolaridade e baixa renda são em média quase 25% menores que os scores do grupo de alta escolaridade e alta renda. Depois de escolaridade e renda, gênero e partidarismo (ou interesse por política) apresentam um efeito semelhante sobre conhecimento político. O efeito mais fraco fica por conta do sentimento de eficácia política.

Gráfico 6 - Distribuição dos gaps entre os grupos sociais em cada variável de nível micro



**Gráfico 6.** Distribuição dos gaps entre os grupos sociais em cada variável de nível micro

*Nota:* dados agregados por país (média no ICPa). N = 37, exceto para os grupos de renda, onde N = 36 (sem dados para Coreia do Sul).

*Fonte:* CSES módulo 4.

Como o interesse propriamente desta pesquisa está na escolaridade e na eficácia política como mecanismos que explicam o efeito do contexto sobre o conhecimento político, devemos nos perguntar como o efeito dessas variáveis independentes varia em cada país. O gráfico 7 apresenta os gaps entre alta e baixa escolaridade e alta e baixa eficácia em cada país

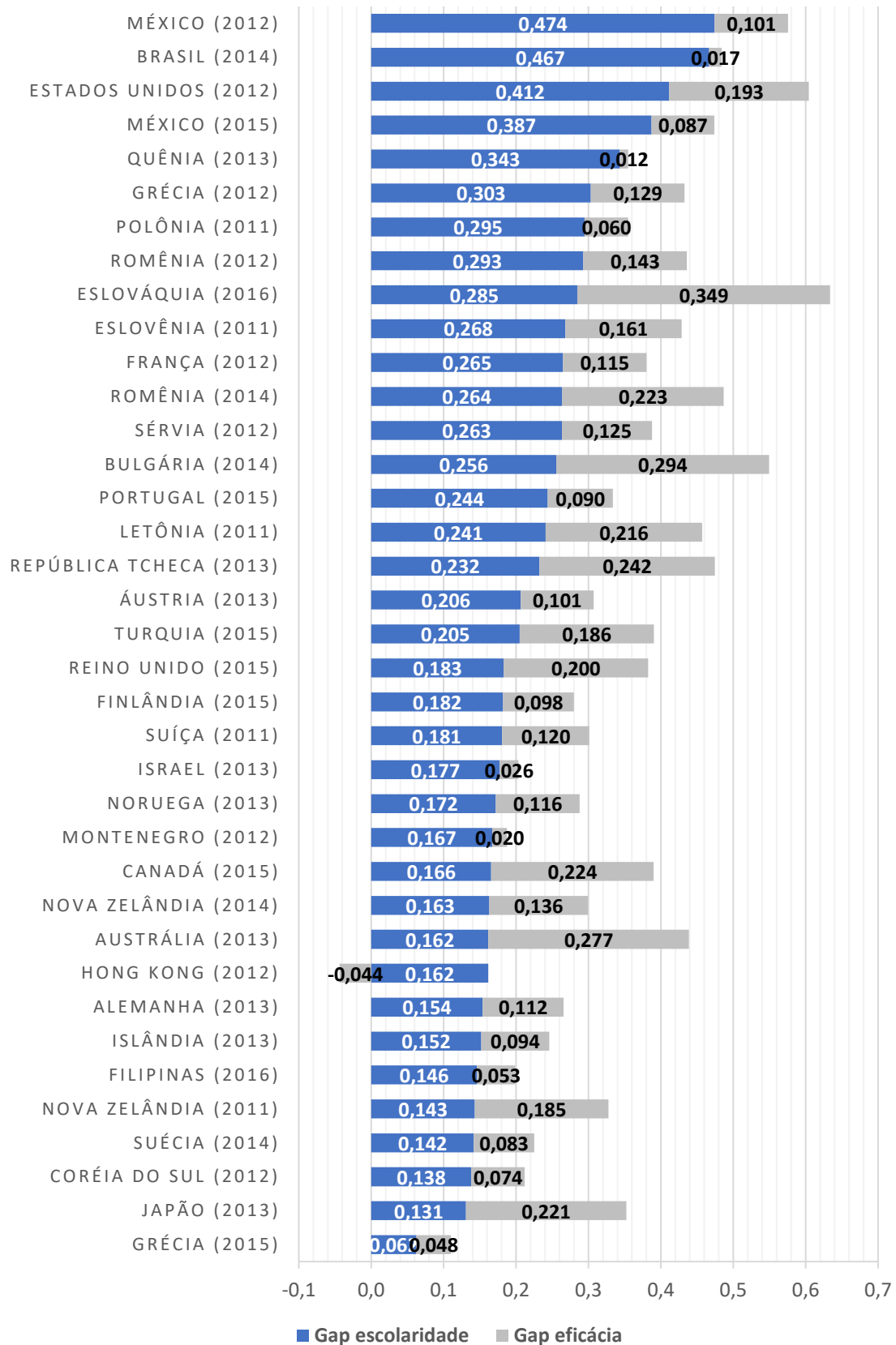
<sup>8</sup> Em relação à variável renda, deve-se observar que a categoria mediana (terceiro quintil) foi excluída e as duas categorias inferiores e superiores foram somadas entre si. O gap foi calculado com base nas duas categorias resultantes.

separadamente, ranqueados pelo gap em escolaridade. México (2012), Brasil e EUA possuem os três maiores gaps de escolaridade. Os EUA mais uma vez se destacam como um caso desviante, mas não inesperado uma vez que EUA, México e Brasil estão entre os cinco países com as menores taxas globais de conhecimento político. Nestes três países, o score dos eleitores com baixa escolaridade é mais de 40% menor do que o score dos eleitores com alta escolaridade, aproximadamente o dobro da média dos gaps (em torno de 23%). Já o gap substancialmente pequeno das Filipinas se destaca como um dado inesperado que foge ao padrão geral ilustrado no gráfico 1. De qualquer maneira, os gaps na escolaridade são altamente correlacionados com a média em ICPa ( $R^2 = .508$ ). Em outras palavras, países com altos níveis globais de conhecimento político tendem a apresentar diferenças menores entre os grupos com alta e baixa escolaridade e vice-versa.

Olhando agora para os gaps na variável eficácia, observa-se uma diferença média menor do que o observado na escolaridade: em torno de 13%. Isso sugere que o impacto da eficácia sobre o conhecimento político é comparativamente menor, como já havíamos notado. Observa-se gaps grandes na eficácia em países do leste europeu: Eslováquia, que possui o maior gap entre todos os países, República Tcheca, Bulgária, Romênia (2014) e Letônia. Contudo, países desenvolvidos como Austrália, Canadá, Japão, Reino Unido, Nova Zelândia (2011) e EUA também apresentam gaps altos, acima da média. Nestes países, aliás, com a exceção dos EUA, vale observar que os gaps da eficácia são maiores do que os gaps de escolaridade. Diferentemente da escolaridade, os gaps em eficácia não apresentam nenhuma correlação com os níveis globais de conhecimento político.

Em suma, a análise descritiva realizada neste capítulo demonstra que o conhecimento político, seja conceitualizado como genérico (índice amplo) ou como específico (medido por indicadores isolados) varia substancialmente entre diferentes grupos sociais e – mais importante para nosso problema de pesquisa – de contexto para contexto (países). Inclusive, as diferenças entre os grupos sociais, em particular os definidos em termos de escolaridade e eficácia política, também variam em função do contexto. O problema de pesquisa para o qual esta tese tenta oferecer uma resposta é quais fatores contextuais explicam essas diferenças nos níveis de conhecimento político, e quais são os mecanismos através dos quais isso acontece. Os capítulos seguintes testam os efeitos de seis aspectos do contexto político sobre o conhecimento político e sua interação com escolaridade e eficácia.

Gráfico 7 – Magnitude dos gaps entre grupos de escolaridade e de eficácia política por país



### 3.4. EFEITO DOS PAÍSES SOBRE O CONHECIMENTO POLÍTICO

Como vimos no capítulo 2, a modelagem multinível é indicada quando os dados possuem uma estrutura hierárquica, como é o caso de eleitores agrupados em diferentes países (Raudenbush e Bryk, 2002). Ignorar essa estrutura implica violar a suposição de independência das observações usada na regressão OLS convencional. O fato de que alguns indivíduos pertencem a um determinado grupo – um país no nosso caso – os torna mais assemelhados em relação a outros indivíduos pertencentes a outros grupos (outros países). Daí que os resíduos gerados no ajuste da reta de regressão aos dados não serão independentes e os parâmetros estimados serão enviesados. Mais especificamente, o erro padrão dos coeficientes de regressão serão subestimados, resultando numa grande chance de que o pesquisador cometa um erro do tipo I (quando ele conclui pela existência de uma relação que não existe). Ao invés da função de regressão tradicional, é preciso uma função que leve em conta a dependência dos dados à sua estrutura de *cluster*.

O primeiro passo na modelagem multinível é avaliar se existe variação dos dados em funções dos grupos – ou seja, se os grupos têm algum efeito sobre os indivíduos. Se esse efeito não existe, então apenas variáveis situadas no nível dos indivíduos explicam a variação observada dos dados, não havendo necessidade da modelagem multinível. Verificamos isso ajustando aos dados um modelo nulo multinível: assim como o modelo nulo convencional, o modelo nulo multinível usando apenas a média como parâmetro. A diferença está no intercepto, cujo efeito é permitido variar em função dos grupos. O modelo estima a variância dos grupos em relação à média geral, e a variância dos indivíduos em relação à média do grupo. Ou seja, o modelo nulo multinível divide os resíduos em dois componentes correspondentes a cada nível dos dados. Isso nos permite calcular a proporção da variância dos grupos em relação à variância total dos dados, ou seja, a proporção da variação total dos dados que se deve a fatores situados ao nível dos grupos. Além disso, em um modelo multinível simples, a proporção da variância ao nível dos grupos equivale ao Coeficiente de Correlação Intraclasse, isto é, a correlação entre dois indivíduos aleatoriamente escolhidos dentro de um grupo. Esse modelo – chamado modelo nulo ou incondicional – estima a variância dos dados entre os grupos e dentro dos grupos (entre os indivíduos), e nos permite calcular a correlação entre os indivíduos dentro de um mesmo grupo, bem como a proporção da variação na variável dependente que é explicada por fatores que se localizam no nível dos países. O modelo nulo, portanto, serve tanto como base de comparação com os modelos com preditores, quanto como uma justificativa para a análise

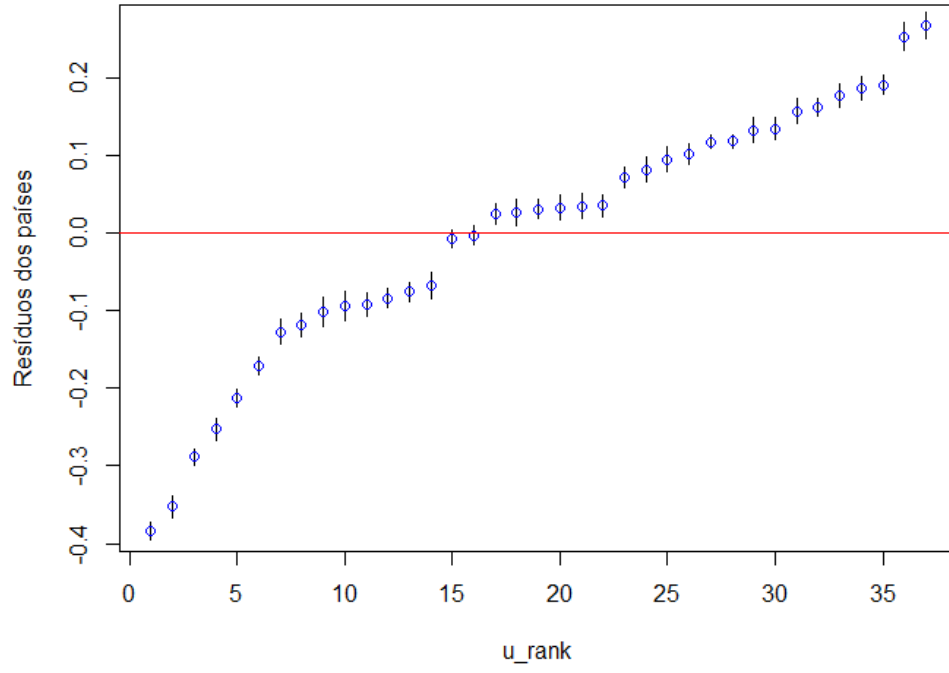


multinível. Neste caso, um modelo convencional de regressão OLS seria suficiente. A proporção da variação dos dados entre grupos em relação à variação dentro dos grupos é dada pelo Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC, na sigla em inglês). Esse coeficiente é calculado pela razão entre a variância entre os grupos e a variância total dos dados (ou seja, entre os indivíduos). Ou seja, o ICC é a razão entre a variância do intercepto e a variância dos resíduos do modelo.

Nesse sentido, começamos avaliando a necessidade de um modelo multinível. A razão entre a variância do intercepto nos trinta e sete países da nossa base de dados e a variância total dos dados resulta num ICC de 0,287, que pode ser interpretado como a proporção de variabilidade dos dados situada no nível dos países. Em outras palavras, 28,7% da variação no conhecimento político se deve a diferenças entre os países, ou seja, se deve a fatores contextuais e, portanto, só pode ser explicada por um modelo que incorpore esses fatores. O ICC confirma a necessidade de levar em conta fatores contextuais na explicação do conhecimento político. Podemos ainda testar a significância do modelo nulo com um teste de razão de verossimilhança. Para tanto, estimamos outro modelo sem preditores, mas desta vez com intercepto fixo, sem variância entre os países. Este modelo nada mais é do que um modelo nulo convencional apenas com dados de nível micro. Depois subtraímos os valores de  $-2LL$  dos dois modelos sem preditores. A mudança na estatística  $-2LL$  tem distribuição qui-quadrado e sua significância estatística pode ser checada contra o valor crítico do qui-quadrado com 1 grau de liberdade. O resultado é um valor de  $p < .001$ . Ou seja, o modelo nulo multinível é estatisticamente significativo em um nível bastante alto de exigência. Concluímos então que o intercepto varia significativamente ao longo dos países e que a variância no conhecimento político entre os países é diferente de zero.

O gráfico 8 apresenta os resíduos dos países junto com seus respectivos intervalos de confiança ranqueados por magnitude. Assim como no caso do gráfico 1, o gráfico com os resíduos gerados pelo modelo nulo permite ver como a média dos países difere significativamente da média geral, mostrando que a variação do conhecimento político entre os grupos é grande e estatisticamente significativa.

Gráfico 8 – Resíduos dos países com intervalos de confiança



#### 4. NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS E CONHECIMENTO POLÍTICO

Como exposto no segundo capítulo, nosso argumento é que existem dois mecanismos contextuais atuando sobre o conhecimento político. O primeiro se apoia na tradição racionalista downsiana e está relacionado com a ideia de custos e recursos. A informação não é gratuita. Sua obtenção implica custos, de modo que o eleitor racional irá calcular os benefícios esperados da obtenção da informação frente aos custos implicados nessa operação. Quanto maiores os custos, menor o retorno líquido da informação e, por conseguinte, menor a chance de o eleitor alocar seus recursos na obtenção de informação política. Na medida em que nas democracias representativas modernas a capacidade de interferência de um eleitor sobre o *output* do sistema político é infinitesimal, o retorno esperado do investimento em informação é igualmente pequeno. Assim, qualquer pequena elevação nos custos da informação política deve fazer com que o eleitor se abstenha de obter informação. Além disso, esse cálculo depende não apenas do custo da informação, mas também do montante de recursos que um indivíduo tem para disponibilizar. Quanto maiores os recursos de um indivíduo, mais pródigo ele pode ser no gasto com informação e, por conseguinte, maiores as chances que ele seja bem informado em comparação a um indivíduo com recursos mais modestos. O principal recurso, apontado extensivamente pelas pesquisas empíricas na área do comportamento político, é a educação.

O segundo mecanismo colhe da tradição psicológica e comportamental na ciência política e está relacionado com a ideia de que as atitudes e/ou disposições psicológicas dos eleitores influenciam seu comportamento e decisões. No caso do conhecimento político, nosso argumento é que o nível de conhecimento político do eleitor depende do seu sentimento de eficácia política interna. Eficácia política interna é um conceito que descreve a maneira como um eleitor percebe a sua própria capacidade individual de influenciar os rumos da comunidade política da qual faz parte. Se uma pessoa não percebe a si mesma como tendo alguma influência política, não há motivo para que ela participe da vida pública e, conseqüentemente, de que ela busque a informação necessária para isso. Assim, baixa eficácia política interna deve reduzir os níveis de conhecimento político.

Dentre os aspectos institucionais relevantes à explicação do conhecimento político, estudos anteriores mostraram que o bicameralismo tende a reduzir o conhecimento (Gordon e Segura, 1997; Berggren, 2001; Turgeon e Luskin, 2019), bem como a sensação de eficácia do eleitor (Ruzzo, 2018). Nossa hipótese de pesquisa é que os efeitos da complexidade do sistema, especificamente o número de casas legislativas, operam aumentando os custos da informação e

reduzindo a sensação de eficácia interna do eleitor. Em outras palavras, o fato do legislativo ser unicameral ou bicameral afeta a relação entre educação e eficácia política e o conhecimento dos eleitores. Legislativos unicamerais teoricamente exigem menos informação e, portanto, facilitam ao eleitor o entendimento sobre seu modo de funcionamento e a manter-se informado sobre os acontecimentos no legislativo. Essa baixa exigência implica menor custo e, conseqüentemente, a posse de recursos cognitivos individuais, particularmente a educação, deve ser menos relevante para o conhecimento político do eleitor em países com um legislativo unicameral. Em relação à eficácia, a existência de mais de uma casa legislativa representa uma segunda instância pela qual as decisões políticas têm que passar, aumentando a distância entre o voto (*input*) e a política pública (*output*). Mais instâncias pelas quais a produção de política pública tem de passar significa aumento da complexidade do sistema, o que deve fazer com que o eleitor sinta que seu voto não é tão eficaz como mecanismo de produção de políticas. Buscar informação implica custos, e não faz sentido arcar com esses custos se não se percebe que há algum retorno, ainda que este retorno seja apenas a sensação de que a sua voz está sendo ouvida.

Assim, temos as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H<sub>1</sub>: nos países com legislativo unicameral o conhecimento político é maior em comparação aos países bicamerais;
- H<sub>2</sub>: nos países com legislativo unicameral o efeito da escolaridade sobre o conhecimento político do eleitor é menor quando comparado aos países com legislativo bicameral;
- H<sub>3</sub>: nos países com legislativo unicameral o efeito do sentimento de eficácia interna sobre o conhecimento político do eleitor é maior quando comparado aos países com legislativo bicameral.

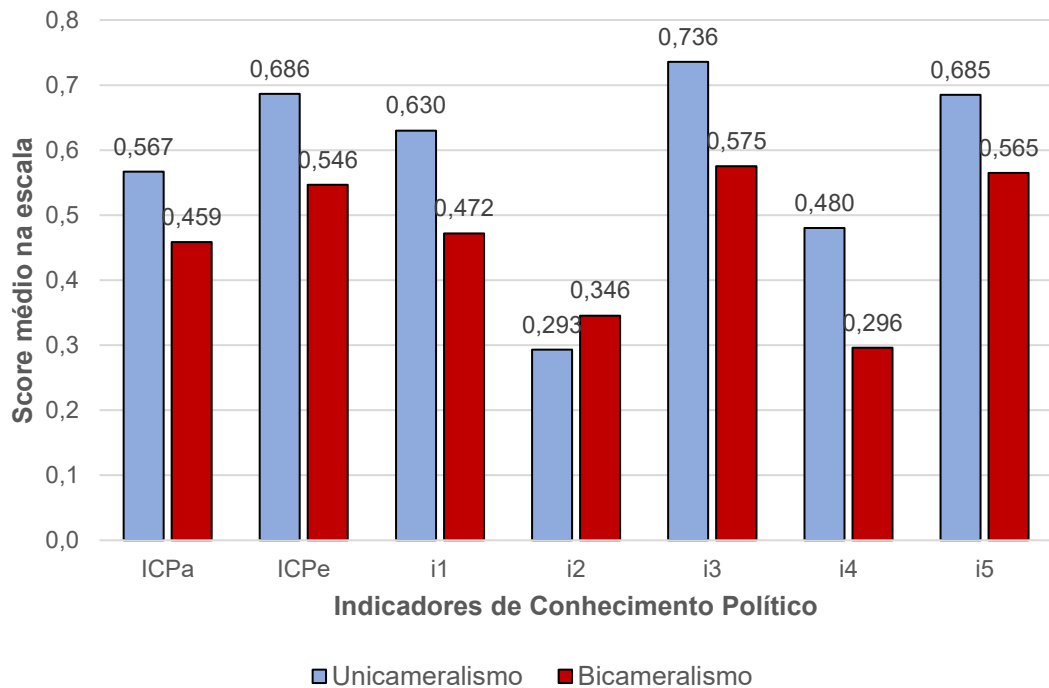
Deve-se observar que o bicameralismo é um fenômeno mais complexo do que a simples existência de duas casas legislativas. Ao estudar esse aspecto das instituições políticas, importa não apenas o número de casas legislativas, mas também a divisão de poderes entre elas, suas funções constitucionais respectivas, os esquemas de representatividade que adotam e as regras eleitorais que disciplinam o acesso em cada uma delas (Uhr in: Rhodes *et al*, 2006). Gordon e Segura (1997) e Berggren (2001) operacionalizam esse conceito em termos de graus de unicameralismo, variando entre 0 (forte bicameralismo) e 4 (forte unicameralismo). Não obstante, operacionalizamos o conceito simplesmente como uma variável dicotômica indicando a presença ou ausência de uma segunda casa legislativa. Essa operacionalização é suficiente para nossos objetivos, porque a simples adição de uma segunda instância legislativa, independentemente das variações que esse arranjo pode adotar, representa do ponto de vista do

eleitor um aumento na complexidade do sistema político, uma vez que aumenta as instâncias pelas quais a produção das políticas tem de passar. Os países presentes no módulo 4 do CSES distribuem-se de forma proporcional em termos de número de casas legislativas. Utilizando a distinção entre presença ou ausência de uma segunda casa legislativa temos dois grupos proporcionalmente distribuídos, com dezoito países unicamerais e dezenove países bicamerais (ver tabela 2).

#### 4.1. COMPARAÇÃO ENTRE PAÍSES UNICAMERAIS E BICAMERAIS

Vamos começar analisando a distribuição do conhecimento político nos países com legislativo unicameral e bicameral. O gráfico 8 mostra o score médio em duas medidas de conhecimento político e nos cinco indicadores desagregados que compõem essas medidas para cada um dos dois grupos de países. Em uma primeira análise com base nas nossas medidas de conhecimento (ICPa e ICPe), podemos dizer que o conhecimento político é menor em países bicamerais comparados a países com apenas uma casa legislativa. Comparando as medidas estrita e ampla, a diferença de média entre os grupos é praticamente a mesma em ambas as medidas, com uma ligeira vantagem para a medida estrita cuja diferença é um ponto percentual menor. A média dos países bicamerais no ICPe representa cerca de 80% da média dos países unicamerais. Essa proporção sobe para 81% no caso da medida ampla. Desagregando o índice em seus indicadores, podemos observar como essa diferença varia para cada pergunta. Esperávamos observar uma diferença maior entre as médias dos grupos nos indicadores mais diretamente relacionados ao legislativo (indicadores 3 e 5), porém não é este o caso. As maiores diferenças encontram-se nos indicadores 4 e 1 respectivamente. Observe também que no caso do indicador 2, que trata da taxa de desemprego, o padrão se inverte, com vantagem para os países bicamerais.

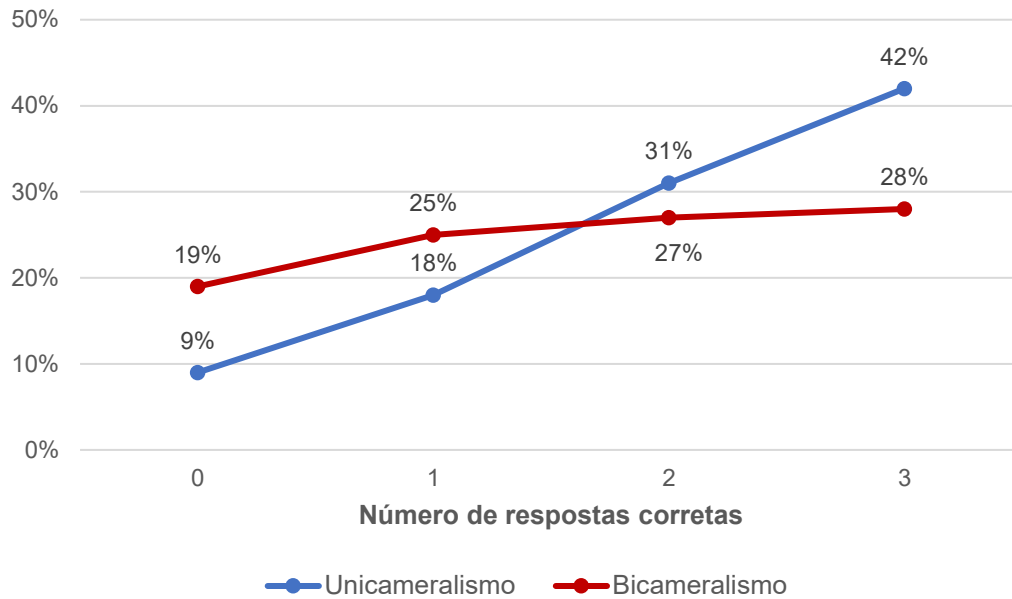
Gráfico 9 - Conhecimento político por número de casas legislativas



Fonte: dados do módulo 4 do CSES, N = 37.

Uma vez que o efeito observado (a diferença entre os grupos) é maior no caso da medida estrita, continuamos essa análise preliminar focando especificamente na medida estrita. O gráfico 9 mostra a porcentagem de acerto para cada nível da escala estrita de conhecimento político em cada um dos dois grupos de países. Pode-se ver como a proporção de eleitores em cada score do ICPe varia de acordo com o número de casas legislativas no país. Observa-se que entre os países bicamerais os scores são distribuídos de forma relativamente equilibrada na escala. Entre os respondentes que acertaram todas as perguntas e os que não acertaram nenhuma a diferença é de apenas nove pontos percentuais para aqueles países. Já no caso dos países unicamerais essa diferença é de trinta e três pontos percentuais. A distribuição dos respondentes na escala em cada um dos dois grupos de países sugere que existe correlação entre conhecimento político e número de casas legislativas, e essa correlação vai no sentido esperado.

Gráfico 10 - Porcentagem de acertos em ICPe por grupo de legislativo



A fim de verificar a significância estatística da correlação observada entre conhecimento político e número de casas legislativas, agregamos os dados com base nos scores médios de cada país na ICPe de maneira a criar uma variável contínua com  $N=37$  (tabela 2). Sobre essa variável foi aplicado o teste- $t$  a fim de testar se as médias dos dois grupos de países em análise diferem significativamente.

Tabela 2 - Média de conhecimento político por número de casas de legislativas e por país

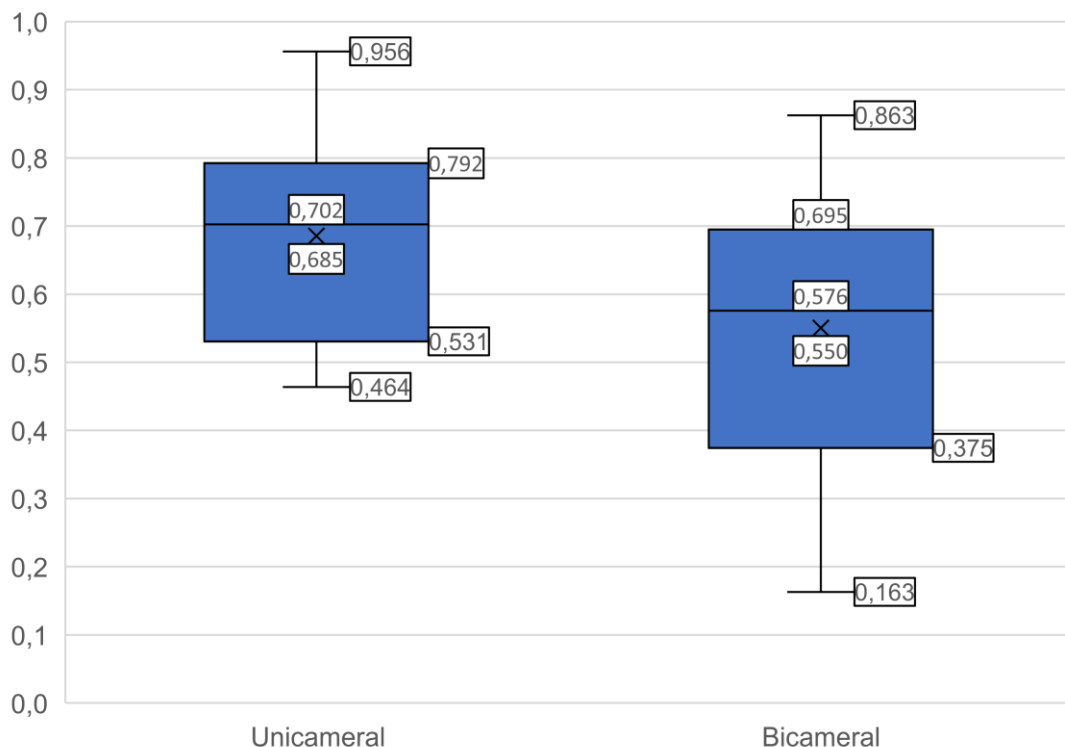
<b>Países unicamerais (N=18)</b>	<b>Score médio</b>	<b>Países bicamerais (N=19)</b>	<b>Score médio</b>
Bulgária (2014)	0,602	Austrália (2013)	0,643
Finlândia (2015)	0,701	Áustria (2013)	0,747
Grécia (2012)	0,788	Brasil (2014)	0,283
Grécia (2015)	0,956	Canadá (2015)	0,753
Hong Kong (2012)	0,524	Suíça (2011)	0,649
Islândia (2013)	0,675	República Tcheca (2013)	0,695
Israel (2013)	0,703	França (2012)	0,682
Letônia (2011)	0,533	Alemanha (2013)	0,863
Montenegro (2012)	0,492	Reino Unido (2015)	0,785
Nova Zelândia (2011)	0,805	Japão (2013)	0,569
Nova Zelândia (2014)	0,806	Quênia (2013)	0,558
Noruega (2013)	0,778	México (2012)	0,163
Portugal (2015)	0,749	México (2015)	0,319
Sérvia (2012)	0,464	Filipinas (2016)	0,164
Eslováquia (2016)	0,481	Polônia (2011)	0,576
Coréia do Sul (2012)	0,620	Romênia (2012)	0,426

Suécia (2014)	0,904	Romênia (2014)	0,566
Turquia (2015)	0,757	Eslovênia (2011)	0,647
		Estados Unidos (2012)	0,375
<b>Média</b>	<b>0,685</b>	<b>Média</b>	<b>0,550</b>

Nota:  $N = 37$ ;  $t(35) = 2,272$ ;  $p < .05$ .

Como já havíamos observado no gráfico 8, o conhecimento político médio nos países bicamerais é aproximadamente 20% menor do que nos países com apenas uma casa legislativa. O teste- $t$  comprova que essa diferença média de 0,135 ponto na escala de conhecimento é estatisticamente significativa ( $t(35) = 2,272$ ;  $p < .05$ ).<sup>9</sup> Ou seja, podemos recusar a hipótese nula de que não há diferença de média dos scores agregados dos dois grupos de países. O gráfico 10 apresenta a distribuição do conhecimento político agregado em países unicamerais e bicamerais. Além da diferença nas estatísticas de tendência central, observa-se também que a variação dos dados é significativamente maior entre os países bicamerais.

Gráfico 11 - Distribuição da média de conhecimento político por número de casas legislativas



<sup>9</sup> Scores agregados têm distribuição significativamente normal nos dois grupos de países (teste de Shapiro-Wilk). Lembrando que o teste de Shapiro-Wilk é mais adequado para amostras pequenas ( $n < 30$ ) (Marolo, 2007:136). Homogeneidade das variâncias assumida.



Podemos ainda calcular o tamanho do efeito do tipo de legislativo sobre o conhecimento político médio dos países convertendo a estatística  $t$  em um coeficiente de correlação (Field, 2009: 341). O resultado é um  $r = .36$ , indicando que essas duas variáveis estão moderadamente correlacionadas.<sup>10</sup>

#### 4.2. INTERAÇÃO ENTRE NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS, ESCOLARIDADE E EFICÁCIA

A análise até aqui sustenta a hipótese  $H_1$ . Isto é, o conhecimento político varia em função do número de casas legislativas que um país possui, sendo maior nos países com apenas uma casa legislativa. As causas dessa variação, de acordo com a nossa segunda e terceira hipóteses, são duas: a menor complexidade cognitiva associada a um legislativo com uma única casa legislativa por um lado minimiza o impacto de recursos individuais sobre o conhecimento político e, por outro, eleva o sentimento de eficácia interna do eleitor. Nesta seção, portanto, buscamos analisar preliminarmente se o tipo de legislativo interage na relação entre escolaridade e conhecimento político ( $H_2$ ) e entre eficácia política interna e conhecimento político ( $H_3$ ). Como a literatura vem mostrando exaustivamente, o recurso individual mais importante e mais associado ao conhecimento político é a escolaridade. Já o papel da eficácia política na determinação do conhecimento político não está tão estabelecido, mas há evidências que sugerem um impacto positivo dessa variável. Teoricamente, propomos que eleitores que sentem que seu voto conta e influencia as decisões políticas do país provavelmente se sentirão mais motivados a participar e se informar. A existência de uma segunda casa legislativa deve levar o eleitor a questionar a eficácia do seu voto.

Uma maneira simples de testar essa hipótese é calcular uma medida de correlação sobre os dados individuais divididos em dois grupos de acordo com o número de casas legislativas e comparar os coeficientes. Como escolaridade, eficácia, ICPa e ICPe são originalmente variáveis categóricas ordenadas<sup>11</sup>, utilizamos o coeficiente de  $r$  de Spearman como medida de associação entre elas. O resultado vai no sentido de confirmar nossa hipótese. Iniciando com escolaridade, os países unicamerais apresentam um coeficiente de correlação de .261 ( $N = 20812$ ;  $p < .001$ ), enquanto que nos países bicamerais o coeficiente é de .346 ( $N = 34297$ ;  $p <$

---

<sup>10</sup> O teste  $t$  foi feito utilizando como variável dependente a medida ampla de conhecimento político. Embora neste caso a diferença média entre as médias dos dois grupos tenha sido ligeiramente inferior (0,115 ponto na escala), os resultados foram basicamente os mesmos, com um ligeiro aumento no coeficiente de correlação para  $r = .38$ .

<sup>11</sup> Variável escolaridade (10 níveis), eficácia interna (5 níveis), ICPe (4 níveis) e ICPa (6 níveis) originais.

.001). Ou seja, nos países com duas casas legislativas, a força da associação entre escolaridade e conhecimento político é substancialmente maior do que em países sem a segunda casa. Os coeficientes são maiores quando usamos a medida ampla de conhecimento ao invés da estrita, embora a diferença entre os grupos seja proporcionalmente a mesma:  $r = .319$  para o primeiro grupo de países ( $N = 20674$ ;  $p < .001$ ), e  $r = .428$  ( $N = 34138$ ;  $p < .001$ ). Em relação à eficácia política, observamos uma correlação de  $r_s = .151$  ( $p < .001$ ,  $N = 20209$ ) entre os países unicamerais e de  $r_s = .019$  ( $p < .001$ ,  $N = 31200$ ) entre os países bicamerais, sugerindo que, embora fraco, o efeito da eficácia sobre o conhecimento difere entre países unicamerais e bicamerais e essa diferença vai no sentido teoricamente esperado.

Podemos ainda trabalhar com uma versão mais simples e reduzida dos dados, de maneira a testar a razão de chances de um eleitor com alta escolaridade possuir alto conhecimento comparado a um eleitor com baixa escolaridade. Para tanto, temos que transformar essas variáveis categóricas ordenadas em variáveis binárias. Definiu-se alto conhecimento político a partir da mediana de ICPa e ICPe: 0,60 (quatro acertos ou mais) e 0,66 (três acertos) ponto na escala respectivamente. A escala da variável escolaridade, por sua vez, foi cortada no ponto referente ao ensino superior, de maneira que alta escolaridade equivale à posse de algum grau de ensino superior (graduação ou mais). Em relação à eficácia<sup>12</sup>, utilizamos a mediana também como ponto de corte entre alta eficácia e baixa eficácia. Essas variáveis foram então inseridas em dois modelos de regressão logística calculados para cada conjunto de dados separados pelo número de casas legislativas.

Tabela 3 - Regressão logística por número de casas legislativas

	B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para Exp(B)	
				Inferior	Superior
<b>Unicameral</b>					
Constant	-1,288 (.031)	.000	0,276		
Escolaridade	1,083 (.031)	.000	2,954	2,779	3,14
Eficácia política	0,483 (.034)	.000	1,621	1,516	1,733
R2 Nagelkerke	.098				
N	21594				
<b>Bicameral</b>					
Constant	-1,742 (.027)	.000	0,175		
Escolaridade	1,299 (.028)	.000	3,665	3,472	3,869
Eficácia política	,296 (.030)	.000	1,345	1,268	1,426
R2 Nagelkerke	.109				
N	30954				

<sup>12</sup> Variável eficácia interna com cinco níveis, sendo 1 para “em quem as pessoas votam não faz nenhuma diferença” e 5 para “em quem as pessoas votam faz grande diferença”. Mediana: 4.

A tabela 3 apresenta os parâmetros estimados para o modelo de regressão logística. Observa-se que o efeito da escolaridade sobre a chance de um eleitor possuir alto conhecimento amplo (ICPa binário)<sup>13</sup> é maior no grupo de países bicamerais e menor nos países unicamerais. Já no caso da eficácia política o padrão se inverte, com vantagem para os países unicamerais. Esta é exatamente a relação antecipada teoricamente. Vale dizer que a diferença observada nos expoentes de B é estatisticamente significativa, uma vez que os intervalos de confiança não se sobrepõem. Assim, temos 95% de confiança de que os efeitos de escolaridade e eficácia política em ambos os grupos de países são de fato diferentes.

### 4.3. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DO NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS

A análise feita até aqui utilizando dados individuais e agregados sugere que o nível de conhecimento político, bem como sua relação com escolaridade e eficácia política, é diferente em países unicamerais e bicamerais. Contudo, as análises até aqui não levaram em conta a natureza hierárquica dos dados em dois níveis. Como última etapa na nossa análise precisamos de um modelo que incorpore todas essas variáveis em seus diferentes níveis de análise. Para isso, precisamos de um modelo multinível ou hierárquico. Esse tipo de modelagem permite tanto testarmos o efeito do número de casas legislativas, nossa variável preditora de nível macro, sobre o conhecimento político, como estimarmos termos interativos entre a variável macro e outros preditores, situados em nível micro – em particular aqui, escolaridade e eficácia política.

O primeiro modelo possui apenas o intercepto variável e os efeitos das inclinações (ou seja, do coeficiente de regressão) são assumidos como constantes para todos os países. Esse primeiro modelo permite estimar o efeito de variáveis contextuais depois de controlado pelas variáveis micro, e por isso é chamado de modelo incremental. Como já discutido no capítulo 3, nossos preditores de nível micro são escolaridade, eficácia, gênero e partidarismo (nosso *proxy* de interesse por política). Renda não foi incluído no modelo devido ao alto número de *missings* nessa variável. Podemos ver na tabela 4 que todas as variáveis preditoras possuem efeito significativo sobre o conhecimento político. Em particular, o número de casas legislativas apresenta o segundo efeito mais forte dentre os preditores do modelo, atrás apenas da

---

<sup>13</sup> Refazendo-se o teste com a medida estrita, observa-se um aumento do efeito do legislativo sobre a eficácia política, mas perde-se o efeito sobre a escolaridade. Optou-se por apresentar o resultado obtido com a medida ampla.

escolaridade. Controlando-se os efeitos pelas variáveis de nível 1, a existência de uma segunda casa legislativa implica na redução de 0,1 ponto na escala de conhecimento político. Isso significa que o conhecimento político dos eleitores em países bicamerais é em média 0,1 ponto menor em relação aos eleitores de países unicamerais. Para um eleitor homem, com ensino superior, que se sente politicamente eficaz, partidário e que vive em um país unicameral prevê-se um conhecimento político 0,44 ponto maior na escala comparado a uma eleitora mulher, sem ensino superior, que não se sente politicamente eficaz, não partidária e que vive em um país bicameral. O modelo explica aproximadamente 11% da variação dos dados dentro dos grupos e 30% na variação dos dados entre os grupos.

Tabela 4 - Regressão linear multinível dos efeitos do número de casas legislativas

	Modelo incremental		Modelo com interações	
	B	(SE)	B	(SE)
Intercepto	0,414***	0,033	0,417***	0,033
Escolaridade	0,120***	0,003	0,119***	0,04
Eficácia interna	0,056***	0,001	0,052***	0,004
Gênero	0,090***	0,002	0,090***	0,002
Partidarismo	0,076***	0,002	0,076***	0,002
Casas legislativas	-0,100*	0,046	-0,105*	0,046
Escolaridade x legislativo			0,002	0,005
Eficácia x legislativo			0,006	0,005
BIC	181,5948		218,8175	
-2 Loglik	95,07585		110,6692	
ANOVA	$p < .001$		$p < .001$	
R <sup>2</sup> intra grupos	10,8%		10,8%	
R <sup>2</sup> entre grupos	29,6%		29,6%	
N	49761		49761	
Clusters	37		37	

Nota: equação estimada por *restricted maximum likelihood* (REML), pacote multilevel do R.  
Variável dependente: ICPa.  $p = * < .05$ ,  $** < .01$ ,  $*** < .001$ .

A seguir, permitimos que o efeito dos preditores de nível individual variasse entre os países. Esse modelo – chamado de modelo com inclinações variáveis – permite verificar se o efeito das variáveis de nível micro é diferente nos diferentes contextos. Como nosso interesse está na escolaridade e na eficácia como mecanismos explicativos da relação entre contexto e conhecimento, permitimos que o efeito dessas duas variáveis variasse em função dos países. A variação das inclinações das retas de regressão aumentou a capacidade explicativa do modelo,

como pode ser verificado pelos valores menores de -2LL e BIC<sup>14</sup>. A mudança no valor de -2LL é estatisticamente significativa a  $p < .001$ . Esse modelo permite concluir que escolaridade e eficácia interna possuem efeitos diferentes dependendo do contexto. É possível que o efeito de todos os preditores micro varie por país, mas o objetivo principal do modelo com inclinações variáveis é determinar se existe essa variação em variáveis específicas, que sejam teoricamente relevantes para explicar as hipóteses levantadas.

Tendo constatado que o efeito da escolaridade e da eficácia política varia em função dos países, avançamos para um modelo *cross-level*, ou seja, um modelo de interações micro-macro. Esse modelo acrescenta variáveis interativas que buscam testar se as variáveis no nível do contexto interagem com variáveis no nível dos indivíduos. Nossa hipótese é que sistemas mais simples e fáceis de entender diminuem o efeito de recursos (no caso, escolaridade) e aumentam o efeito de atitudes favoráveis (no caso, eficácia política). Como podemos observar na tabela 4, nos dados não há interação estatisticamente significativa entre número de casas legislativas e escolaridade e eficácia política interna. Além disso, como se pode ver pelos valores de -2LL e BIC, o modelo interativo é inferior em termos de ajuste aos dados quando comparado ao modelo incremental. Além disso, não há diferença na porcentagem de variação dos dados explicada. Portanto, com base nos dados não é possível afirmar que a existência de uma única casa legislativa minimize o efeito da escolaridade sobre o conhecimento político, nem que isso aumente o efeito da eficácia sobre o conhecimento, tal como estabelecido em nossas hipóteses.

---

<sup>14</sup> BIC = -206,83810 e -2LL = -347,4313. *Schwarz's Bayesian criterion* (BIC) é uma versão ajustada do valor de -2LL que leva em consideração o tamanho da amostra e a quantidade de preditores. Deve ser utilizado em modelos com N grande e poucos preditores (Field, 737), como é o nosso caso.

## 5. SISTEMAS ELEITORAIS E CONHECIMENTO POLÍTICO

Sistemas eleitorais são um conjunto de regras que estabelecem como os votos são conferidos em uma eleição e como eles são convertidos em cadeiras legislativas em uma assembleia (Gallagher e Mitchell, 2005). Como tal, sistemas eleitorais são parte das instituições formais dentro de um sistema político. Trata-se de um mecanismo crucial para o funcionamento das democracias representativas modernas ligando as preferências dos cidadãos ao processo de formação do governo e produção de políticas. Portanto, a forma como essas regras são definidas afeta em grande medida as estratégias e o comportamento dos atores políticos, tanto partidos e candidatos quanto eleitores. Assim como outros aspectos das instituições políticas, os sistemas eleitorais também variam em termos de complexidade e, portanto, podem ser classificados em um continuum que vai do mais simples ao mais complexo. Nosso argumento é que quanto mais complexas são as regras de um sistema eleitoral, maior é o custo cognitivo para o eleitor compreender e participar do processo de decisão política. Logo, menores serão os níveis de conhecimento político.

Atualmente existe uma grande variedade de regras eleitorais, mas a maioria dos estudiosos classificam os sistemas eleitorais em três categorias principais de acordo com a fórmula eleitoral empregada para traduzir votos em cadeiras legislativas: sistemas majoritários, sistemas proporcionais e sistemas combinados ou mistos (Gallagher e Mitchell, 2005; Norris, 2004). Sistemas majoritários objetivam criar um governo com base em uma maioria parlamentar efetiva, simultaneamente penalizando partidos pequenos. Essa categoria é subdividida entre sistemas majoritários simples ou de pluralidade de votos, nos quais para um candidato ser eleito basta obter mais votos do que seus concorrentes, e sistemas majoritários absolutos, os quais se exige que o candidato eleito tenha a maioria dos votos (50% + 1). Pluralidade é o mais antigo dos sistemas eleitorais, conhecido pela sua simplicidade. O mais comum deles denomina-se *First-Past-the-Post* (FPTP) ou *Single Member District Plurality* (SMDP). Sistemas eleitorais FPTP ou SMDP são baseados em circunscrições eleitorais (ou distritos) nos quais apenas um candidato é eleito. Cada distrito representa uma cadeira que irá compor a legislatura. Os eleitores do distrito conferem um voto a um dos candidatos e o que obtiver o maior número de votos é eleito. No caso de sistemas de governo parlamentaristas, o partido que assegurar o maior número de distritos, ou seja, obtiver o maior número de cadeiras no legislativo, forma o governo.

Sistemas proporcionais, por sua vez, são desenhados não pensando em facilitar a formação de uma maioria governante e sim em garantir que o governo espelhe de forma mais fiel a diversidade de vozes existentes em uma sociedade. Normalmente, sistemas proporcionais se baseiam em distritos com múltiplos representantes nos quais mais de um candidato é eleito. Os partidos apresentam tantos candidatos quantos representantes têm um distrito em listas que podem ser abertas ou fechadas. Nas listas fechadas o eleitor apenas escolhe um partido, sem interferir na ordem dos candidatos, definida internamente pelos partidos. Já sistemas proporcionais de lista aberta permitem que os eleitores escolham o candidato de sua preferência entre os candidatos lançados pelos partidos. Em teoria, quanto mais membros ou representantes um distrito tiver, mais proporcional será o sistema eleitoral. Sistemas combinados, por fim, visam o melhor dos mundos: promover a governabilidade sem abrir mão totalmente da representatividade. Nesses sistemas eleitorais o parlamento é dividido em níveis ou camadas (*tiers*) separadas nas quais se aplicam regras distintas, proporcionais ou majoritárias. Subdividem-se em sistemas combinados dependentes, nos quais a distribuição de cadeiras em uma camada depende da distribuição de cadeiras em outra camada, e sistemas combinados independentes, nos quais essa distribuição é implementada de forma independente. Via de regra, nesses sistemas o eleitor possui mais de um voto, um para cada camada existente no parlamento.

Como se vê, o grande debate teórico na ciência política sobre sistemas eleitorais gira em torno das tensões e *trade-offs* entre governabilidade, accountability e representatividade. A preocupação desta pesquisa, contudo, é com um outro aspecto, frequentemente ignorado, dos sistemas eleitorais: sua complexidade. Sistemas eleitorais variam também em termos de complexidade cognitiva, facilitando ou dificultando o entendimento dos eleitores e, conseqüentemente, suas decisões. Concordamos com Cunow (2014: 41), quando este argumenta que:

Electoral systems are designed to provide representation, accountability, and governability. However, the extent to which they facilitate choice-making is an equally important feature of their design. If voters are unwilling or unable to select quality representatives, elections cannot effectively translate votes into representative elected bodies and policy outcomes. In this sense, facilitating voting decisions should be considered a primary objective of electoral systems and is a necessary precondition for their proper functioning.

Em termos de complexidade, os sistemas eleitorais majoritários, em especial do tipo SMDP, são conhecidos pela sua simplicidade. Como nesses sistemas cada eleitor possui apenas um único representante, sua tarefa consiste simplesmente em puni-lo ou recompensá-lo por suas ações durante o mandato. Ao fazer isso, o eleitor também deve levar em conta as alternativas

disponíveis – ou seja, os candidatos opositores. Como em sistemas baseados em distritos com um único representante a chamada lei de Duverger atua para reduzir os partidos a dois concorrentes principais (Cox, 1997), em sistemas majoritários normalmente o eleitor possui apenas uma opção alternativa ao *status quo*. Assim, tudo o que o eleitor tem que fazer em uma eleição é avaliar a atuação retrospectiva de seu representante e compará-la com a utilidade prospectiva esperada da eleição do candidato opositor. Já em sistemas proporcionais essa tarefa é multiplicada por duas, três ou  $n$  vezes dependendo do número de representantes existentes no distrito eleitoral. Suponhamos que em um dado sistema político os distritos tenham em média dez representantes. Suponhamos ainda que esse sistema político tenha três partidos competitivos com iguais chances de vitória. Cada partido irá lançar tantos candidatos quantos representantes há por distrito. Portanto, em nosso exemplo hipotético, a eleição contará com trinta candidatos. Ou seja, nesse cenário a tarefa do eleitor é avaliar as ações de dez representantes e compará-las às propostas de outros vinte candidatos (supondo que os dez representantes atuais busquem a reeleição).

Esse exercício mental ilustra o quão exaustivo pode ser a tarefa de votar em sistemas eleitorais cuja regra é a proporcionalidade. Em alguns países, os distritos chegam a ter dezenas ou mesmo centenas de representantes. O fato de um eleitor possuir inúmeros representantes significa que é mais difícil, nesse contexto, discernir corretamente os erros e acertos de cada um deles – o que prejudica a accountability. Nestes cenários, normalmente não apenas o número de representantes é grande, mas também o de partidos políticos. Regras proporcionais implicam barreiras baixas à entrada de novos concorrentes, o que permite a proliferação de partidos menores. Mais partidos significa mais opções e mais carga informacional e cognitiva. Além disso, como em sistemas proporcionais frequentemente nenhum partido recebe a maioria dos votos, a formação de uma maioria governante normalmente depende da coalizão de vários partidos. Isso significa que a responsabilidade pelas políticas adotadas é difusa, estão diluídas em mais de um responsável, ao contrário de governos majoritários, nos quais a responsabilidade está concentrada em um único partido. Além do elevado número de opções, tanto de partidos quanto de candidatos, sistemas eleitorais proporcionais frequentemente dependem de fórmulas complicadas para traduzir votos em cadeiras legislativas. Entender como seu voto entra no cálculo e ajuda a eleger o candidato de sua escolha é uma tarefa relativamente complicada para boa parte dos eleitores, diferentemente dos sistemas majoritários, nos quais o voto vai diretamente para um candidato e o candidato com maior número de votos é eleito. A tabela 5



resume as diferenças típico-ideais entre sistemas majoritários e proporcionais no que concerne à complexidade.

Tabela 5 - Diferenças de complexidade entre sistemas majoritários e proporcionais

<b>Sistemas eleitorais</b>	<b>Majoritários (SMDP)</b>	<b>Proporcionais</b>
<b>Distrito eleitoral</b>	Um único representante	Múltiplos representantes
<b>Governo</b>	Formado por um partido maioritário	Formado por uma coalizão de partidos
<b>Accountability</b>	Responsabilidade concentrada	Responsabilidade difusa
<b>Sistema partidário</b>	Dois partidos	Mais de dois partidos
<b>Fórmula eleitoral</b>	Simple	Complexa

Nota: elaboração do autor.

Estudando o comparecimento eleitoral, Fisher *et al* (2008) propõem que há duas maneiras pelas quais um sistema eleitoral pode desencorajar um eleitor com baixo conhecimento de votar: tornando o ato de votar mais complicado, e promovendo menos estímulo externo para votar. Como o eleitor com baixo conhecimento tem menor interesse, ele depende mais desse estímulo do que eleitores com alto conhecimento. Ele conclui que as taxas de comparecimento menores historicamente detectadas em sistemas majoritários se devem, sobretudo, à abstenção dos eleitores com baixo conhecimento. Embora mais simples, esses sistemas forneceriam baixo estímulo externo. Turgeon e Luskin (2019) chegam à mesma conclusão. Seu modelo estima que sistemas SMDP exercem o segundo maior efeito (negativo) sobre o conhecimento dentre sete variáveis contextuais. Com base em nosso modelo teórico da relação entre contexto político e conhecimento político, nossa hipótese vai na direção oposta: esperamos que em sistemas eleitorais do tipo SMDP o eleitor possua maior conhecimento político quando comparado a eleitores de outros países. Ou seja, esperamos que o conhecimento varie negativamente em relação à complexidade do sistema eleitoral. Esperamos também que o grau de complexidade afete a relação entre escolaridade e conhecimento político. A complexidade aumenta o custo da informação e torna mais decisivo o papel de recursos pessoais na determinação do conhecimento político. Quanto mais simples o sistema eleitoral, mais fácil o entendimento e, portanto, menor o efeito da escolaridade sobre o conhecimento.

Já em relação ao sentimento de eficácia política podemos ter expectativas conflitantes no que tange aos efeitos do sistema eleitoral. Sistemas proporcionais procuram refletir o mais fielmente possível a distribuição dos votos entre todos os partidos. Esses sistemas, portanto, são

mais permeáveis a partidos menores. As chances maiores de partidos minoritários serem eleitos pode fazer com que o eleitor sinta que seu voto é eficaz. Este é, aliás, uma hipótese extensamente investigada na literatura sobre sistemas eleitorais. Além disso e pelas razões expostas acima, sistemas proporcionais favorecem o surgimento de mais partidos, o que aumenta a chance de um eleitor se ver representado em algum deles. A maior quantidade de opções e a maior chance de a opção escolhida ser eleita possivelmente são fatores que aumentam o sentimento de eficácia dos eleitores. Por outro lado, as vantagens dos sistemas proporcionais vêm com um preço: se baseiam em regras mais complicadas e, portanto, o custo cognitivo associado a esses sistemas é maior. Além disso, o uso de cotas ou divisores para calcular o número mínimo de votos que um candidato ou partido precisa para se eleger pode fazer com que nem sempre o candidato eleito seja o que recebeu mais votos. Sistemas majoritários, por sua vez, também podem afetar negativamente a eficácia política ao produzir resultados não representativos a nível local e nacional. Nossa hipótese vai no sentido de que a complexificação cognitiva associada a sistemas proporcionais faz diminuir o sentimento de eficácia política dos eleitores, enquanto a simplicidade de sistemas de pluralidade de votos aumenta essa atitude e tem reflexos positivos no conhecimento político.

### 5.1. COMPLEXIDADE DO SISTEMA ELEITORAL E CONHECIMENTO POLÍTICO

Embora analiticamente estejamos falando até aqui em termos de graus de complexidade, empiricamente seria muito difícil mensurar essa característica de um sistema eleitoral em uma escala contínua. Sendo assim, a estratégia encontrada para testar o efeito da complexidade do sistema eleitoral foi opor o sistema indiscutivelmente mais simples (o sistema majoritário do tipo SMDP) a todos os demais sistemas com algum grau de complexidade (sistemas eleitorais proporcionais e mistos). Essa estratégia se justifica na medida em que nosso objetivo aqui é saber se a complexidade do sistema eleitoral, em qualquer grau que seja, afeta o conhecimento político. Nesse sentido, criamos uma variável *dummy* opondo sistemas SMDP a todos os demais sistemas eleitorais (proporcionais e mistos). Para facilitar a leitura, chamaremos o primeiro grupo de sistemas eleitorais simples e o segundo de sistemas eleitorais complexos. Entre os trinta e sete países que compõem a nossa base de dados, apenas cinco possuem sistemas eleitorais SMDP. França (2012) e Romênia (2014) foram excluídos porque os dados se referem exclusivamente a eleições presidenciais. As duas categorias resultantes apresentam score médio

de 0,548 (N = 5) e 0,491 (N = 30) respectivamente na escala ICPa. Embora a diferença seja pequena (em torno de 10%), ela vai no sentido esperado. A distribuição em termos percentuais na escala de conhecimento político nas duas categorias de países pode ser observada no gráfico 11. Nos níveis mais baixos da escala a diferença entre os grupos, embora no sentido esperado, é pequena. Apenas no último nível da escala temos uma diferença grande o bastante para sugerir que a complexidade do sistema eleitoral afeta em alguma medida o nível de conhecimento político. Enquanto nos países com sistema de pluralidade de votos 18,3% dos respondentes acertaram a todas as perguntas, em países onde o sistema eleitoral é mais complexo essa taxa cai pela metade: 9,4%.

A grande diferença no último nível da escala indica que um dos indicadores de conhecimento político está particularmente favorecendo os países com sistemas eleitorais de pluralidade. O gráfico 12 apresenta a porcentagem de acertos em cada um dos indicadores separadamente e para cada grupo de sistema eleitoral. Observa-se que os indicadores i3, i4 e i5 são ligeiramente favoráveis aos países majoritários. Entretanto, é no indicador i2 (pergunta sobre a taxa de desemprego) que a diferença mais significativa está concentrada. Possivelmente isto acontece em razão da alta proporção de acertos nessa pergunta dos respondentes na Austrália e no Canadá, bem acima da média (ver gráfico 3).

Gráfico 12 - Distribuição percentual do conhecimento político por sistema eleitoral

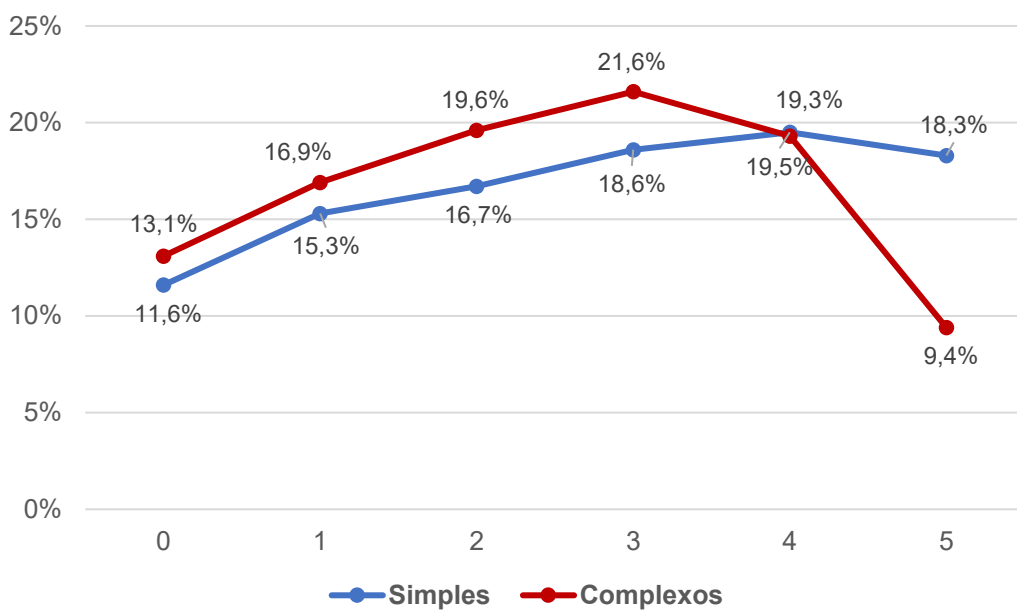
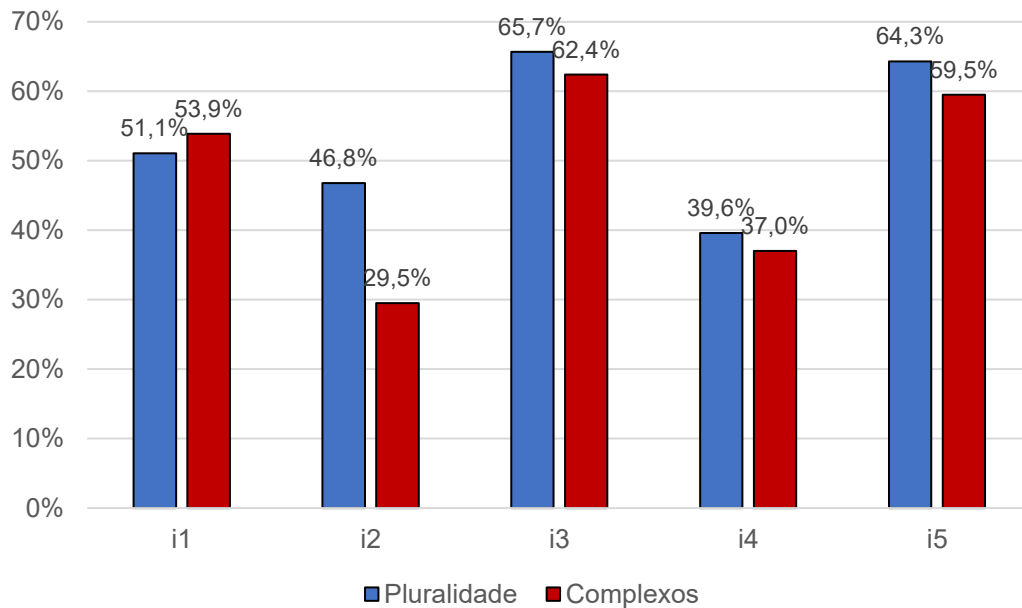


Gráfico 13 - Porcentagem de acertos em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por sistema eleitoral



No que tange à interação entre sistema eleitoral, escolaridade, eficácia política interna e conhecimento político, adotamos a mesma estratégia usada na análise do número de casas legislativas como uma aproximação inicial aos dados. Utilizamos a variável conhecimento político binarizada (ICPa e ICPe) e estimamos um modelo de regressão logística para cada grupo de sistema eleitoral. Os resultados são relativamente distintos de acordo com a variável dependente utilizada, isto é, dependendo se a variável dependente é a medida ampla ou estrita. Considerando primeiro a medida ampla, a escolaridade apresenta um  $\text{Exp}(B)$  de 2,9 ( $p < .001$ ) para países com sistemas simples e de 3,4 ( $p < .001$ ) para sistemas complexos. Ou seja, em países onde o sistema eleitoral não é do tipo SMDP, um eleitor com ensino superior tem 0,5 mais chances de ter alto conhecimento político quando comparado a um eleitor sem ensino superior. Em outras palavras, o efeito da escolaridade sobre o conhecimento é maior nos países onde o sistema eleitoral é em alguma medida mais complexo. Esse efeito é maior quando regredimos a escolaridade sobre o conhecimento político estrito ao invés do amplo. Em países com sistemas eleitorais de pluralidade de votos a razão de chances é de 2,1 ( $p < .001$ ), enquanto em países com sistemas complexos é de 2,8 ( $p < .001$ ). Uma diferença de 0,7 nas razões de chances entre os grupos. Em ambas as medidas de conhecimento, os intervalos de confiança não se sobrepõem e a diferença é estatisticamente significativa.

Tabela 6 - Regressão logística dos efeitos da escolaridade e da eficácia por sistema eleitoral

ICPa		B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para	
					Exp(B)	
					Inferior	Superior
<b>Complexo</b>	Constant	-1,549 (.023)	.000	0,212		
	Escolaridade	1,231 (.024)	.000	3,425	3,266	3,59
	Eficácia política	0,360 (.025)	.000	1,434	1,364	1,507
	R2 Nagelkerke	.101				
	N	39739				
<b>Simples</b>	Constant	-1,548 (.055)	.000	0,213		
	Escolaridade	1,066 (.049)	.000	2,904	2,639	3,195
	Eficácia política	0,597 (.054)	.000	1,816	1,635	2,018
	R2 Nagelkerke	.105				
	N	8250				
ICPe		B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para	
					Exp(B)	
					Inferior	Superior
<b>Complexo</b>	Constant	-1,321 (.022)	.000	0,267		
	Escolaridade	1,042 (.023)	.000	2,834	2,707	2,968
	Eficácia política	0,457 (.024)	.000	1,579	1,506	1,656
	R2 Nagelkerke	.082				
	N	39950				
<b>Simples</b>	Constant	-1,325 (.053)	.000	0,266		
	Escolaridade	0,747 (.047)	.000	2,111	1,923	2,316
	Eficácia política	0,527 (.053)	.000	1,694	1,528	1,878
	R2 Nagelkerke	.061				
	N	8306				

No que se refere à eficácia política, a interação entre contexto e conhecimento político precisa ser analisada em duas etapas (duas hipóteses). Primeiro, esperamos um aumento desse sentimento em sistemas eleitorais do tipo SMDP relativamente a sistemas mais complexos (efeito do contexto sobre o sentimento de eficácia). Segundo, ao elevar o sentimento de eficácia, esperamos que o efeito desta atitude sobre o conhecimento seja maior naqueles sistemas (efeito da eficácia sobre o conhecimento político como função do contexto). Os dados mostram uma diferença percentual dos grupos com alta e baixa eficácia de acordo com o tipo de sistema eleitoral, e essa diferença está de acordo com a nossa expectativa teórica. Em países que possuem sistema eleitoral do tipo SMDP, cerca de 38% dos eleitores se sentem eficazes politicamente, ao passo que onde o sistema é de alguma maneira mais complexo essa taxa cai para aproximadamente 28%.

Em relação aos efeitos da eficácia sobre o conhecimento político, como se vê na tabela 6 os resultados dos modelos de regressão logística não são tão claros quanto o observado no caso da escolaridade. Embora nas duas medidas de conhecimento a diferença entre os grupos se dê no mesmo sentido, no caso da medida estrita os intervalos de confiança chegam a se sobrepor e, portanto, não se pode dizer, com 95% de confiança, que as razões de chances são estatisticamente diferentes. Os resultados são melhores quando utilizamos a variável ampla de conhecimento político. Em países que utilizam esse tipo de sistema eleitoral, um eleitor com alta eficácia política tem 1,8 vezes mais chances de ter alto conhecimento político amplo em comparação a um eleitor que não se sente politicamente eficaz, ao passo que em países que não utilizam essa regra eleitoral majoritária a razão de chances é de 1,4. A diferença é estatisticamente significativa. Ou seja, em países com sistemas eleitorais simples o efeito da eficácia sobre o conhecimento político é maior. Utilizando a medida estrita de conhecimento as chances caem para 1,7 e 1,6, respectivamente. A diferença não chega a ser estatisticamente significativa. Portanto, no que tange à interação entre sistema eleitoral e eficácia, a análise até aqui é ambígua e não nos permite concluir pela aceitação da nossa hipótese.

## 5.2. ESTRUTURA DE VOTO ÚNICO E CONHECIMENTO POLÍTICO

Até aqui falamos de sistemas eleitorais em sua acepção estrita, como sinônimo de fórmula eleitoral. Mas o termo sistema eleitoral também é usado para denotar o conjunto maior de regras que regulam o processo eleitoral em um sistema político.<sup>15</sup> Nesse sentido, um sistema eleitoral possui ao menos três dimensões: fórmula eleitoral (ou sistema eleitoral, estritamente falando), estrutura do voto e magnitude do distrito (Norris, 2004; Clark *et al*, 2018; Gallagher e Mitchell, 2005). A magnitude do distrito corresponde ao número de cadeiras legislativas ou representantes alocadas em porções do território nacional. Esse número pode ser constante ou variar de distrito para distrito. Em certo sentido, o efeito da magnitude do distrito já foi analisado indiretamente ao analisarmos os efeitos dos sistemas eleitorais SMDP, na medida em que sistemas eleitorais SMDP são, por definição, sistemas baseados em distritos eleitorais com magnitude um, isto é, um único representante por distrito. Trata-se da maneira mais simples de dividir territorialmente o total de cadeiras legislativas em um sistema eleitoral e, como vimos, a maneira mais simples de traduzir votos em cadeiras.

---

<sup>15</sup> A fim de não confundir ambos os conceitos, Gallagher e Mitchell (2005) utilizam o termo regulações eleitorais para se referir ao sistema eleitoral em sentido amplo.

A estrutura do voto, por sua vez, refere-se à maneira como o voto é apresentado ao eleitor. A estrutura do voto varia em dois sentidos: 1) o eleitor pode votar em partidos ou diretamente nos candidatos; 2) e ele pode ter um voto apenas para dar ou mais de um. A princípio, não parece haver razão para imaginar que a dificuldade varie em função do voto ser em partidos ou em candidatos. Interessa-nos aqui, portanto, a estrutura do voto particularmente no que tange ao número de votos conferidos ao eleitor. Um voto por eleitor normalmente é a regra. Em sistemas mistos, contudo, a regra é os eleitores possuírem ao menos dois votos, um para cada nível do legislativo. Além de variações na fórmula eleitoral, pode acontecer que eleições para diferentes cargos (executivo e legislativo, câmara baixa e câmara alta, governantes nacionais e locais etc.) ocorram simultaneamente. É razoável assumir que quanto mais votos um eleitor tem para dar numa eleição, mais complicada se torna sua tarefa. Portanto, a estrutura do voto também deve ter impacto sobre o conhecimento político, ao tornar a tarefa de votar mais complexa. À medida que a tarefa se torna mais difícil, menor serão as taxas de conhecimento político, e mais elas dependerão de recursos pessoais como escolaridade e/ou atitudes pró-sistema político como ao sentimento de eficácia política.

Para testar o efeito dessa dimensão do sistema eleitoral, construímos uma variável *dummy* que indica a presença ou ausência de mais de um voto na eleição. Nos países que integram nossa base de dados, Brasil (2014), Quênia (2013), México (2012), Filipinas (2016), Sérvia (2012) e EUA (2012) combinaram múltiplas eleições (presidente e legislativo e, em alguns casos, como Brasil e Filipinas, eleições locais). Países com sistemas eleitorais mistos também foram categorizados no grupo de países com mais de um voto, na medida em que sistemas mistos normalmente conferem ao eleitor mais de um voto – com exceção da Coreia do Sul (2012).

Numa primeira análise descritiva dos dados, salta à vista a magnitude particularmente grande das diferenças entre os países com estrutura de voto único e os países nos quais os eleitores têm a tarefa de conferir dois votos ou mais. Em termos gerais, o score médio dos países com voto único e dos países com mais de um voto é de 0,568 e de 0,419 na medida ampla, e de 0,677 e 0,502 na medida estrita, respectivamente. Uma diferença de cerca de 25%. O gráfico 13 apresenta a distribuição dos dados em cada nível da escala de conhecimento político amplo e estrito por grupo de estrutura de voto. Observa-se que as proporções são bastante diferentes e no sentido esperado. Nos países de voto único, os eleitores se concentram nos níveis superiores da escala, enquanto que nos países com mais de um voto os eleitores estão concentrados nos níveis inferiores da escala. Esse é o padrão geral. Olhando para cada medida de conhecimento em particular, observa-se que no caso da medida ampla de conhecimento, apenas no nível mais

alto da escala (cinco acertos) as taxas convergem para um patamar similar. Já no caso da medida estrita a distribuição da amostra cresce de forma rápida e quase linear a cada nível superior na escala de conhecimento. Vale notar também que a estrutura do voto não tem praticamente nenhum efeito sobre o conhecimento político estrito no caso dos países onde os eleitores têm mais de um voto, uma vez que as proporções de acertos são praticamente as mesmas nos quatro níveis da escala.

Ao analisar descritivamente os dados, vale a pena ainda observar separadamente o comportamento dos dados em cada indicador de conhecimento político. O gráfico 14 mostra as porcentagens de acertos em cada grupo de países em cada um dos cinco indicadores que compõem a nossa medida de conhecimento. Observa-se que a maior diferença percentual está no indicador 5, a pergunta de localização dos partidos na escala esquerda-direita, enquanto no caso do indicador 2, a pergunta sobre taxa de desemprego, a diferença é mínima.

Gráfico 14 - Distribuição do percentual de acertos por estrutura de voto e por medida de conhecimento político

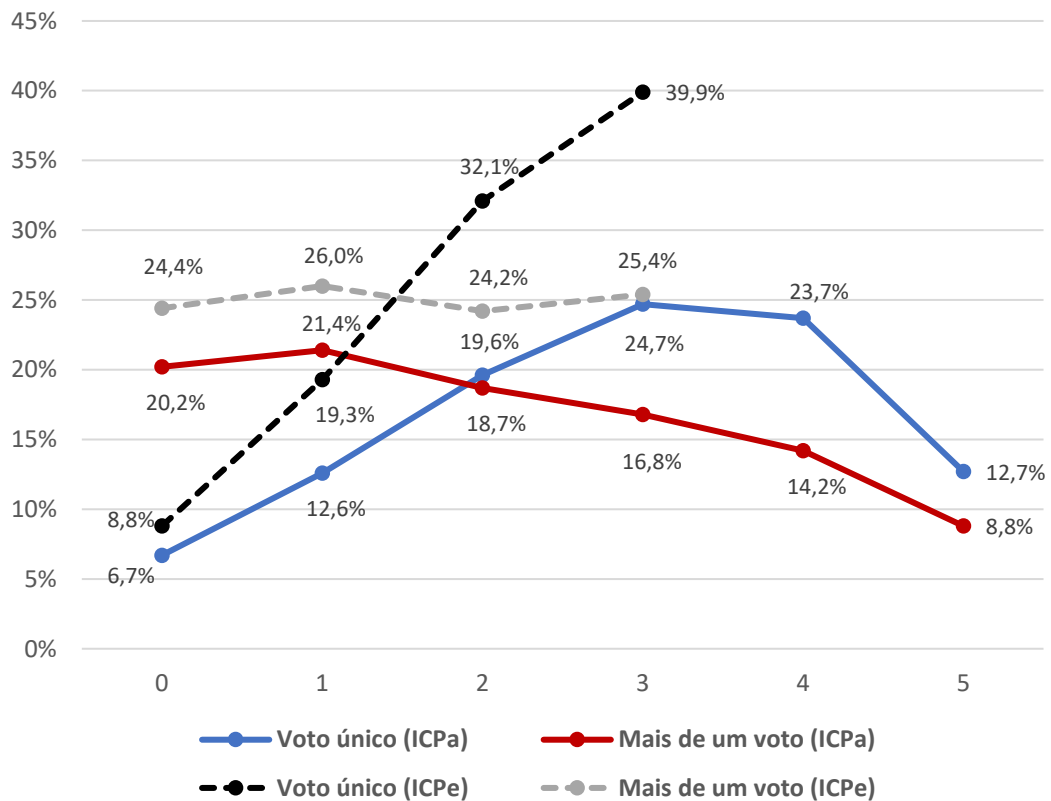
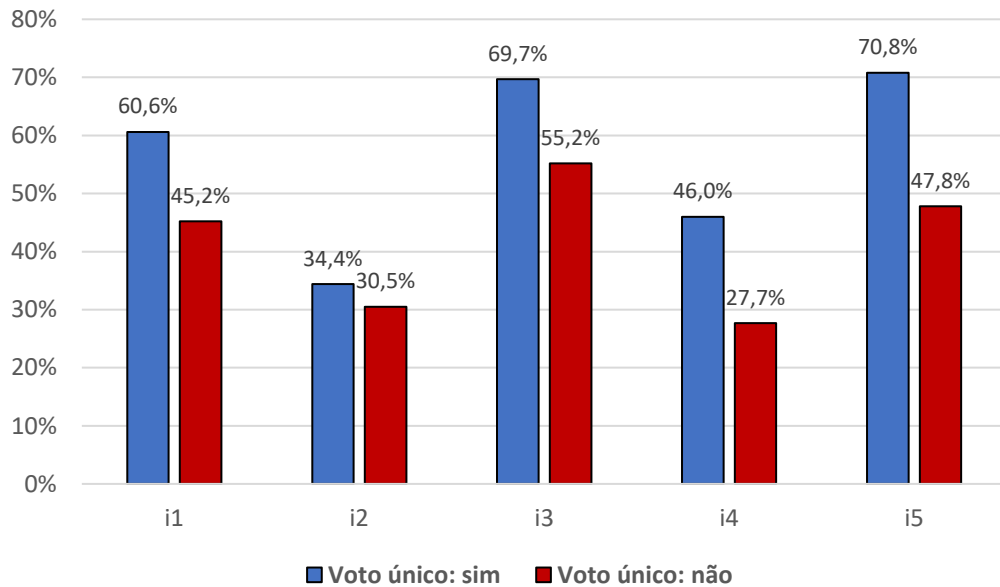




Gráfico 15 - Porcentagem de acertos em cada um dos cinco indicadores de conhecimento político por estrutura de voto



Seguindo nossa análise, o que podemos dizer sobre as interações entre estrutura do voto, escolaridade, eficácia política e conhecimento político? Mais uma vez, modelamos os dados usando as versões binárias das nossas variáveis a fim de estimar as razões de chances de indivíduos com alta escolaridade e alta eficácia possuir alto conhecimento em cada grupo de países. Os parâmetros estimados para o modelo encontram-se na tabela 7 e sugerem que a estrutura do voto exerce um efeito particularmente forte sobre a relação entre escolaridade/eficácia e conhecimento político. Em países nos quais a tarefa do eleitor é decidir sobre um voto apenas, a chance de um indivíduo com educação superior possuir alto conhecimento político é 2,9 vezes maior do que um indivíduo sem educação superior. Já nos países onde o eleitor tem dois ou mais votos para dar, a razão de chances é 4,05, ou seja, em torno de 29% maior.<sup>16</sup> Em relação à eficácia política, observa-se o padrão inverso. Em países com estrutura de voto único, a chance de um eleitor com alta eficácia possuir alto conhecimento é duas vezes a de um eleitor com baixa eficácia. Em países nos quais os eleitores ofertam mais de um voto, a razão de chances reduz para 1,45, em torno de 24% menor. No caso desse preditor, o efeito maior aparece quando usamos a medida estrita de conhecimento político (a tabela 7 apresenta apenas o modelo estimado com base em ICPa).

<sup>16</sup> O teste foi feito utilizando-se também a medida estrita de conhecimento e o resultado é basicamente o mesmo, apenas ligeiramente mais fraco (diferença entre razões de chance de 23% aproximadamente).

Tabela 7 - Regressão logística dos efeitos da escolaridade e da eficácia por estrutura do voto

Estrutura de voto único?	B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para Exp(B)	
				Inferior	Superior
Não Constant	-1,957 (.035)	.000	0,141		
Escolaridade	1,398 (.033)	.000	4,047	3,794	4,318
Eficácia política	0,327 (.037)	.000	1,386	1,289	1,491
R <sup>2</sup> Nagelkerke	.122				
N	26012				
Sim Constant	-1,274 (.027)	.000	0,280		
Escolaridade	1,066 (.028)	.000	2,902	2,748	3,066
Eficácia política	0,510 (.030)	.000	1,664	1,570	1,764
R <sup>2</sup> Nagelkerke	.099				
N	32469				

Nota: variável dependente = ICPa binária.

Os testes iniciais fornecem indícios favoráveis às nossas hipóteses, especialmente considerando o efeito da estrutura do voto, embora no caso do sistema eleitoral os indícios sejam menos claros. Precisamos de um teste mais robusto a fim de determinar se de fato há evidências sólidas que sustentam nossas alegações. Esse teste, como já vimos no capítulo 4, é a modelagem multinível dos dados.

### 5.3. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DA COMPLEXIDADE DOS SISTEMAS ELEITORAIS

Como já dito no capítulo 3, o teste das nossas hipóteses com base na modelagem multinível dos dados procura responder a três perguntas: 1) se variáveis contextuais afetam o conhecimento político, uma vez controlados os efeitos de variáveis situadas ao nível do indivíduo (modelo incremental ou com inclinações fixas); 2) se o efeito de determinadas variáveis micro teoricamente relevantes varia de acordo com o contexto (modelo com inclinações variáveis); 3) qual aspecto contextual específico interage com essas variáveis e responde, em parte, pela variação observada de seus efeitos (modelo com interações micro-macro). O modelo incremental serve para testar a hipótese de que contextos políticos mais simples aumentam o conhecimento político. O modelo com interações micro-macro, por sua vez, serve para testar a hipótese de que parte desse aumento se deve à redução no impacto da

escolaridade sobre o conhecimento de um lado, e à ampliação do impacto da eficácia política de outro. Uma vez que os dados sem previsores são os mesmos dos usados para modelar os efeitos do número de casas legislativas, não há necessidade de recalculá-lo ICC.

Tabela 8 - Regressão linear multinível dos efeitos do sistema eleitoral e da estrutura do voto

	Modelo incremental		Modelo com interações	
	B	(SE)	B	(SE)
Intercepto	0,276***	0,042	0,291***	0,040
Escolaridade	0,117***	0,003	0,113***	0,013
Eficácia interna	0,057***	0,002	0,036***	0,013
Gênero	0,089***	0,002	0,089***	0,002
Partidarismo	0,074***	0,002	0,074***	0,002
Sistema eleitoral	-0,025	0,068	-0,025	0,066
Estrutura de voto	0,138**	0,049	0,125*	0,048
Escolar. x sistema eleitoral			0,003	0,022
Escolar. x estrutura de voto			0,006	0,015
Eficácia x sistema eleitoral			0,070***	0,007
Eficácia x estrutura de voto			0,016**	0,005
BIC	270,7518		231,4409	
-2 Loglik	173,9656		91,6397	
Razão de verossimilhança	5256,322		82,32589	
R <sup>2</sup> intra grupos	10,8%		10,8%	
R <sup>2</sup> entre grupos	32,1%		32,1%	
N	46825		46825	
Clusters	35		35	

Nota: equação estimada por *restricted maximum likelihood* (REML), pacote multilevel do R. Variável dependente: ICPa.  $p = * < .05$ ,  $** < .01$ ,  $*** < .001$ .

A tabela 8 apresenta os parâmetros estimados para os dois modelos (incremental e de interações), bem como as estatísticas do ajuste de qualidade dos modelos aos dados. Inicialmente, olhando para o modelo com inclinações fixas, constatamos que das duas variáveis contextuais investigadas neste capítulo, apenas estrutura de voto único apresentou um efeito forte e significativo sobre o conhecimento político uma vez controlado pelo efeito dos preditores de nível micro. Vale dizer que se trata do efeito mais forte entre todas as variáveis predictoras do modelo: o modelo prevê que eleitores em sistemas eleitorais que conferem apenas um voto possuem em média um conhecimento político 0,138 ponto maior na escala,

comparados a eleitores cujo sistema eleitoral exige mais de um voto do eleitor. A variável sistema eleitoral apresentou efeito fraco e sem significância estatística, em consonância com o que a análise descritiva já indicava.

Sem seguida, permitimos que o efeito da escolaridade e da eficácia variasse em função dos países. Tal como no modelo com a variável número de casas legislativas, no caso das variáveis relativas ao sistema eleitoral a escolaridade e a eficácia também apresentam efeitos variáveis sobre o conhecimento de acordo com o país uma vez que o ajuste do modelo é melhor quando permitimos que a reta de regressão da escolaridade e da eficácia varie função dos países. A diferença no ajuste é estatisticamente significativa. Importa, portanto, verificar se nossa segunda hipótese é capaz de explicar a variação desse efeito. O segundo modelo da tabela 8 mostra que parte da variação do efeito da eficácia se deve a diferenças em termos de sistema eleitoral entre os países. Em consonância com a nossa hipótese, sistemas eleitorais SMDP ou com estrutura de voto único tendem a intensificar o efeito da eficácia sobre o conhecimento político. A interação é particularmente forte no caso da fórmula eleitoral. O modelo prevê que se sentir politicamente eficaz em contextos com sistemas eleitorais simples implica em um acréscimo de 0,123 ponto na escala de conhecimento, ao passo que em contextos com sistemas eleitorais complexos o acréscimo previsto é de 0,052. No caso de contextos com estrutura de voto único, o impacto previsto da eficácia sobre o conhecimento é de 0,052 ponto na escala em contextos com mais de um voto é de 0,036. A diferença na inclinação das retas pode ser observada nos gráficos de valores preditores abaixo (gráfico 15 e 16). Em relação à escolaridade, não foi detectada nenhuma interação com as variáveis do sistema eleitoral.

Gráfico 16 - Interação entre eficácia e sistema eleitoral

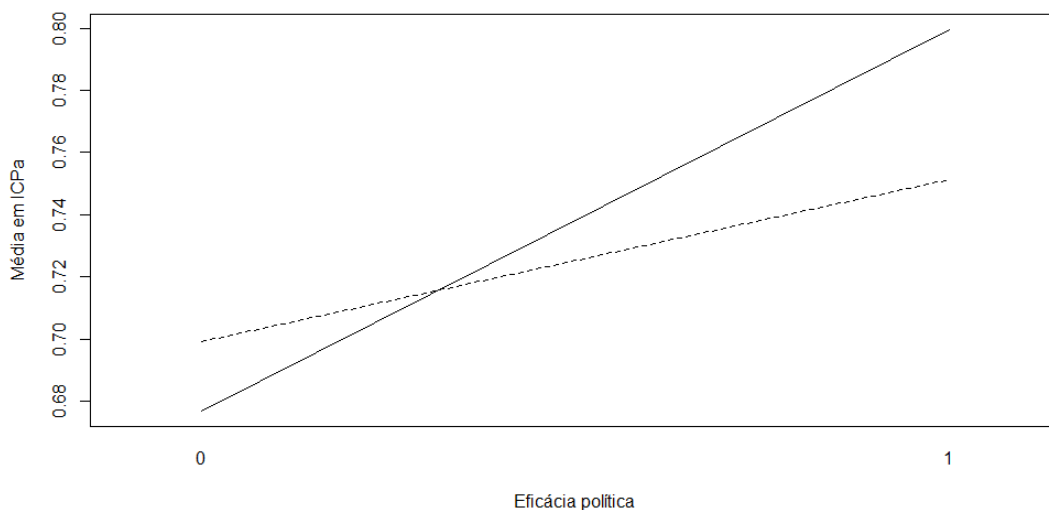
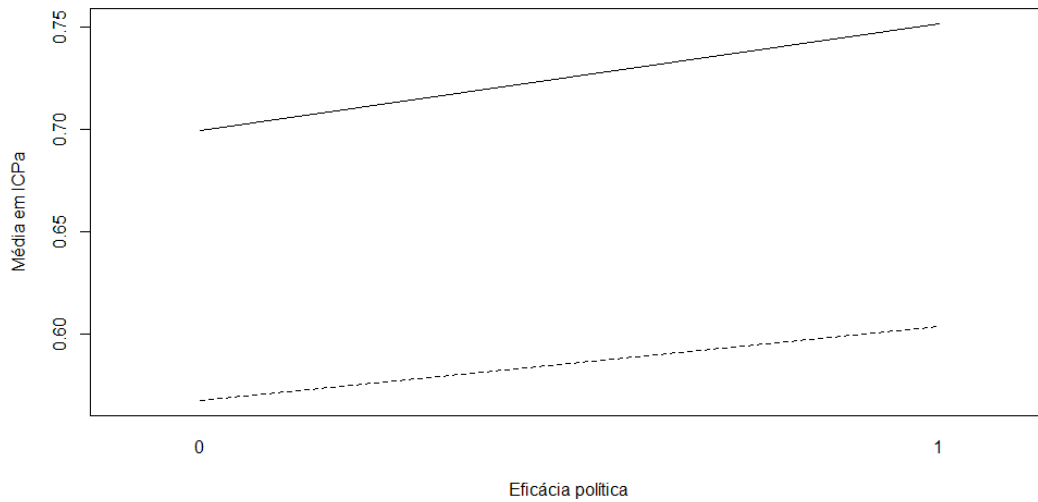


Gráfico 17 – Interação entre eficácia e estrutura de voto



Em resumo, nossa análise sugere que o sistema eleitoral é uma dimensão contextual relevante para explicar o conhecimento político. Tomando como base o modelo nulo, nosso modelo com inclinações variáveis explica cerca de 32% da variação dos dados entre os grupos. Em particular, a estrutura de voto único é uma característica que impacta de forma bastante forte e positiva o conhecimento político. Em contextos mais simples, nos quais o eleitor é chamado para dar apenas um voto por eleição, o conhecimento político tende a ser maior. Seu efeito chega a ser mais forte do que o efeito da escolaridade. A estrutura de voto único e a fórmula eleitoral também interagem com o sentimento de eficácia política, intensificando seu efeito. Com base nos dados disponíveis, todavia, não podemos dizer que a simplicidade dos sistemas eleitorais SMDP afeta diretamente o conhecimento político. Esse resultado contrasta com os achados de Turgeon e Luskin (2019), de acordo com os quais fórmulas eleitorais SMDP exercem o segundo maior efeito (negativo) sobre o conhecimento dentre sete variáveis contextuais analisadas. Todavia, nosso modelo com interações mostra que essa característica do sistema eleitoral exerce efeitos indiretos sobre o conhecimento ao aumentar o impacto da eficácia política. Essa interação é particularmente forte, na medida em que a estrutura de voto único mais que dobra o impacto da eficácia política.

## 6. SISTEMAS PARTIDÁRIOS E CONHECIMENTO POLÍTICO

Nesta parte da pesquisa entram em análise os fatores que podemos resumir sob a rubrica de *opções disponíveis aos eleitores* (Dalton e Anderson, 2011). Num regime democrático representativo, como sabemos, os cidadãos opinam sobre os rumos da comunidade política por meio de representantes eleitos. Nesses regimes, as opções aos eleitores se apresentam organizadas na forma de partidos políticos. Os partidos desenvolvem programas de governo com propostas e princípios que são ofertadas aos eleitores em troca de votos. O conjunto de partidos forma o que chamamos de sistema partidário. Um sistema partidário é formado por dois ou mais partidos que interagem entre si e competem pelos votos dos eleitores com a finalidade de obter cargos eletivos e controlar o governo (Katz e Crotty, 2006). O sistema partidário, portanto, consiste nos padrões de interação regular entre os partidos formalmente constituídos em um sistema político e é precisamente isto o que chamamos aqui de opções disponíveis ao eleitor.

De acordo com as teorias racionalistas do comportamento político, os eleitores reagem racionalmente às opções que lhes são ofertadas e usam a maximização da utilidade do seu voto como critério para escolher entre elas. Os eleitores também avaliam a própria utilidade do ato de escolher em função dos custos associados a ele. Portanto, alterações nas opções disponíveis, ou seja, nas características do sistema partidário, devem afetar diretamente o comportamento do eleitor, como por exemplo levando-o a se abster de votar. Se o eleitor não vê benefícios nas opções que lhe são ofertadas ou se ele não percebe diferenças entre elas, não há razão para que ele gaste recursos na tarefa de escolher. De igual maneira, não há razão para que ele busque informação e adquira o conhecimento necessário a fim de fazer uma escolha bem informada. Portanto, determinadas características do sistema partidário podem fazer com que o conhecimento do eleitor aumente ou diminua. De acordo com o modelo desenvolvido em Dalton e Anderson (2011), as opções disponíveis aos eleitores podem variar em termos de número das opções (quantidade), natureza das opções (clareza) e previsibilidade das opções (estabilidade). Teoricamente, essas três dimensões do sistema partidário têm potencial para afetar o conhecimento político. De cada uma dessas dimensões derivamos três hipóteses gerais sobre a relação entre sistema partidário e conhecimento político.

A primeira dimensão é provavelmente o aspecto do sistema partidário mais extensamente estudado na ciência política – afinal, é impossível descrever um sistema partidário sem uma noção de quantos jogadores estão envolvidos. Em relação aos efeitos do número de partidos

sobre o conhecimento político, os achados empíricos são ambíguos. Gordon e Segura (1997) e Breggren (2001) avançaram a hipótese de que mais partidos representam (até certo ponto) mais informação disponível e, conseqüentemente, mais conhecimento. Já Turgeon e Luskin (2019) argumentam o oposto: mais partidos implica aumento do custo da informação e, portanto, menor conhecimento político. Os autores encontraram evidências empíricas para ambas as hipóteses. Nossa hipótese aqui é que o número de opções é inversamente proporcional ao conhecimento político. Um grande número de escolhas disponíveis significa uma maior quantidade de informação a ser processada no processo de escolha, o que, por sua vez, implica em maiores custos cognitivos envolvidos no ato de escolher. Como já discutimos extensamente nesta tese, quanto maior o custo, menor o incentivo ao eleitor. Portanto, nossa hipótese é quanto maior o número de partidos, menor o nível de conhecimento político do eleitor.

Já em relação à natureza das opções, a expectativa é inversa. A noção de natureza das opções tem a ver com clareza, diversidade, escolhas reais. O sistema partidário é relevante não apenas em termos do número de opções que oferece, mas também em termos de quão significativas são essas opções, isto é, diferentes entre si. Fortunato *et al* (2016) encontraram forte evidência de que o conhecimento do eleitor a respeito da posição ideológica dos partidos está associado a contextos onde o esquema esquerda-direita é útil para prever a composição de coalisões políticas. Turgeon e Luskin (2019) também encontram um efeito particularmente forte de contextos de extremicidade do sistema partidário sobre o conhecimento político: quanto mais afastados os partidos são do centro da escala esquerda-direita, maior o conhecimento político. Portanto, além do número de partidos, nós estamos interessados também na extensão em que os partidos em um sistema partidário se diferenciam em termos ideológicos. Por ideologia entendemos a posição dos partidos ao longo de um continuum que vai da esquerda à direita. A diferenciação, por sua vez, é entendida aqui como o grau de dispersão dos partidos ao longo desse continuum. Quanto mais dispersos os partidos, mais polarizado é o sistema partidário. Nossa hipótese em relação a esta dimensão do sistema partidário, portanto, é quanto maior a polarização dos partidos (ou seja, quanto maior sua dispersão ao longo da escala esquerda-direita), mais claras são as opções aos eleitores e maior será seu conhecimento político.

Por fim, além da quantidade e da diversidade dos partidos, o conhecimento político dos eleitores também deve ser afetado pela previsibilidade das opções disponíveis a eles. Democracias consolidadas se caracterizam por disputas eleitorais recorrentes entre o mesmo grupo de partidos políticos. Chamamos essas disputadas recorrentes pelos mesmos partidos de

institucionalização do sistema partidário. Em contextos de sistemas partidários institucionalizados, os partidos estão em melhor condição de cultivar laços profundos com os eleitores. Eleitores que encontram as mesmas opções eleitorais devem achar mais fácil prever o comportamento dos partidos e candidatos com base em seu comportamento passado, bem como fazer projeções para o futuro. Se a cada eleição o eleitor se depara com novos partidos, isso significa que a cada eleição ele tem que buscar informação a partir do zero. Ou seja, a cada eleição o eleitor retorna a estaca de zero de conhecimento sobre os partidos, tornando custosa qualquer participação no processo eleitoral. Portanto, nossa hipótese é quanto mais institucionalizado um sistema partidário, maior será o conhecimento político dos eleitores.

Neste capítulo analisamos os efeitos das características do sistema partidário sobre o conhecimento político dos eleitores testando as três hipóteses esboçadas acima.

#### 6.1. QUANTIDADE DE OPÇÕES: NÚMERO DE PARTIDOS E CONHECIMENTO POLÍTICO

Muitos partidos significam maior custo informacional envolvido na tarefa de escolher entre um deles. Portanto, mais partidos é igual a menos conhecimento político. Para testar essa hipótese precisamos de uma maneira de medir a quantidade de partidos políticos em um sistema. Por definição, para constituir um sistema partidário é preciso haver no mínimo dois partidos. Empiricamente, sistemas partidários podem ser constituídos de apenas dois partidos ou de dúzias deles. Tentativas de classificar os sistemas partidários com base no número de partidos são tão antigas quanto a própria noção de sistema partidário. A classificação mais utilizada opõe sistemas bipartidários a sistemas multipartidários e tem sido usada no contexto dos estudos acerca dos efeitos da proporcionalidade do sistema eleitoral sobre o sistema partidário. Entretanto, quando se trata de tomar o sistema partidário como variável independente, analisando seus efeitos sobre alguma outra variável, a literatura tem adotado o número de partidos ao invés de alguma forma de classificação.

A despeito da importância da quantidade de partidos, a verdade é que a simples contagem tem pouco valor analítico. Embora seja uma forma simples e direta de quantificar as opções disponíveis, simplesmente contar os partidos é equivocado, porque o número depende da importância relativa de cada um deles dentro do sistema partidário. Como contar os partidos quando um deles recebe, digamos, 45% dos votos, outro recebe 35% e cinco outros partidos recebem juntos os 20% restantes? A questão para os estudiosos sempre foi encontrar uma forma de conta-los que tenha significado quando alguns partidos obtêm a maior parte dos



votos/cadeiras legislativas e outros a menor parte. Atualmente, a maneira mais aceita e utilizada entre os pesquisadores de contar os partidos em um sistema partidário foi originalmente desenvolvida por Laakso e Taagepera em 1979. Na sigla em inglês, o ENEP (Effective Number of Electoral Parties) e o ENPP (Effective Number of Parliamentary Parties) são duas medidas que procuram sumarizar o grau de fragmentação de um sistema partidário e que contam os partidos levando em consideração a proporção de votos recebida na eleição ou de parlamentares eleitos, de maneira que os partidos menores contam menos do que os partidos maiores.<sup>17</sup> Utilizando o ENEP e o ENPP como medida do número de partidos em um sistema partidário, formulamos as seguintes hipóteses:

- H<sub>1</sub>: quanto maior o número efetivo de partidos, menor o conhecimento político;
- H<sub>2</sub>: quanto maior o número efetivo de partidos, maior o efeito da escolaridade e menor o efeito da eficácia política sobre o conhecimento político.

Inicialmente, testamos essas hipóteses com ambas as medidas de fragmentação (baseada nos partidos na eleição e nos partidos no parlamento) utilizando um gráfico de dispersão cruzando número efetivo de partidos e o score médio nas escalas de conhecimento com a reta de regressão ajustada aos dados.<sup>18</sup> Como os resultados são melhores utilizando a medida de fragmentação dos partidos no parlamento, será essa a medida de fragmentação doravante adotada.

À primeira vista, parece não haver correlação significativa entre essa variável contextual e conhecimento político, seja utilizando a medida ampla ou estrita de conhecimento, uma vez que os coeficientes de correlação – muito embora negativos e, por conseguinte, de acordo com o esperado teoricamente – não são significantes. O pequeno efeito observado no gráfico 16 deve estar concentrado em algum indicador de conhecimento isoladamente. Para verificar isso, desagregamos o conhecimento político em seus indicadores e analisamos a correlação de cada um deles isoladamente com o número efetivo de partidos. Como se pode verificar no próprio gráfico 16, observou-se no caso da pergunta 3 – ou seja, qual partido chegou em segundo lugar no congresso – uma correlação bastante substantiva com o número efetivo de partidos:  $R^2 = .23$ .<sup>19</sup> Quanto maior o número efetivo de partidos no parlamento, menor a proporção de

---

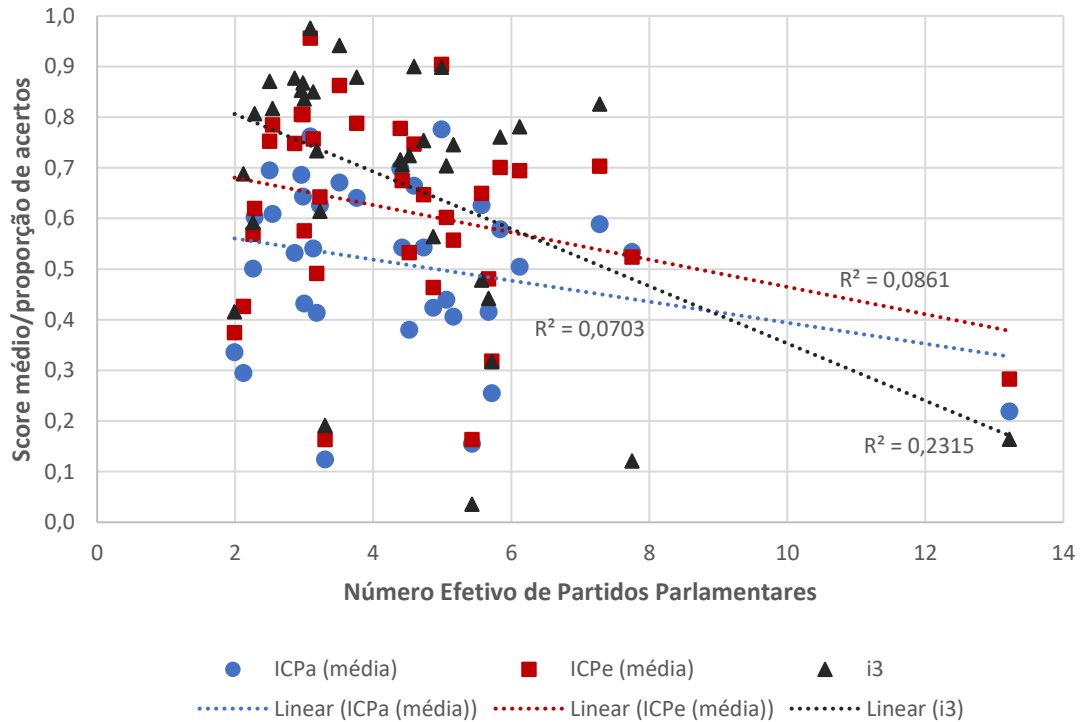
<sup>17</sup> O ENEP e o ENPP se calculam dividindo a somatória da proporção de votos de cada partido ou de cadeiras recebidas no parlamento ao quadrado por um.

<sup>18</sup> Variáveis ENEP e ENPP apresentam distribuição normal, assim como variáveis ICPa e ICPe.

<sup>19</sup> Coeficiente de correlação de Pearson  $r = -.481$  ( $p < .01$ ). Entretanto, a variável proporções de acerto em i3 não possui distribuição normal. Ainda que o número de casos em nossa amostra ( $N=37$ ) permita supor a normalidade dos dados, por prudência optou-se por considerar o coeficiente de Spearman  $r_s = -.331$  ( $p < .05$ ). Como se pode ver, o coeficiente de Spearman também apresentou intensidade moderada e significância estatística.

respostas corretas à pergunta de qual partido recebeu a segunda maior porção de cadeiras na última eleição. Isso é perfeitamente lógico e não requer maiores discussões. Um grande número de partidos no parlamento torna mais difícil a tarefa de determinar qual deles recebeu mais ou menos cadeiras. Os demais indicadores não apresentaram coeficientes significativos.

Gráfico 18 - Gráfico de dispersão entre NEPP e medidas de conhecimento político



Como o efeito do número de partidos parece se concentrar apenas em um dos indicadores de conhecimento político, e como o efeito é mais intenso utilizando-se a contagem dos partidos no parlamento, a análise que se segue toma essas variáveis como variáveis resposta e explicativa. Em primeiro lugar, dividimos os dados em dois grupos, os que acertaram e os que erraram a resposta à pergunta 3. Calculamos então a média de partidos efetivos para cada grupo. Enquanto os que acertaram à pergunta possuem em média 3,95 partidos efetivos, entre os que erraram a média de partidos efetivos sobe para 5,36. Uma diferença substancial de quase um partido e meio. Prosseguimos construindo um modelo de regressão logística binária simples para estimar as razões de chances de acerto à pergunta 3 para cada partido extra somado ao sistema partidário. Como se pode ver na tabela 9, o modelo mostra que cada acréscimo no número efetivo de partidos parlamentares reduz em aproximadamente 20% a chance de o eleitor acertar a pergunta sobre qual partido chegou em segundo na eleição parlamentar.

Tabela 9 - Regressão logística simples dos efeitos do NEPP

	B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para Exp(B)	
				Inferior	Superior
Constant	1,525 (0,020)	.000	4,596		
NEPP	-0,220 (.004)	.000	0,802	0,796	0,809
R2 Nagelkerke	.092				
N	55156				

Nota: Modelo de regressão logística simples. Variável dependente = i3.

Até aqui tudo indica haver um efeito real e significativo entre o número de partidos e um conhecimento político específico. Entretanto, o aumento da dificuldade associado ao número de partidos deve ser contrabalanceado pela posse de determinados recursos facilitadores e atitudes favoráveis à aquisição de conhecimento político. Passando então à análise da interação deste aspecto contextual com as variáveis escolaridade e eficácia política, esperamos que nos grupos de alta escolaridade e alta eficácia o efeito do número de partidos seja menor. Dividimos os dados por grupo de escolaridade e de eficácia e plotamos num gráfico de dispersão a correlação entre NEPP e proporção de acertos à pergunta 3 (gráficos 17 e 18). Pode-se observar que a inclinação da reta é diferente para os grupos em ambas as variáveis. A diferença gira em torno de 10 a 15%, como se pode verificar pelos valores de  $R^2$ . Entretanto, como os dados não apresentam distribuição normal, rigorosamente falando a reta tem apenas um valor ilustrativo. Sendo assim, consideraremos na análise a seguir os valores de  $r$  e de  $R^2$  calculados com base na correlação de Spearman.

Em relação à escolaridade, o efeito da interação – isto é, a magnitude da diferença de coeficientes entre os grupos – é ainda maior considerando a medida não paramétrica de Spearman. No grupo de baixa escolaridade, o NEPP explica aproximadamente 13% da variação dos dados em i3, enquanto que no grupo de alta escolaridade essa porcentagem cai para 7% (coeficientes de determinação de Spearman de -.125 e -.070, respectivamente). Já em relação à eficácia política, a diferença entre os grupos é muito pequena e não significativa: coeficientes de determinação de -.118 e de -.112 para os grupos de baixa e alta eficácia, respectivamente.

Gráfico 19 - Gráfico de dispersão entre NEPP e conhecimento político por grupo de escolaridade

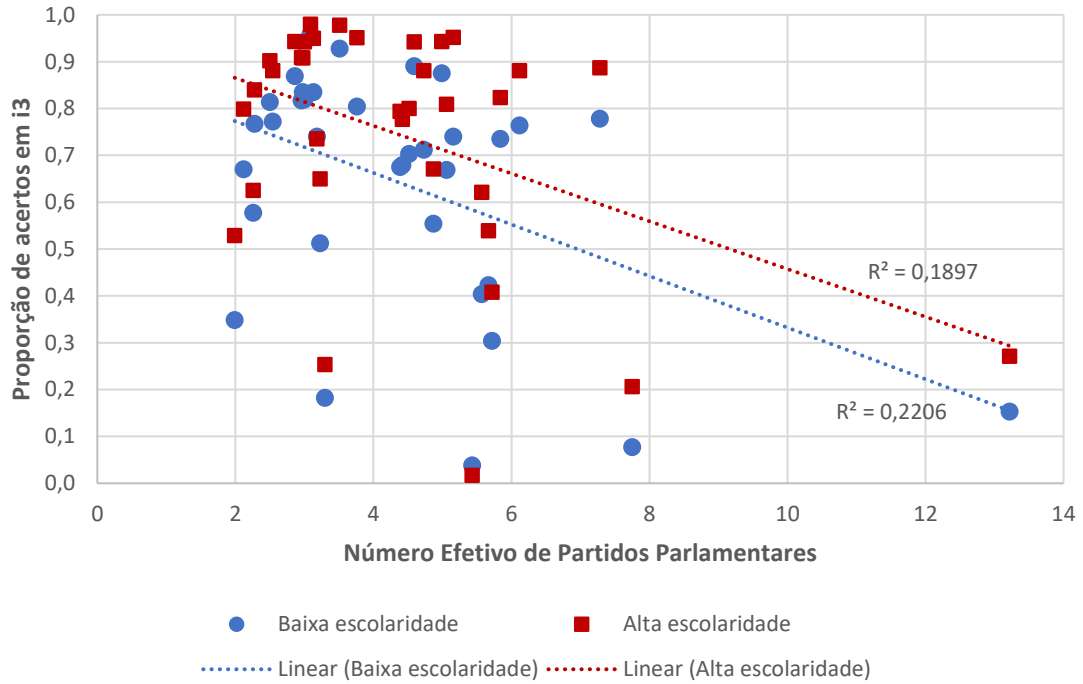
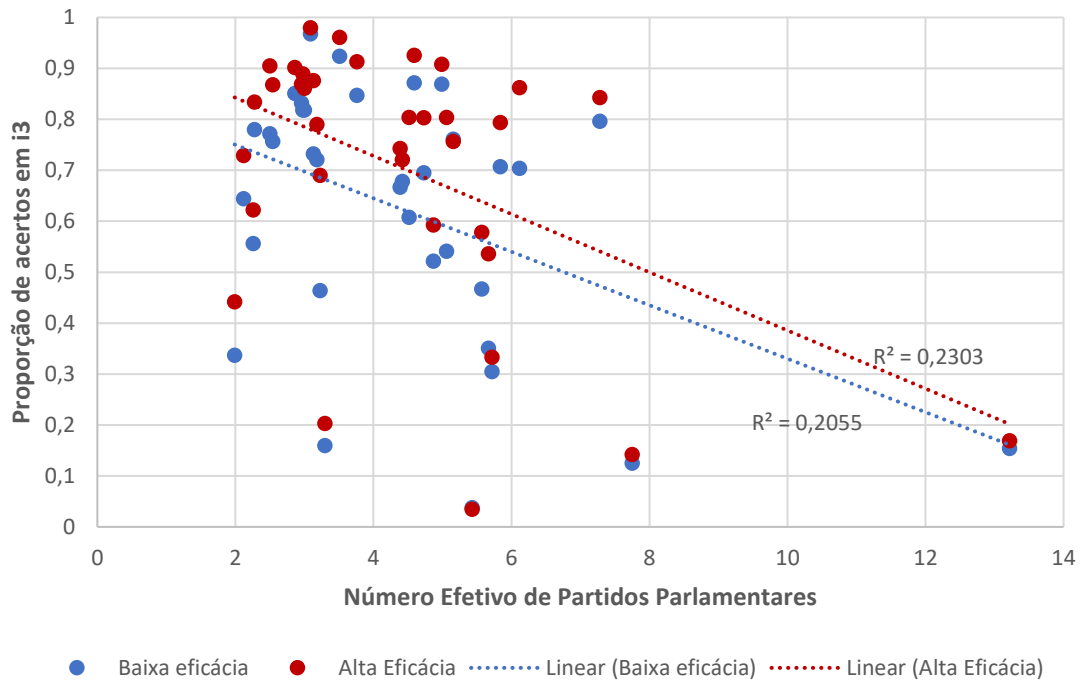


Gráfico 20 - Gráfico de dispersão entre NEPP e conhecimento político por grupo de eficácia política



Em suma, a escolaridade reduz o impacto do número de partidos sobre o conhecimento político, tal como antecipado teoricamente. Entre os eleitores com alta escolaridade, o aumento do número de partidos reduz proporcionalmente menos o conhecimento político comparado aos

eleitores com baixa escolaridade. No caso da eficácia política, não foi detectado diferença significativa entre os grupos e, portanto, a princípio parece não haver interação entre essas variáveis.

Utilizando os dados individuais e estimando um modelo de regressão logística para mensurar o efeito do número efetivo de partidos parlamentares sobre a chance de acertar à pergunta 3 para cada grupo de escolaridade e de eficácia, o padrão se mantém o mesmo observado com os dados agregados. Como se pode ver na tabela 10, o efeito negativo estimado de  $Exp(B)$  entre os eleitores com alta escolaridade é menor do que entre os eleitores com baixa escolaridade. Já no caso da eficácia, a diferença é mínima e não significativa. Vale também observar a diferença entre os pseudos-r quadrado. No grupo com escolaridade baixa, o modelo – ou seja, a variável NEPP – explica três vezes mais a variação dos dados comparado ao modelo do grupo com escolaridade alta.

Tabela 10 - Regressão logística simples dos efeitos do NEPP em cada grupo de escolaridade e de eficácia

		B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para Exp(B)	
					Inferior	Superior
Escolaridade Alta	Constant	1,681 (.039)	.000	5,37		
	NEPP	-0,154 (.009)	.000	0,858	0,843	0,872
	R2 Nagelkerke	.028				
	N	17146				
Escolaridade Baixa	Constant	1,353 (.023)	.000	3,869		
	NEPP	-0,219 (.005)	.000	0,803	0,796	0,810
	R2 Nagelkerke	.101				
	N	37484				
Eficácia Alta	Constante	1,710 (.024)	.000	5,527		
	NEPP	-0,219 (.005)	.000	0,804	0,796	0,811
	R2 Nagelkerke	.107				
	N	34825				
Eficácia Baixa	Constant	1,278 (.037)	.000	3,589		
	NEPP	-0,208 (.008)	.000	0,812	0,800	0,825
	R2 Nagelkerke	.069				
	N	16520				

Essa análise inicial leva à conclusão preliminar de que o número de partidos afeta negativamente algum tipo específico de conhecimento político, mas não o conhecimento político genericamente falando. Além disso, a interação entre número de partidos e escolaridade

se mostrou no sentido esperado, mas o mesmo não se verificou em relação à eficácia política. Especificamente, o número de partidos afeta o conhecimento do eleitor sobre a colocação dos partidos eleitos para o parlamento. Seria razoável esperar também encontrar esse efeito no caso do teste de localização dos partidos na escala esquerda-direita, uma vez que localizar os partidos na escala é mais difícil quanto mais partidos houver para localizar. No entanto, como se trata de um teste de localização que envolve apenas os dois principais partidos, possivelmente a quantidade de partidos do sistema como um todo não afeta o conhecimento acerca dos dois maiores – e, provavelmente, mais conhecidos – partidos.

## 6.2. CLAREZA DAS OPÇÕES: POLARIZAÇÃO E CONHECIMENTO POLÍTICO

Um segundo aspecto relevante das opções disponíveis aos eleitores é a clareza das opções, isto é, quão distintas e reconhecíveis são as opções de escolha eleitoral apresentadas aos eleitores. Seguindo a abordagem desenvolvida por Dalton (Dalton e Anderson, 2011), definimos clareza das opções como o nível de polarização num dado sistema partidário, e medimos essa variável como a dispersão dos partidos ao longo da escala esquerda-direita. Quanto mais dispersos os partidos na escala, mais polarizado é o sistema partidário. Sistemas polarizados significam que os partidos são muito distintos ideologicamente entre si e, portanto, podem ser mais facilmente reconhecidos pelos eleitores. Desse modo, esperamos que a polarização do sistema partidário afete positivamente o conhecimento político. Em termos de hipótese:

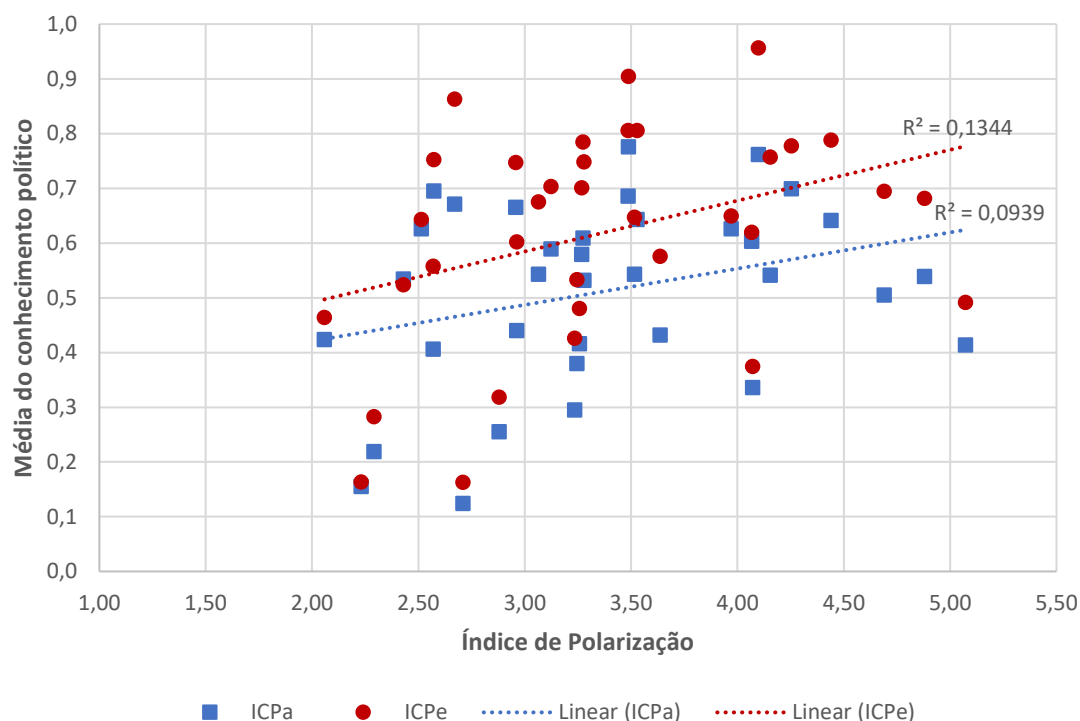
- $H_1$  = quanto mais polarizado o sistema partidário, maior será o conhecimento político dos eleitores;
- $H_2$  = quanto mais polarizado o sistema partidário, menor o efeito da escolaridade e maior o efeito da eficácia interna sobre o conhecimento político.

A medida de extremicidade proposta por Turgeon e Luskin (2019), calculada como a média das diferenças das posições dos partidos em relação ao centro da escala, aplica o mesmo peso a todos os partidos, o que pode ser um problema em razão das diferentes importâncias relativas que na prática os partidos ocupam em um sistema partidário. Com isso em mente, Dalton propõe uma medida de dispersão dos partidos na escala esquerda-direita que leva em conta a importância relativa de cada partido dentro do sistema partidário – ele chama essa medida de Índice de Polarização. Dalton operacionaliza importância relativa como o percentual de votos recebido na última eleição parlamentar. Já como critério de localização dos partidos

na escala, Dalton utiliza a média das respostas dos participantes de cada amostra nacional. Não poderíamos utilizar os dados dele porque nosso indicador baseado na localização dos partidos – que nada mais é do que a percepção dos eleitores da posição dos partidos na escala esquerda-direita – criaria um problema de endogeneidade entre nossa variável dependente e independente. Assim, recalculamos o índice de Dalton usando como critério de localização dos partidos a opinião dos especialistas consultados pelo CSES. Essa variável está disponível na base de dados do CSES. Em resumo, utilizamos aqui a mesma forma de medir a dispersão ideológica dos partidos proposta por Dalton, com a diferença de que ao invés da média da percepção dos eleitores utilizamos a opinião dos especialistas como critério da localização real dos partidos na escala esquerda-direita.

Iniciamos a análise com dados agregados e testando a correlação entre o Índice de Polarização e os Índices de Conhecimento Político amplo e estrito<sup>20</sup>. O gráfico 19 apresenta a dispersão dos países ao longo do eixo Índice de Polarização para as medidas ampla e estrita de conhecimento político.

Gráfico 21 - Gráfico de dispersão entre Índice de Polarização e medidas de conhecimento político

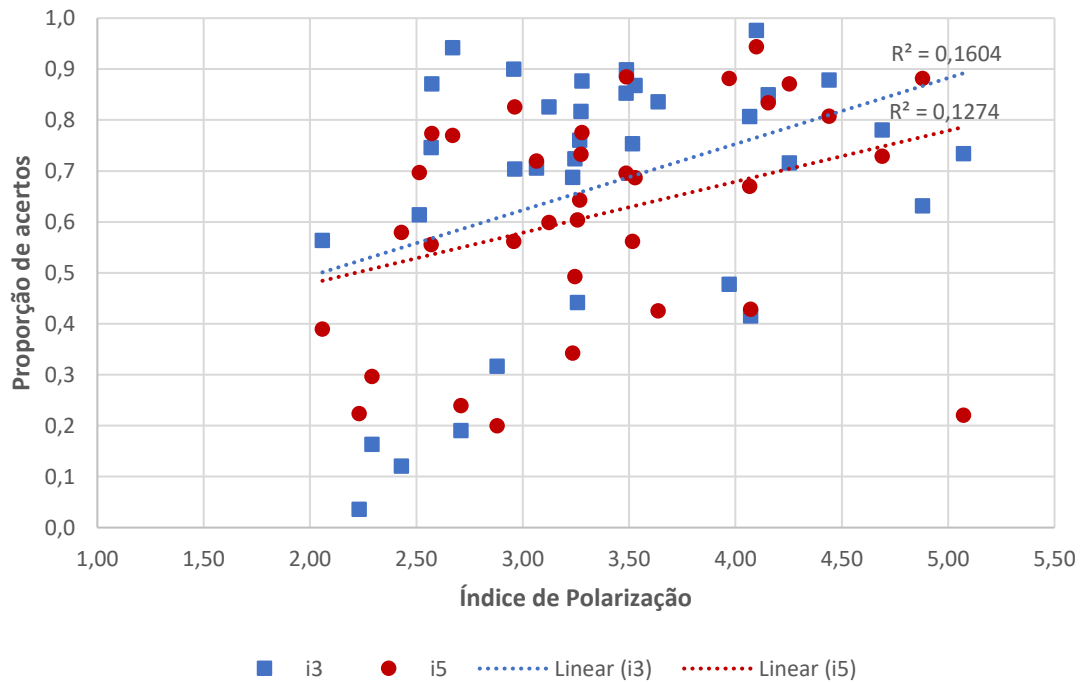


<sup>20</sup> Índice de Polarização apresenta distribuição normal.

Observamos uma correlação positiva entre polarização dos partidos e conhecimento político. Quanto mais polarizado é o sistema partidário, maior é o score médio do país na escala de conhecimento político. A polarização do sistema partidário apresenta uma correlação de  $.307$  ( $p < .05$ )<sup>21</sup> com o conhecimento político amplo. O efeito é ligeiramente maior considerando-se a medida estrita de conhecimento: coeficiente de  $.367$  ( $p < .05$ ). Esta correlação positiva é precisamente a relação que esperaríamos encontrar caso nossa hipótese 1 estivesse correta – isto é, o aumento na polarização dos partidos aumenta o conhecimento político.

É razoável supor que o efeito da polarização é maior no caso do indicador que testa a capacidade de localização dos partidos na escala esquerda-direta, uma vez que esse conhecimento está diretamente relacionado com a questão da polarização do sistema partidário. É isso que observamos no modelo de regressão logística simples da tabela 11. O modelo estima que a razão de chances de um indivíduo acertar a resposta a essas perguntas é aproximadamente 70% em i3 e 80% em i5 maior para cada ponto adicional no índice de polarização. O gráfico 20, por outro lado, mostra que o efeito da polarização é maior quando o conhecimento medido é a colocação dos partidos no parlamento. Isso provavelmente se deve ao forte efeito de Montenegro como outlier.

Gráfico 22 - Gráfico de dispersão entre Índice de Polarização e indicadores 3 e 5 de conhecimento político



<sup>21</sup> Teste de significância com uma cauda, uma vez que nossa hipótese é direcional.



Tabela 11 - Regressão logística simples dos efeitos da polarização nos indicadores i3 e i5

		B (SE)	sig.	Exp(B)	95% IC para Exp(B)	
					Inferior	Superior
<b>i3</b>	Constant	-1,188 (.040)	.000	0,305		
	Índice de Polarização	0525 (.012)	.000	1,691	1,651	1,731
	R2 Nagelkerke	.048				
	N	55218				
<b>i5</b>	Constant	-1,450 (.042)	.000	0,235		
	Índice de Polarização	0,581 (.013)	.000	1,788	1,745	1,833
	R2 Nagelkerke	.058				
	N	52646				

Seguimos a análise da mesma maneira que fizemos com o número de partidos: selecionamos os indicadores que concentram a maior parte do efeito observado (neste caso, a pergunta sobre qual partido chegou em segundo e o teste de localização dos dois primeiros partidos) e os usamos para testar a interação entre polarização do sistema partidário e escolaridade e eficácia política. De acordo com nossa hipótese, a maior clareza ideológica dos partidos deve fazer com que o impacto da escolaridade na determinação do conhecimento político seja menor e o impacto da eficácia maior. Portanto, à medida que subimos na escala de polarização os partidos se tornam mais distintos entre si e é, em tese, mais fácil para o eleitor identifica-los. Essa facilidade deve fazer com que recursos pessoais sejam menos decisivos. Deve fazer também com que o efeito da eficácia sobre o conhecimento seja maior. Separamos as proporções de acerto nos indicadores 3 e 5 por grupo de escolaridade e eficácia e testamos sua correlação com o Índice de Polarização. A tabela 12 apresenta os coeficientes de correlação e determinação entre o Índice de Polarização e cada grupo de escolaridade e eficácia política nos dois indicadores de conhecimento. As proporções por grupo de escolaridade e eficácia não apresentam distribuição normal, de modo que a estatística de correlação usada é o *rô* de Spearman.

A comparação entre os coeficientes mostra que a interação entre polarização e escolaridade é oposta nos indicadores 3 e 5: enquanto i3 diminui o efeito da escolaridade, i5 aumenta. O mesmo vale para a eficácia política, embora a diferença entre os grupos de baixa e alta eficácia na variável i3 seja mínima. Uma explicação para o que observamos em i5 é que para ser capaz de colher os benefícios de uma maior clareza ideológica dos partidos o eleitor precisa possuir certos recursos. Diferentemente dos outros aspectos contextuais que viemos

investigando até aqui, a maior facilidade gerada por um sistema de partidos polarizado não se traduz, por si só, em maior conhecimento político. Eleitores com maior escolaridade e eficácia estão melhor capacitados para tirar proveito desta facilidade e captar as diferenças entre os partidos.

Tabela 12 - Correlação entre escolaridade e eficácia política e índice de polarização nos indicadores i3 e i5

			<b>Rô de Spearman</b>	<b>R<sup>2</sup></b>	<b>Sig.</b>	<b>N</b>
<b>i3</b>	Escolaridade	Baixa	.366	.134	.05	35
		Alta	.320	.102	.05	35
	Eficácia Política	Baixa	.363	.132	.05	35
		Alta	.352	.124	.05	35
<b>i5</b>	Escolaridade	Baixa	.432	.187	.01	35
		Alta	.448	.201	.01	35
	Eficácia Política	Baixa	.384	.147	.05	35
		Alta	.436	.190	.01	35

### 6.3. PREVISIBILIDADE DAS OPÇÕES: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONHECIMENTO POLÍTICO

A terceira dimensão do sistema partidário que julgamos relevante para a determinação do conhecimento político é o que Dalton e Anderson (2011) chamam de previsibilidade das opções. A previsibilidade das opções que se apresentam aos eleitores é uma função do nível de institucionalização dos partidos e, por conseguinte, do sistema partidário. Democracias consolidadas fornecem um contexto no qual as eleições são disputas recorrentes entre essencialmente os mesmos partidos. Do ponto de vista dos partidos, a institucionalização significa a capacidade de forjar laços políticos com um eleitorado específico e, deste modo, representa-lo no processo político. Do ponto de vista do eleitor, a institucionalização significa mais informação imediatamente disponível sobre os partidos. Institucionalização implica tempo e mais tempo equivale a mais oportunidades para aprender sobre as características dos partidos e a dinâmica do sistema partidário. O conhecimento produzido com base na performance passada facilita a previsão do comportamento futuro e a tomada de decisões na urna. Com efeito, a natureza da relação entre institucionalização do sistema partidário e conhecimento político é óbvia e não exige maiores argumentações. É muito mais difícil se manter atualizado

e tomar decisões confiáveis quando partidos vêm e vão a cada eleição e não há parâmetros para julgamento e os laços que eles estabelecem com a sociedade são frágeis e efêmeros. Portanto, esperamos que quanto mais institucionalizado for o sistema partidário, maior será o conhecimento político de seus eleitores. Nossas hipóteses são:

- $H_1$  = quanto mais institucionalizado o sistema partidário, maior será o conhecimento político dos eleitores;
- $H_2$  = quanto mais institucionalizado o sistema partidário, menor o efeito da escolaridade e maior o efeito da eficácia interna sobre o conhecimento político.

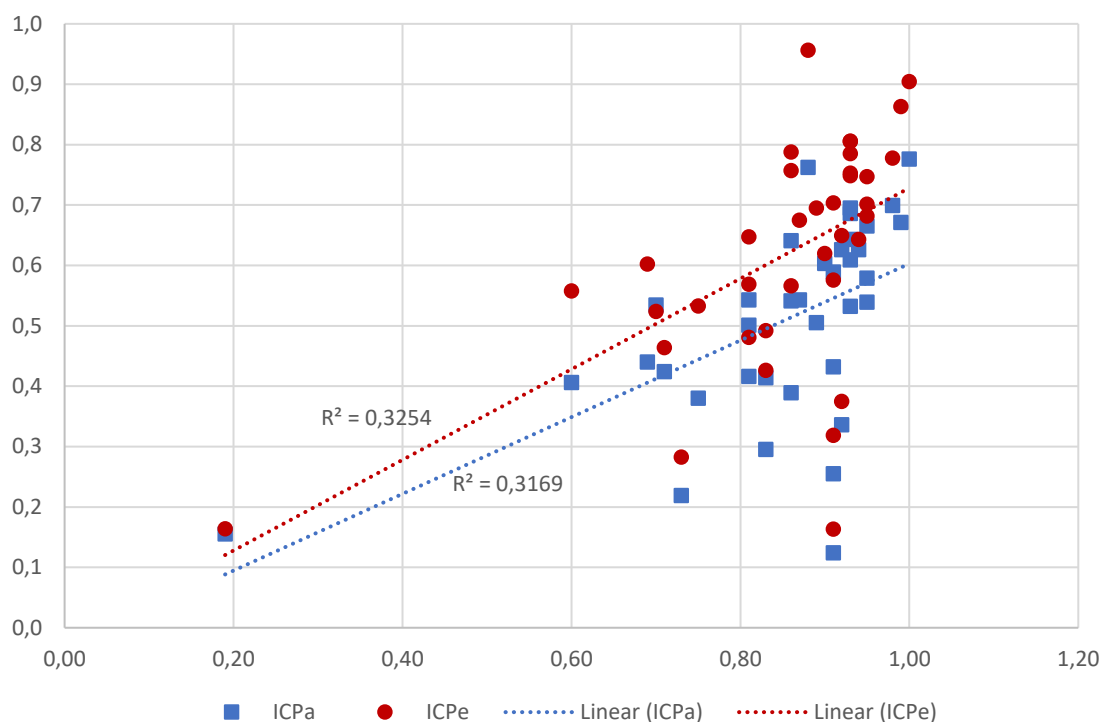
O próximo passo é definir o indicador ou indicadores que serão usados para medir a institucionalização empiricamente. O instituto de pesquisa sueco V-Dem (*Varieties of Democracy*) possui em seu banco de dados uma série de variáveis que mede diferentes aspectos dos partidos em diferentes países do mundo. Com base em cinco dessas variáveis, Hicken e colaboradores propuseram a criação de um índice para mensurar a institucionalização dos sistemas partidários (Bizarro *et al.*, 2019). As variáveis do V-Dem usadas pelos pesquisadores como indicadores de institucionalização medem a estabilidade das organizações partidárias a nível nacional e sua penetração a nível local; a distintividade das plataformas partidárias expressas na forma de manifestos públicos; a coesão de seus membros com mandatos parlamentares; e a natureza do vínculo dos partidos com seus eleitorados.<sup>22</sup> Vamos utilizar em nossa pesquisa o índice proposto por Hicken como medida de institucionalização do sistema partidário. Trata-se de uma variável contínua que varia entre 0 e o valor máximo de 1.

Análise da associação entre o Índice de Institucionalização e as medidas ampla e estrita de conhecimento político apresentou correlação forte a um nível bastante alto de significância estatística. Como os dados de institucionalização não possuem distribuição normal, considerou-se o coeficiente de correlação de Spearman de .635 ( $p < .001$ ) e .620 ( $p < .001$ ) para as medidas ICPa e ICPe respectivamente. O gráfico 21 apresenta visualmente a relação linear entre essas variáveis. Note que o coeficiente de determinação calculado a partir do coeficiente de correlação de Spearman é até maior do que o calculado com base no coeficiente de Pearson (0.563 e 0.570 para ICPa e ICPe respectivamente).

---

<sup>22</sup> Para maiores detalhes ver anexo I.

Gráfico 23 - Gráfico de dispersão entre Índice de Institucionalização e medidas de conhecimento político



Utilizando as medidas binarizadas de conhecimento político constata-se um efeito muito grande da institucionalização. O modelo logístico prevê uma razão de chances 14 vezes maior de um eleitor possuir alto conhecimento quando ele vive num contexto de máxima institucionalização partidária. Dividindo-se os dados por grupos de escolaridade e eficácia, os resultados também apontam no sentido hipotetizado ( $H_2$  e  $H_3$ ): o grupo de eleitores com baixa escolaridade possui uma razão de chances estimada de 6,8 vezes, ao passo que entre os eleitores com alta escolaridade a razão de chances cai para 5,5. No caso da eficácia política, a diferença é astronômica: as razões de chances são 3,5 e 23,1 para os grupos com baixa e alta eficácia respectivamente. Ou seja, o efeito da institucionalização sobre o conhecimento político é menor quando a escolaridade é alta e maior quando a eficácia é alta. Em outras palavras, essa análise sugere que a institucionalização do sistema partidário reduz o efeito da escolaridade e aumenta o efeito da eficácia sobre o conhecimento político, tal como hipotetizado.

#### 6.4. MODELO MULTINÍVEL DOS EFEITOS DO SISTEMA PARTIDÁRIO

A tabela 13 apresenta os resultados dos modelos multiníveis com os efeitos das três variáveis contextuais relativas ao sistema partidário discutidas neste capítulo. Para os testes

multiníveis, os preditores contextuais foram centralizados a fim de evitar multicolinearidade entre os termos interativos e as variáveis de nível micro no modelo com interações micro-macro. O modelo nulo, em relação ao qual a variação explicada dos dados é comparada, é o mesmo do capítulo 3.

Tabela 13 - Regressão linear multinível dos efeitos do sistema partidário

	Modelo com inclinações fixas		Modelo com interações micro-macro	
	B	(SE)	B	(SE)
Intercepto	0,371***	0,023	0,371***	0,023
Escolaridade	0,121***	0,003	0,121***	0,003
Eficácia interna	0,055***	0,002	0,055***	0,003
Gênero	0,085***	0,002	0,085***	0,002
Partidarismo	0,073***	0,002	0,072***	0,002
ENPP	-0,002	0,012	0,002	0,012
Polarização	0,024	0,035	0,022	0,035
Institucionalização	0,496**	0,172	0,450*	0,172
Escolar. x ENPP			0,005**	0,001
Escolar. x Polarização			0,017***	0,004
Escolar. x Instituci.			0,059	0,026
Eficácia x ENPP			-0,006***	0,001
Eficácia x Polarização			-0,006	0,004
Eficácia x Instituci.			0,080***	0,019
BIC	-115,3321		-76,97797	
-2 Loglik	-222,4629		-248,3852	
Razão de verossimilhança	4938,507		25,92223	
R <sup>2</sup> intra grupos	13,4%		13,4%	
R <sup>2</sup> entre grupos	33,3%		33,3%	
N	44948		44948	
Clusters	34		34	

Nota: equação estimada por *restricted maximum likelihood* (REML), pacote multilevel do R.  
Variável dependente: ICPa.  $p = * < .05$ ,  $** < .01$ ,  $*** < .001$ .

O modelo incremental, que supõe que as inclinações (efeitos) dos preditores são constantes em toda a amostra, confirma o efeito muito forte da institucionalização sobre o conhecimento político, uma vez controlados os efeitos dos preditores de nível micro. Prevê-se um aumento de aproximadamente 0,5 ponto na escala de conhecimento quando o sistema partidário possui pontuação máxima no índice de institucionalização. Como se poderia

imaginar com base na análise preliminar, não foi detectado efeito da fragmentação sobre o conhecimento político. O efeito deste aspecto do sistema partidário parece estar concentrado no indicador i3 de conhecimento. Entretanto, diferentemente do que poderíamos esperar, o índice de polarização do sistema partidário também não apresentou efeito significativo.

Avançando para o modelo de interações micro-macro podemos observar que quatro termos interativos atingiram significância estatística. O número efetivo de partidos e a polarização entre eles potencializa o efeito da escolaridade sobre o conhecimento político, assim como o grau de institucionalização potencializa o efeito do sentimento de eficácia. Já a relação entre número de partidos e eficácia é negativa: quanto maior o número de partidos, menor o efeito da eficácia sobre o conhecimento. Das quatro interações observadas, apenas a relação entre polarização e escolaridade vai contra as nossas hipóteses. Tal como a análise bivariada já indicava, a relação entre polarização e escolaridade é diretamente proporcional: ao invés de simplesmente tornar mais clara as opções disponíveis aos eleitores, a polarização depende de recursos educacionais para auxiliar o eleitor a compreender o sistema partidário. De resto, como prevíamos, quanto mais partidos em um sistema partidário, maior o custo cognitivo e mais relevante é o papel da escolaridade na determinação do conhecimento político. Muitos partidos também tendem a diminuir o efeito do sentimento de eficácia política, ao passo que o grau de institucionalização do sistema partidário tende a aumentar.

A tabela abaixo apresenta o conhecimento político previsto para eleitores com alta e baixa escolaridade e eficácia em contextos de baixa e alta polarização, número de partidos e institucionalização partidária. As duas últimas colunas descrevem a diferença entre a primeira e a terceira colunas (contextos baixos) e entre a segunda e quarta colunas (contextos altos).

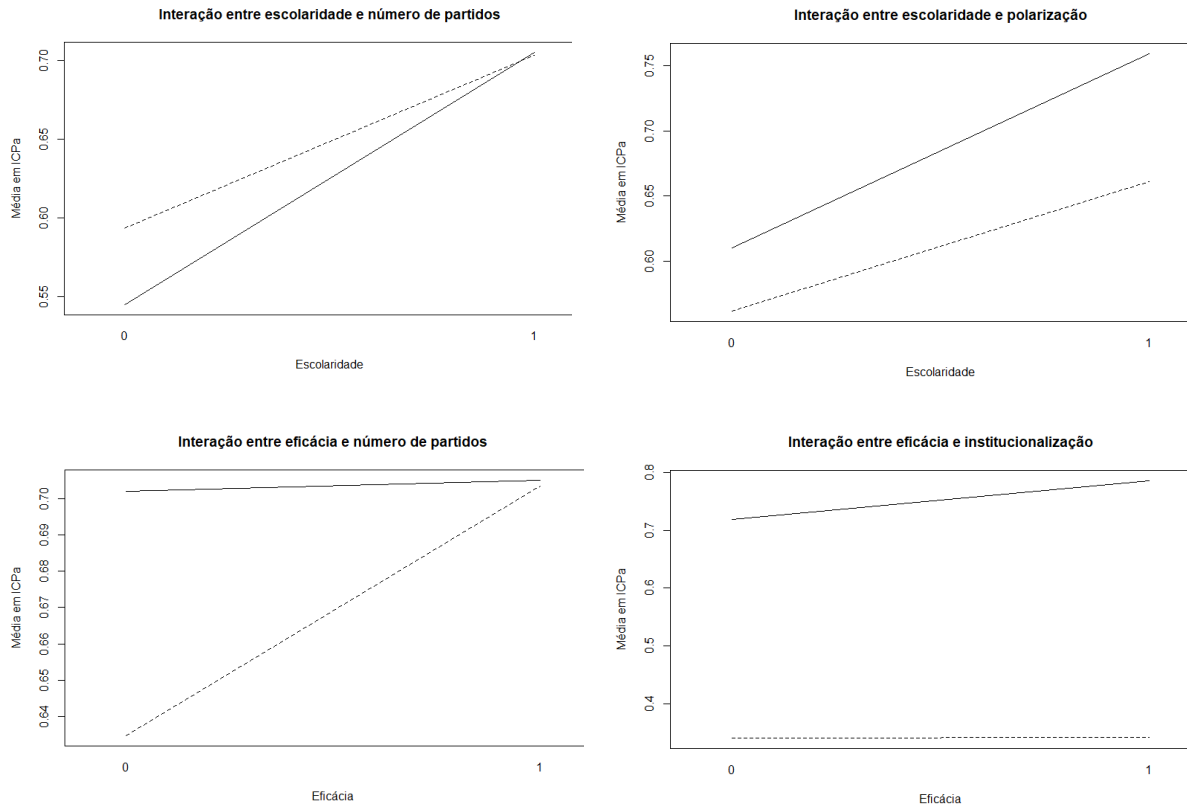
Tabela 14 – Valores previstos das interações em diferentes contextos partidários

	baixo/baixo	baixo/alto	alto/baixo	alto/alto	Contexto baixo	Contexto alto
<b>Escolar. x NEPP</b>	0,593	0,545	0,703	0,705	0,110	0,160
<b>Escolar. x Polarização</b>	0,562	0,610	0,661	0,759	0,099	0,149
<b>Eficácia x NEPP</b>	0,635	0,702	0,703	0,705	0,069	0,003
<b>Eficácia x Institucional.</b>	0,341	0,719	0,342	0,786	0,002	0,067

Pode-se observar como em contextos com grande número de partidos e alta polarização a escolaridade impacta com mais força o conhecimento político. Já no caso da eficácia, o impacto é oposto: contextos com mais partidos praticamente anulam o efeito da eficácia sobre o

conhecimento. A institucionalização, por sua vez, aumenta o impacto da eficácia. A seguir, plotamos os valores previstos em quatro gráficos que permitem visualizar a interação entre esses contextos e as variáveis escolaridade e eficácia política.

Tabela 15 – Gráficos com interações micro-macro em diferentes contextos de sistemas partidários



## 7. CONCLUSÃO

Nesta parte final da pesquisa, contextualizamos os resultados das nossas análises à luz da literatura, discutimos possíveis limitações metodológicas e avançamos algumas linhas de investigação futura.

A maior parte da literatura que relaciona características do contexto a níveis de conhecimento político parte da ideia de custos e recursos. Assume-se que a decisão de buscar informação é resultado de um cálculo racional do eleitor que leva em conta o custo da informação face aos recursos que possui e ao benefício esperado deste investimento. Uma parte dos autores argumenta que alguns contextos são mais ricos em informação do que outros, e à medida que a informação disponível aumenta seu custo diminui (Berggren, 2001; Gordon e Segura, 1997; Fraile, 2013). Outra parte, na qual este trabalho se encaixa, propõe que os custos estão associados à maior ou menor complexidade do contexto político (Ruzzo, 2018; Cunow, 2010, 2014). Quanto mais facilmente compreensível as características do sistema político, menos recurso o eleitor precisa empenhar e, portanto, mais barato é o custo de compreender o sistema. Ambas as hipóteses entendem o processo de aquisição e conhecimento em termos de custo e cálculo racional. A diferença está na compreensão dos mecanismos através dos quais o contexto afeta o conhecimento político. De um lado, o contexto diminui custos aumentando a quantidade de informação. De outro, o contexto diminui custos ao exigir menos recursos na aquisição da informação. Embora essas teorias não sejam mutuamente exclusivas, elas podem levar a hipóteses divergentes. Enquanto para Gordon e Segura (1997) e Berggren (2001) o número de partidos, até certo ponto, reduz o custo da informação ao aumentar a informação disponível, para Ruzzo (2018) e Cunow (2014) o aumento no número dos partidos significa mais complexidade e, portanto, maior custo. Neste trabalho procuramos testar a hipótese dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político.

De maneira geral, as análises realizadas neste trabalho sugerem haver indícios que suportam a tese de que contextos políticos cognitivamente complexos tendem a diminuir o nível de conhecimento político dos eleitores e a amplificar o impacto de recursos pessoais como a escolaridade, de um lado, e diminuir o efeito de atitudes como o sentimento de eficácia política, de outro lado, na determinação do conhecimento político. Os testes mais rigorosos utilizando modelagem multinível apontaram para a existência de efeitos estatisticamente significativos em três das seis variáveis contextuais analisadas: número de casas legislativas, estrutura de voto único e institucionalização do sistema partidário. Número efetivo de partidos (parlamentares),



sistema eleitoral (do tipo SMDP) e polarização ideológica não apresentaram efeitos em nossos modelos. Além disso, detectou-se interações significativas entre cinco das seis variáveis contextuais com as variáveis individuais escolaridade e eficácia. Essas interações vão no sentido teoricamente esperado, com exceção da interação entre escolaridade e polarização. Vale dizer ainda que nossos testes confirmam o papel central que as características dos indivíduos exercem na determinação do conhecimento político. Em particular e em consonância com a literatura, a escolaridade tem o maior efeito entre as variáveis de nível micro. Já eficácia política apresenta o menor.

No capítulo 4, testamos os efeitos da existência de uma segunda casa legislativa sobre o conhecimento político. De maneira geral, nossa conclusão de que sistemas legislativos bicamerais diminuem o conhecimento político é consistente com o achado de outros pesquisadores que também testaram essa variável contextual (Gordon e Segura, 1997; Berggren, 2001; Turgeon e Luskin, 2019). Entretanto, diferentemente de Berggren, por exemplo, que encontrou interação entre grau de unicameralismo e recursos pessoais<sup>23</sup>, não encontramos interação do número de casas legislativas com escolaridade ou eficácia política. Nossa análise confirma que de fato o número de casas legislativas é um preditor do conhecimento político e seu efeito é particularmente forte, mas não foi possível determinar o mecanismo pelo qual isso acontece.

No capítulo 4, testamos os efeitos de duas variáveis contextuais: simplicidade do sistema eleitoral (isto é, sistemas SMDP *versus* todos os demais sistemas com algum grau de proporcionalidade) e estrutura de voto único. Em relação ao sistema eleitoral, ao contrário de outras pesquisas (Gordon e Segura, 1997; Fisher *et al*, 2008; Turgeon e Luskin, 2019) nosso modelo multinível não encontrou nenhum efeito estatisticamente significativo. Em parte, isso talvez se deva ao número pequeno de países com sistema eleitoral SMDP na base de dados utilizada – apenas cinco de trinta e sete países. Já no caso da estrutura de voto único os resultados são bem mais claros e robustos, não deixando dúvida sobre o efeito negativamente forte da existência de mais de um voto por eleição sobre o conhecimento político. O aumento do conhecimento político em contextos nos quais o eleitor é chamado a decidir sobre um voto apenas sugere que quanto mais votos o eleitor tem para dar, maior a complexidade da tarefa e

---

<sup>23</sup> O autor reduz uma série de variáveis teorizadas de constituir a dimensão dos recursos pessoais de um indivíduo a uma única variável que ele chama de “fator de recursos”: escolaridade, renda, classe social, ocupação profissional, exposição à televisão e leitura de jornais.

menor o conhecimento político. Vale destacar aqui a originalidade deste achado. Até onde sabemos, essa característica do contexto político ainda não havia sido explorada pela literatura.

Enfim, o capítulo 5 testa três variáveis associadas às opções disponíveis aos eleitores, isto é, ao sistema partidário: número efetivo de partidos parlamentares, índice de polarização ideológica entre os partidos e grau de institucionalização do sistema partidário. Apenas em relação a esta última variável os efeitos foram significativos. Os achados na literatura acerca do número de partidos são ambíguos. Alguns pesquisadores encontram efeito dessa variável (Gordon e Segura, 1997; Turgeon e Luskin, 2019; Fraile, 2013), enquanto outros não (Ruzzo, 2018). No caso da polarização e da clareza ideológica dos partidos, nossa análise não confirmou o achado de Turgeon e Luskin (2019) e Fortunato *et al* (2016). A forma de operacionalização dessa dimensão do sistema partidário, entretanto, é diferente nos dois estudos citados e ambas são diferentes da operacionalização adotada neste estudo. Assim como nós, Hellwig (Dalton e Anderson, 2011) utiliza o índice de polarização ideológica proposto por Dalton e não encontra efeitos desta variável sobre os níveis de conhecimento político – ao menos quando medido pela bateria de perguntas factuais. O destaque fica por conta dos efeitos da institucionalização do sistema partidário – de fato, o maior entre todas as variáveis contextuais testadas. Esse achado confirma que a estabilidade do sistema partidário, com partidos bem organizados, coerentes e enraizados na sociedade, favorece em muito o aprendizado dos eleitores. Nosso estudo é o primeiro a testar essa dimensão do contexto utilizando o índice de institucionalização disponibilizado nas bases do V-Dem.

Dito isto, é preciso dizer também alguma coisa acerca dos limites deste estudo. O alcance da nossa análise pode ter sido limitado em razão de problemas metodológicos, em particular os relativos à mensuração do conhecimento político. O uso de simples escalas aditivas com um número pequeno de perguntas é particularmente suscetível a resultados enviesados em função de características das perguntas. Assim como determinadas estratégias de formulação das perguntas e de codificação das respostas podem beneficiar alguns grupos sociais em detrimento de outros (Mondak e Anderson, 2004; Gibson e Caldeira, 2009; Abrajano, 2015), elas também podem beneficiar mais os eleitores de um país do que de outros. A pergunta sobre o secretário-geral da ONU é ilustrativa desse problema. Em artigo recente, Batista Pereira (2020) analisa a comparabilidade de cinco diferentes métodos empregados na construção da medida de conhecimento e conclui que as características dos itens, ao invés das características dos países, afetam a variação de performance entre eleitores de diferentes países. O autor conclui que a medida aditiva possui o pior desempenho entre as medidas testadas. Não obstante,

medidas baseadas em escalas aditivas ainda hoje é a estratégia mais utilizada na literatura para quantificar o conhecimento político. Pesquisas futuras precisam se debruçar sobre o problema da comparabilidade dos indicadores de conhecimento em diferentes contextos. Uma possível abordagem é investigar mais a fundo como as variáveis contextuais analisadas nesta tese se relacionam especificamente com cada um dos indicadores usados para construir a medida de conhecimento político, uma vez que as análises descritivas e bivariadas apontam para diferenças de efeito do contexto dependendo do tipo de conhecimento político medido, em especial no caso das variáveis relativas ao sistema partidário (fragmentação e polarização). A correlação dessas variáveis com indicadores específicos é perfeitamente lógica e coerente: a fragmentação dos partidos está mais correlacionada com o conhecimento sobre a colocação dos partidos no parlamento (i3) e a polarização está mais correlacionada com o conhecimento sobre a localização dos partidos na escala esquerda-direita (i5). Para além disso, é preciso mais estudos a fim de determinar se o CSES permite a construção de medidas alternativas de conhecimento político para além da medida aditiva e dos indicadores usados aqui.

Em segundo lugar, embora o CSES aplique pesquisas nacionais pós-eleitorais desde 1996, nossa pesquisa teve que se limitar apenas aos dados relativos ao módulo 4 em razão da não comparabilidade das rodadas entre si. Alguns autores como Sheppard (2015) testaram hipóteses utilizando dados das quatro rodadas juntas. Sheppard (2015: 302), inclusive, admite que os dados não são “estritamente” comparáveis, mas leva a cabo a comparação não obstante. Outros, como Dassonneville e McAllister (2018), excluíram o módulo 4 de suas análises. Nossa estratégia, entretanto, foi oposta: excluir os módulos 1 a 3 e limitar a análise aos dados do módulo 4. O preço desta criteriosa seleção de dados foi reduzir a análise a um número relativamente pequeno – embora suficiente para a modelagem multinível – de observações individuais e de clusters de dados de nível macro. Isso somado ao número grande de variáveis contextuais fez com que optássemos por não construir um modelo completo com as seis variáveis contextuais juntas, o que é uma perda grande para a análise uma vez que não sabemos os efeitos de cada variável contextual quando controlada por todas as demais. É preciso mais estudos para encontrar maneiras de aproveitar os dados dos módulos 1 a 3 do CSES a fim consolidar os resultados encontrados nesta tese com uma base de dados mais ampla. Além disso, esses resultados precisam também ser replicados e checados, se possível, com dados provenientes de outras pesquisas internacionais como o LAPOP e o Eurobarometer.

Dalton e Klingemann (2007) defendem que as questões acerca do nível de conhecimento e sofisticação política do eleitor constituem uma entre as seis áreas temáticas de interesse da

pesquisa comparada sobre comportamento político e opinião pública. O conhecimento político é importante não apenas por si só, em razão de expectativas normativas da teoria democrática, mas também para explicar diferenças de comportamento e opinião dos eleitores. Os dados, entretanto, não fazem jus à importância deste tema para a ciência política comparada e não há perspectiva de melhora nesse cenário a curto e médio prazo. Com efeito, a rodada mais recente do CSES (módulo 5) infelizmente abandonou a bateria de perguntas sobre conhecimento político. O que era ruim ficou ainda pior. Nos últimos anos temos presenciado uma virada metodológica no campo, da pesquisa com dados observacionais para a adoção de desenhos de pesquisa baseados em experimentos (Boudreau e Lupia, 2011). Embora essa virada tenha representado ganhos analíticos significativos no entendimento dos processos de aquisição, processamento e uso da informação política, os experimentos são incapazes de lidar com a questão de como e em que medida fatores contextuais se relacionam com o conhecimento político. Ou seja, experimentos não podem sanar o problema. A única maneira de avançar nessa seara é com desenhos de pesquisas baseados em dados observacionais. Portanto, a despeito de todas essas dificuldades metodológicas, essa é uma realidade que tem de ser enfrentada. Pesquisas futuras vão exigir criatividade dos pesquisadores para encontrar maneiras de avançar no campo com os dados disponíveis. Por fim, nosso estudo conclui fazendo um apelo aos estudiosos do comportamento político e da opinião pública pela necessidade urgente de ampliar os esforços no campo da pesquisa comparada sobre conhecimento político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAJANO, Marisa. Reexamining the racial gap in political knowledge. **The Journal of Politics**, v.77, n.1, p.44-54, 2015.
- ALTHAUS, Scott. **Collective preferences in democratic politics**: opinion surveys and the will of the people. New York: Cambridge University Press, 2003.
- ALTHAUS, Scott. Information effects in collective preferences. **American Political Science Review**, v.92, n.3, p.545-558, 1998.
- BATISTA PEREIRA, Frederico. Assessing political knowledge scales across countries. Evidence from Latin America. **Ediciones Universidad de Salamanca**, v.9, n.1, p.37-66, 2020.
- BARABAS, Jason; JERIT, Jennifer; POLLOCK, William; RAINEY, Carlisle. The question(s) of political knowledge. **American Political Science Review**, v;108, n.4, p.840-855, 2014.
- BARTELS, Larry. Uninformed votes: information effects in presidential elections. **American Journal of Political Science**, vol.40, n.1, p.194-230, 1996.
- BENNETT, Stephen. Trends in americans' political information, 1967-1987. **American Politics Quarterly**, v.17, n.4, p.422-435, 1989.
- BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul; MCPHEE, William. **Voting**: a study of opinion formation in a presidential campaign. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.
- BERGGREN, Heidi. Institutional context and reduction of the resource bias in political sophistication. **Political Research Quartely**, v.54, n.3, p.531-552, 2001.
- BOUDREAU, Cheryl; LUPIA, Arthur. Political Knowledge. In: DRUCKMAN, James *et al* (eds). **Cambridge handbook of experimental political science**. New York: Cambridge University Press, 2011.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The American voter**: an abridgment. New York: John Wiley & Sons, 1964.
- CASTRO, Mônica. **Determinantes do comportamento eleitoral**: a centralidade da sofisticação política. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CLARK, Williams, GOLDER, Matt; GOLDER, Sona. **Principles of Comparative Politics**. Thousand Oaks: California, 2018.
- CONVERSE, Philip. The nature of believe systems in mass publics. **Critical Review**, vol.18, n.1-3, p.1-74, 2006.

COHEN, Mollie; ZECHMEISTER, Elizabeth. **Measuring political knowledge in Americas Barometer**. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IMN003en.pdf>. Acessado em fevereiro de 2019.

COX, Gary. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CUNOW, Saul. **Vote choice in complex electoral environments**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade da Califórnia, San Diego, 2014.

DALTON, Russell; ANDERSON, Christopher (eds.). **Citizens, Context, and Choice: How Context Shapes Citizens' Electoral Choices**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DALTON, Russell; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DASSONNEVILLE, Ruth; MCALLISTER, Ian. Gender, political knowledge, and descriptive representation: the impact of long-term socialization. **American Journal of Political Science**, v.62, n.2, p.249-265, 2018.

DELLI CARPINI, Michael. In search of the informed citizen. What Americans know about politics and why it matters?. **The Communication Review**, vol.4, n.1, p.129-164, 2000.

DELLI CARPINI, Michael; KEETER, Scott. Measuring political knowledge: putting first things first. **American Journal of Political Science**, v.37, n.4, pp.1179-1206, 1993.

DELLI CARPINI, Michael; KEETER, Scott. **What Americans know about politics and why it matters?**. Chelsea: Yale University Press, 1996.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

ELFF, Martin. **Political knowledge in comparative perspective: the problem of cross-national equivalence of measurement**. Disponível em: <https://www.martin-elff.net/pdf/Elff-PolKnowledgeEquivMeasMPSA2009.pdf>. Acessado em janeiro de 2019.

FIELD, Andy. **Discovering statistics using SPSS**. London: Sage Publications, 2009.

FISHER, Justin; FIELDHOUSE, Edward; FRANKLIN, Mark; GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta; WLEZIEN, Christopher (eds.). **The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion**. New York: Taylor and Francis Group, 2018.

FISHER, Stephen *et al.* Disengaging voters: do plurality systems discourage the less knowledgeable from voting?. **Election Studies**, v.27, pp.89-104, 2008.

FORTIN-RITTBERGER, Jessica. Cross-national gender gaps in political knowledge: how much is due to context?. **Political Research Quarterly**, v.69, n.3, p.391-402, 2016.

FORTUNATO, David *et al.* Context and political knowledge: explaining cross-national variation in partisan left-right knowledge. **The Journal of Politics**, v.78, n.4, 2016.

FOWLER, Anthony; MARGOLIS, Michele. The political consequences of uninformed voters. **Electoral Studies**, 2013.

FUKS, Mário; BATISTA PEREIRA, Frederico. Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.76, pp.123-143, 2011.

GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul. **The politics of electoral systems**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GIBSON, James; CALDEIRA, Gregory. Knowing the Supreme Court? A Reconsideration of Public Ignorance of the High Court. **The Journal of Politics**, v.71, n.2, p. 429–441, 2009.

GILENS, Martin. Political ignorance and collective policy preferences. **American Political Science Review**, v.95, n.2, pp.379-396, 2001.

GORDON, Stacy; SEGURA, Gary. Cross-national variation in the political sophistication of individuals: capability or choice?. **The Journal of Politics**, v.59, n.1, pp.126-147, 1997.

GRONLUND, Kimmo; MILNER, Henry. The determinants of political knowledge in comparative perspective. **Scandinavian Political Studies**, v.29, n.4, p.386-406, 2006.

HAIR, Joseph; BLACK, William; BABIN, Barry; ANDERSON, Rolph; TATHAM, Ronald. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2009.

HOX, Joop. **Multilevel analysis: techniques and applications**. New York: Routledge, 2010.

KATZ, Richard; CROTTY, William (eds.). **Handbook of party politics**. London: Sage Publications, 2006.

KEY, V. O. **The responsible electorate: rationality in presidential voting (1936-1960)**. New York: Vintage Books, 1966.

KINDER, Donald. Belief systems today. **Critical Review**, v.18, n.1-3, pp.197-216, 2006.

KUKLINSKI, James; PEYTON, Buddy. Believe systems and political decision making. In: DALTON, Russell; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KUKLISNKI, James; QUIRK, Paul; JERIT, Jennifer; SCHWIEDER, David; RICH, Robert. Misinformation and the Currency of Democratic Citizenship. **The Journal of Politics**, v.62, n.3, p.790-816, 2000.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. “Effective” number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v.12, n.1, p.3-27, 1979.

LAU, Richard; REDLAWSK, David. **How Voters Decide: Information Processing in Election Campaigns**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice**: How the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York: Columbia University Press, 1969.

LEVENDUSKY, Matthew; JACKMAN, Simon. **Reconsidering the measurement of political knowledge**. Disponível em: [https://web.stanford.edu/class/polisci353/2004spring/reading/levendusky\\_final.pdf](https://web.stanford.edu/class/polisci353/2004spring/reading/levendusky_final.pdf)>. Acessado em janeiro de 2019.

LUPIA, Arthur; MCCUBBINS, Mathew; POPKIN, Samuel. **Elements of reason**: cognition, choice and the bounds of rationality. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LUPIA, Arthur. **Uninformed**: why people know so little about politics and what we can do about it. New York: Oxford University Press, 2016.

LUSKIN, Robert. Measuring political sophistication. **American Journal of Political Science**, v.31, n.4, pp.859-899, 1987.

LUSKIN, Robert; BULLOCK, John. "Don't know" means "don't know": DK responses and the public's level of political knowledge. **Journal of Politics**, v.73, n.2, p.547-557, 2011.

MAROCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MONDAK, Jeffrey; ANDERSON, Mary. The knowledge gap: a reexamination of gender-based differences in political knowledge. **The Journal of Politics**, v.66, n.2, p.492-512, 2004.

NEUMAN, Russell. Differentiation and integration: two dimensions of political thinking. **American Journal of Sociology**, v.86, n.6, pp.1236-1268, 1981.

NEUMAN, Russell. **The paradox of mass politics**: knowledge and opinion in the American Electorate. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NIE, Norman; VERBA, Sidney; PETROCIK, John. **The changing American voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

NORRIS, Pippa. **Electoral engineering**: votes rules and political behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. **The rational public**: fifth years of trends in American's policy preferences. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

POPKIN, Samuel. **The reasoning voter**: communications and persuasion in presidential campaigns. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

RAUDENBUSH, Stephen; BRYK, Anthony. **Hierarchical linear models**: applications and data analysis methods. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.



RENNO, Lucio. **Information and Voting Microfoundations of Accountability in complex electoral environments**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Pittsburgh. Pittsburgh, 2004.

RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert (eds). *The Oxford Handbook of political institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RUZZO, Guilherme. **Political behavior in complex informational environments: the effect of number of parties on political efficacy, voter turnout and political knowledge**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Vanderbilt. Nashville, 2018.

SHEPPARD, Jill. Compulsory voting and political knowledge: testing a ‘compelled engagement’ hypothesis. *Electoral Studies*, v.40, pp.300-307, 2015.

SNIDERMAN, Paul; BRODY, Richard; TETLOCK, Philip. **Reasoning and choice: explorations in political psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TURGEON, Mathieu; LUSKIN, Robert. **Explaining political knowledge in a comparative context**. Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/beee204e-a112-4c8e-a571-6474424a4b3e.pdf>. Acessado em janeiro de 2019.

TURGEON, Mathieu; RENNÓ, Lúcio. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, Campinas, v.16, n.1, p.143-159, 2010.

ZALLER, John. **Analysis of information items in the 1985 NES pilot study**. Disponível em: <https://electionstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/nes002261.pdf>. Acessado em janeiro de 2019.

## APÊNDICE A – INFORMAÇÕES SOBRE AS VARIÁVEIS

Este anexo descreve como foram construídas as variáveis utilizadas nesta pesquisa. Maiores detalhes sobre a construção das variáveis dependentes encontram-se no capítulo 3, inclusive com discussão teórica dos indicadores existentes e testes de confiabilidade e validade da medida.

### 1. Variáveis dependentes

#### 1.1. Índice de Conhecimento Político Amplo (ICPa)

O ÍCPa foi construído a partir da somatória de cinco indicadores de conhecimento político: quatro perguntas que compõem a bateria de conhecimento político do módulo 4 do CSES (D3025\_1\_A a D3035\_4\_A), mais um teste de localização dos dois primeiros partidos na escala esquerda-direita desenvolvido pelo autor. Os indicadores somados foram divididos por 5 para variar entre 0 e 1. Os indicadores da bateria de conhecimento são variáveis dicotômicas que indicam se o respondente acertou ou errou à pergunta. Respostas “não sei” e “se recusou” foram contadas como erro.

O teste de localização também é uma variável dicotômica que indica se o respondente foi capaz ou não de localizar relativamente um ao outro os dois partidos mais votados na última eleição. Na construção do teste de localização foram usadas as variáveis D3013\_A e D3013\_B e D5017\_A e D5017\_B. Respostas “nunca ouviu falar de esquerda-direita”, “nunca ouviu falar no partido”, “se recusou” e “não sabe onde posicionar [o partido]” foram contadas como erro.

#### 1.2. Índice de Conhecimento Político Estrito (ICPe)

O ICPe, por sua vez, foi construído com a exclusão das variáveis D3025\_2 e D3025\_4. A somatória dos três indicadores restantes foi dividido por 3 para variar entre 0 e 3.

#### 1.3. ICPa binário

Versão binarizada da medida ampla de conhecimento político. A mediana foi tomada como critério de corte, onde:

- Alto conhecimento = 4 ou 5 acertos (score  $\geq 0,60$ );
- Baixo conhecimento = 3 acertos ou menos (score  $< 0,60$ ).

#### 1.4. ICPe binário

Versão binarizada da medida estrita de conhecimento político. A mediana foi tomada como critério de corte, onde:

- Alto conhecimento = 3 acertos; (score 1)
- Baixo conhecimento = 2 acertos ou menos (score  $< 1$ ).

## 2. Variáveis independentes

### 2.1. Variáveis independentes de nível micro

#### 2.1.1. Escolaridade

Variável categórica ordenada presente no módulo 4 do CSES: *education* (D2003). A variável original com 10 níveis<sup>24</sup> foi transformada em uma variável dicotômica opondo alta e baixa escolaridade, onde:

- Alta escolaridade: níveis 6 a 9 da escala, equivalente a ensino superior (graduação ou mais) = 1;
- Baixa escolaridade: níveis 1 a 5 + categoria “sem escolaridade”, equivalente a todas as faixas de escolaridade abaixo de ensino superior = 0.

#### 2.1.2. Eficácia política interna

Variável categórica ordenada presente no módulo 4 do CSES: *who people votes for make a big difference* (D3010). A variável original com 5 níveis (escala likert) foi transformada em uma variável dicotômica opondo alta e baixa eficácia, onde:

- Alta eficácia: níveis 4 e 5 da escala = 1;
- Baixa eficácia: níveis 1 a 3 da escala = 0.

---

<sup>24</sup> 9 faixas de escolaridade + categoria “sem escolaridade”.

### 2.1.3. Gênero

Variável categórica binária presente no módulo 4 do CSES: *gender* (D2002). A variável original com 2 categorias foi apenas recodificada, onde:

- Homem = 1
- Mulher = 0

### 2.1.4. Renda

Variável categórica ordenada presente no módulo 4 do CSES: *household income* (D2020). A variável original com 5 níveis (representando quintis da amostra) foi mantida em sua codificação original.

### 2.1.5. Partidarismo (proxy de interesse por política)

Variável categórica binária presente no módulo 4 do CSES: *are you close to any political party* (D3018\_1). A variável original com 2 categorias foi apenas recodificada, onde:

- Sim = 1
- Não = 0

## 2.2. Variáveis independentes de nível macro

### 2.2.1. Número de casas legislativas

Variável categórica binária presente no módulo 4 do CSES: *number of legislative chambers* (D3018\_1). A variável original com 2 níveis foi apenas recodificada, onde:

- Bicameralismo = 1
- Unicameralismo = 0

### 2.2.2. Sistema eleitoral

Variável categórica nominal presente no módulo 4 do CSES: *electoral formula in all electoral segments* (D5058). A variável original com 3 categorias foi transformada em uma variável dicotômica opondo sistemas eleitorais simples (SMDP) a sistemas eleitorais complexos, onde:

- Sistemas simples: categoria “majoritário” = 1;
- Sistemas complexos: categoria “proporcional” e “misto” = 0.

Obs: o CSES tomou de Matt Golder a definição dessa variável. Os dados na base do CSES foram checados em GOLDER, Matt. *Democratic Electoral Systems, 1946-2016 dataset (Version 3.0)*.<sup>25</sup> Errata: Filipinas (2016).

### 2.2.3. Estrutura de voto único?

Variável categórica binária construída a partir das informações sobre as eleições disponibilizadas pelo CSES no *codebook part 5: election summaries*.<sup>26</sup> Países com mais de um voto:

- Brasil, Quênia, México (2015), Filipinas, Polônia, Sérvia e EUA: eleições legislativas (câmara baixa e/ou câmara alta) associadas com eleição presidencial e/ou eleições locais;
- Austrália: sistema eleitoral STV;
- Alemanha, Japão, Nova Zelândia e Romênia (2012): sistemas mistos (exceção: Coreia do Sul).

Todos os demais países apresentam apenas um voto por eleição. Codificação da variável final:

- Sim (apenas um voto na eleição) = 1;
- Não (mais de um voto na eleição) = 0.

### 2.2.4. Número efetivo de partidos (ENEP e ENPP)

Variáveis contínuas presentes no módulo 4 do CSES: *effective number of electoral parties* (D5102) e *effective number of parliamentary parties* (D5104). Os dados foram checados

<sup>25</sup> Disponível em: <http://mattgolder.com/elections> (acesso em 09 de julho de 2019).

<sup>26</sup> disponível em:

[https://cses.org/wp-content/uploads/2019/03/cses4\\_codebook\\_part5\\_election\\_summaries.txt](https://cses.org/wp-content/uploads/2019/03/cses4_codebook_part5_election_summaries.txt)

contra GALLAGHER, Michael. *Elections indices*.<sup>27</sup> Eventuais desacordos, considerou-se os dados de Gallagher.

### 2.2.5 Índice de Polarização do Sistema Partidário

Variável contínua desenvolvida originalmente por Dalton. A variável original, calculada com base na percepção média dos eleitores acerca da localização dos partidos na escala esquerda-direita, foi recalculada com base na opinião dos especialistas.<sup>28</sup>

O índice varia entre 0, quando todos os partidos ocupam a mesma posição na escala, e 10, quando todos os partidos ocupam posições extremadas.

Na construção da variável utilizou-se as variáveis D5001\_A à D5001\_I (porcentagem de votos do partido A ao I na câmara baixa) e D5017\_A à D5017\_I (posição do partido A ao I na escala esquerda-direita).

### 2.2.6 Índice de Institucionalização do Sistema Partidário

Variável contínua presente na base de dados do V-Dem: *Party institutionalization index* (*v2xps\_party*). O índice é a somatória entre seis outras variáveis do V-Dem (*v2psorgs*, *v2psprbrch*, *v2psprlnks*, *v2psplats* e *v2pscohesv*) e foi padronizado para variar entre 0 e 1.<sup>29</sup>

## 3. Estatísticas descritivas das variáveis

		Média	Desvio padrão	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	N
<b>Variáveis micro</b>	ICPa	0,499	NA	0,60	0,60	0	1	54812
	ICPe	0,599	NA	0,67	1,00	0	1	55109
	ICPa binário	0,299	NA	0	0	0	1	54812
	ICPe binário	0,333	NA	0	0	0	1	55109
	Escolaridade	0,323	NA	0	0	0	1	60869
	Eficácia	0,679	NA	1	1	0	1	54767
	Gênero	0,478	NA	0	0	0	1	61404
	Renda	2,921	NA	3	2	1	5	46737

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.tcd.ie/Political\\_Science/people/michael\\_gallagher/ElSystems/index.php](https://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/index.php)

<sup>28</sup> Para informações sobre o cálculo do índice ver: <https://cses.org/data-download/download-data-documentation/party-system-polarization-index-for-cses-modules-1-4/>

<sup>29</sup> Para maiores detalhes sobre a construção do índice ver Bizzarro *et al* (2019). Sobre o V-Dem conferir <http://v-dem.net>.

	Partidarismo	0,462	NA	0	0	0	1	57090
<b>Variáveis macro</b>	Casas legislativas	0,514	NA	1	1	0	1	37
	Sist. Eleitoral	0,143	NA	0	0	0	1	35
	Estrutura de voto	0,649	NA	1	1	0	1	37
	ENPP	4,407	2,13	4,39	NA	1,99	13,22	35
	Polarização	3,369	0,77	3,27	NA	2,06	5,07	35
	Institucionalização	0,85	0,15	0,90	NA	0,19	1,00	37

*Nota:* a média das variáveis binárias equivale à proporção da categoria 1 na amostra. NA = não se aplica.

## APÊNDICE B – INFORMAÇÕES SOBRE OS PAÍSES

### Características contextuais

Países	Casas legislativas	Sistema eleitoral	Estrutura de voto	ENPP	Polariza.	Instituci.
Austrália (2013)	1	1	0	3,23	2,51	0,94
Áustria (2013)	1	0	1	4,59	2,96	0,95
Brasil (2014)	1	0	0	13,22	2,29	0,73
Bulgária (2014)	0	0	1	5,06	2,96	0,69
Canadá (2015)	1	1	1	2,50	2,57	0,93
Suíça (2011)	1	0	1	5,57	3,97	0,92
República Tcheca (2013)	1	0	1	6,12	4,69	0,89
Finlândia (2015)	0	0	1	5,84	3,27	0,95
França (2012)	1	-	1	-	4,88	0,95
Alemanha (2013)	1	0	0	3,51	2,67	0,99
Reino Unido (2015)	1	1	1	2,54	3,27	0,93
Grécia (2012)	0	0	1	3,76	4,44	0,86
Grécia (2015)	0	0	1	3,09	4,10	0,88
Hong Kong (2012)	0	0	1	7,75	2,43	0,70
Islândia (2013)	0	0	1	4,42	3,06	0,87
Israel (2013)	0	0	1	7,28	3,12	0,91
Japão (2013)	1	0	0	2,26	-	0,81
Quênia (2013)	1	1	0	5,16	2,57	0,60
Letônia (2011)	0	0	1	4,52	3,24	0,75
México (2012)	1	0	0	3,30	2,71	0,91
México (2015)	1	0	1	5,72	2,88	0,91
Montenegro (2012)	0	0	1	3,18	5,07	0,83
Nova Zelândia (2011)	0	0	0	2,98	3,53	0,93
Nova Zelândia (2014)	0	0	0	2,96	3,49	0,93
Noruega (2013)	0	0	1	4,39	4,25	0,98
Filipinas (2016)	1	0	0	5,43	2,23	0,19
Polônia (2011)	1	0	0	3,00	3,64	0,91
Portugal (2015)	0	0	1	2,86	3,28	0,93
Romênia (2012)	1	0	0	2,12	3,23	0,83
Romênia (2014)	1	-	1	-	-	0,86
Sérvia (2012)	0	0	0	4,87	2,06	0,71
Eslováquia (2016)	0	0	1	5,67	3,26	0,81
Eslovênia (2011)	1	0	1	4,73	3,52	0,81
Coréia do Sul (2012)	0	0	1	2,28	4,07	0,90
Suécia (2014)	0	0	1	4,99	3,49	1,00
Turquia (2015)	0	0	1	3,13	4,15	0,86
Estados Unidos (2012)	1	1	0	1,99	4,07	0,92

*Nota:* Sistema eleitoral e ENEPP: dados não disponíveis para França e Romênia (2014) pois se trata de eleições presidenciais. Índice de Polarização: calculado para a França com dados da eleição presidencial; sem dados para Japão e Romênia (2014).



### Conhecimento político

Países	ICPa	ICPe	i1	i2	i3	i4	i5
Austrália (2013)	0,626	0,643	0,557	0,641	0,614	0,506	0,697
Áustria (2013)	0,665	0,747	0,779	0,503	0,900	0,583	0,562
Brasil (2014)	0,219	0,283	0,342	0,137	0,164	0,090	0,297
Bulgária (2014)	0,440	0,602	0,277	0,168	0,704	0,226	0,826
Canadá (2015)	0,695	0,753	0,582	0,593	0,871	0,589	0,774
Suíça (2011)	0,626	0,649	0,533	0,524	0,478	0,611	0,882
República Tcheca (2013)	0,505	0,695	0,574	0,245	0,781	0,196	0,729
Finlândia (2015)	0,580	0,701	0,699	0,294	0,761	0,500	0,643
França (2012)	0,539	0,682	0,528	0,424	0,632	0,223	0,882
Alemanha (2013)	0,671	0,863	0,877	0,346	0,942	0,419	0,770
Grã Bretanha (2015)	0,609	0,785	0,792	0,256	0,817	0,420	0,733
Grécia (2012)	0,641	0,788	0,677	0,355	0,879	0,487	0,808
Grécia (2015)	0,762	0,956	0,949	0,166	0,976	0,764	0,944
Hong Kong (2012)	0,534	0,524	0,852	0,450	0,121	0,612	0,580
Islândia (2013)	0,543	0,675	0,598	0,312	0,706	0,380	0,720
Israel (2013)	0,589	0,703	0,682	0,289	0,826	0,539	0,599
Japão (2013)	0,501	0,569	0,582	0,388	0,592	0,409	0,532
Quênia (2013)	0,406	0,558	0,301	0,086	0,746	0,265	0,556
Letônia (2011)	0,381	0,533	0,381	0,132	0,724	0,171	0,493
México (2012)	0,124	0,163	0,052	0,093	0,191	0,043	0,240
México (2015)	0,255	0,319	0,439	0,169	0,317	0,149	0,200
Montenegro (2012)	0,414	0,492	0,453	0,114	0,734	0,469	0,221
Nova Zelândia (2011)	0,643	0,805	0,853	0,332	0,868	0,472	0,687
Nova Zelândia (2014)	0,686	0,806	0,857	0,391	0,853	0,616	0,696
Noruega (2013)	0,699	0,778	0,746	0,556	0,716	0,605	0,871
Filipinas (2016)	0,155	0,164	0,231	0,138	0,036	0,144	0,224
Polônia (2011)	0,432	0,576	0,465	0,356	0,836	0,077	0,426
Portugal (2015)	0,532	0,749	0,593	0,196	0,877	0,219	0,776
Romênia (2012)	0,296	0,426	0,248	0,148	0,688	0,050	0,343
Romênia (2014)	0,389	0,566	0,342	0,192	0,868	0,052	0,481
Sérvia (2012)	0,424	0,464	0,437	0,164	0,564	0,565	0,390
Eslováquia (2016)	0,416	0,481	0,384	0,338	0,442	0,285	0,604
Eslovênia (2011)	0,543	0,647	0,593	0,413	0,754	0,332	0,562
Coréia do Sul (2012)	0,603	0,620	0,382	0,229	0,807	0,929	0,670
Suécia (2014)	0,776	0,904	0,929	0,529	0,899	0,639	0,885
Turquia (2015)	0,541	0,757	0,586	0,173	0,850	0,261	0,834
Estados Unidos (2012)	0,336	0,375	0,278	0,444	0,416	0,112	0,429
Média	0,508	0,616	0,552	0,305	0,674	0,379	0,610

*Nota:* os dados dos índices se referem ao score médio. Os dados dos indicadores isolados se referem à proporção de acertos à pergunta.

## APÊNDICE C – SCRIPT DOS MODELOS MULTINÍVEIS

```
#PACOTES
```

```
library(haven)
```

```
library(multilevel)
```

```
# COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO INTRACLASSE
```

```
#importação e junção de bancos de dados
```

```
completo1 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/completo_nivel  
1.sav")
```

```
View(completo1)
```

```
completo2 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/completo_nivel  
2.sav")
```

```
View(completo2)
```

```
completo <- merge(completo1, completo2, by = "idp")
```

```
save(completo, file = "completo.RData")
```

```
View(completo)
```

```
#modelo nulo com intercepto variável
```

```
Null.completo <- lme(cp_a~1, random = ~1|idp, data = completo, control = list(opt="optim"),  
na.action = na.omit)
```

```
summary(Null.completo)
```

```
VarCorr(Null.completo)
```

```
#ICC (variâncias)
```

```
0.027/(0.027+0.067)
```

```
#modelo nulo com intercepto fixo
```

```
Null.gls.completo <- gls(cp_a~1, data = completo, control = list(opt="optim"),  
na.action=na.omit)
```

```
summary(Null.gls.completo)
```

```
#significância do modelo nulo com intercepto variável em relação ao com intercepto fixo
```

```
logLik(Null.gls.completo)*-2
```

```
logLik(Null.completo)*-2
```

```
anova(Null.gls.completo, Null.completo)
```

```
#NÚMERO DE CASAS LEGISLATIVAS
```

```
#importação e junção de bancos de dados
```

```
nivel1 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/nivel1.sav")
```

```
View(nivel1)
```

```
leg2 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/leg2.sav")
```

```
View(leg2)
```

```
leg <- merge(nivel1, leg2, by = "idp")
```

```
save(leg, file = "leg.RData")
```

```
View(leg)
```

```
leg.miss <- na.omit(leg)
```

```
View(leg.miss)
```

```
#modelo nulo com intercepto variável
```

```
Null.leg <- lme(cp_a~1, random = ~1|idp, data = leg.miss, control = list(opt="optim"),
  na.action = na.omit)
```

```
summary(Null.leg)
```

```
VarCorr(Null.leg)
```

```
#modelo incremental (inclinações fixas)
```

```
Model1.leg <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+leg, random = ~1|idp,
```

```
  data = leg, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
```

```
summary(Model1.leg)
```

```
VarCorr(Model1.leg)
```

```
#significância do modelo incremental comparado ao modelo nulo
```

```
logLik(Model1.leg)*-2
```

```
anova(Null.leg, Model1.leg)
```

```
#variância explicada em relação ao modelo nulo
```

```
1-(0.058/0.065) #intra grupos (resíduos: com preditores/sem preditores-nulo)
```

```
1-(0.019/0.027) #entre grupos (intercepto)
```

```
#modelo com inclinações variáveis
```

```
Model2.leg <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+leg, random = ~edu+efi|idp,
```

```
data = leg, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
```

```
summary(Model2.leg)
```

```
VarCorr(Model2.leg)
```

```
#significância do modelo de inclinações variáveis comparado ao de inclinações fixas
```

```
logLik(Model2.leg)*-2
```

```
anova(Model1.leg, Model2.leg)
```

```
#modelo cross-level (interações micro-macro)
```

```
Model3.leg <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+leg+edu:leg+efi:leg, random = ~1|idp,
```

```
data = leg, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
```

```
summary(Model3.leg)
```

```
VarCorr(Model3.leg)
```

```
#significância do modelo de interações comparado ao de inclinações fixas
```

```
logLik(Model3.leg)*-2
```

```
anova(Model1.leg, Model3.leg)
```

```
#SISTEMA ELEITORAL
```

```

#importação e junção de bancos de dados
nivel1 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/nivel1.sav")
View(nivel1)
elei2 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/elei2.sav")
View(elei2)
elei <- merge(nivel1, elei2, by = "idp")
save(elei, file = "elei.RData")
View(elei)
elei.miss <- na.omit(elei)
View(elei.miss)

#modelo nulo com intercepto variável
Null.elei <- lme(cp_a~1, random = ~1|idp, data = elei.miss, control = list(opt="optim"),
               na.action = na.omit)
summary(Null.elei)
VarCorr(Null.elei)

#modelo incremental (inclinações fixas)
Model1.elei <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+elei+estru, random = ~1|idp,
                 data = elei, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
summary(Model1.elei)
VarCorr(Model1.elei)

#significância do modelo de inclinações fixas comparado ao modelo nulo
logLik(Model1.elei)*-2
anova(Null.elei, Model1.elei)

#variância explicada em relação ao modelo nulo
1-(0.058/0.065) #intra grupos (resíduos: com preditores/sem preditores-nulo)
1-(0.019/0.027) #entre grupos (intercepto)

```

```

#modelo com inclinações variáveis
Model2.elei <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+elei+estru, random = ~edu+efi|idp,
  data = elei, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
summary(Model2.elei)
VarCorr(Model2.elei)

#significância do modelo de inclinações variáveis comparado ao de inclinações fixas
logLik(Model2.elei)*-2
anova(Model1.elei, Model2.elei)

#modelo cross-level (interações micro-macro)
Model3.elei <- lme(cp_a ~
  edu+efi+sex+parti+elei+estru+edu:elei+edu:estru+efi:elei+efi:estru, random = ~1|idp,
  data = elei, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
summary(Model3.elei)
VarCorr(Model3.elei)

#significância do modelo de interações comparado ao de inclinações variáveis
logLik(Model3.elei)*-2
anova(Model1.elei, Model3.elei)

#valores previstos e gráfico de interação
TDAT.elei.efi<-data.frame(efi=c(0,0,1,1),
  sex=c(1,1,1,1),
  edu=c(1,1,1,1),
  parti=c(1,1,1,1),
  elei=c(1,1,1,1),
  estru=c(0,1,0,1))
predict(Model3.elei,TDAT.elei.efi,level=0)
TDAT.elei.efi$cp_a<-predict(Model3.elei,TDAT.elei.efi,level=0)
with(TDAT.elei.efi,interaction.plot(efi,estru,cp_a, legend=F,xlab="Eficácia política",

```

```
ylab="Média em ICPa",
main="Interação entre eficácia e estrutura de voto único"))
```

## #SISTEMAS PARTIDÁRIOS

```
#importação e junção de bancos de dados
```

```
nivel1 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/nivel1.sav")
```

```
View(nivel1)
```

```
parti2 <- read_sav("C:/Users/joaog/OneDrive/Tese/Tese enfim/Completo/parti2.sav")
```

```
View(parti2)
```

```
parti <- merge(nivel1, parti2, by = "idp")
```

```
save(parti, file = "parti.RData")
```

```
View(parti)
```

```
parti.miss <- na.omit(parti)
```

```
View(parti.miss)
```

```
#modelo nulo com intercepto variável
```

```
Null.parti <- lme(cp_a~1, random = ~1|idp, data = parti.miss, control = list(opt="optim"),
na.action = na.omit)
```

```
summary(Null.parti)
```

```
VarCorr(Null.parti)
```

```
#modelo incremental (inclinações fixas)
```

```
Model1.parti <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+neppc+polc+instic, random = ~1|idp,
data = parti, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
```

```
summary(Model1.parti)
```

```
VarCorr(Model1.parti)
```

```
#significância do modelo de inclinações fixas comparado ao modelo nulo
```

```
logLik(Model1.parti)*-2
```

```

anova(Null.parti, Model1.parti)

#variância explicada em relação ao modelo nulo
1-(0.058/0.067) #intra grupos (resíduos: com preditores/sem preditores-nulo)
1-(0.018/0.027) #entre grupos (intercepto)

#modelo com inclinações variáveis
Model2.parti <- lme(cp_a ~ edu+efi+sex+parti+neppc+polc+instic, random = ~edu+efi|idp,
                  data = parti, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
summary(Model2.parti)
VarCorr(Model2.parti)

#significância do modelo de inclinações variáveis comparado ao de inclinações fixas
logLik(Model2.parti)*-2
anova(Model1.parti, Model2.parti)

#modelo cross-level (interações micro-macro)
Model3.parti <- lme(cp_a ~
edu+efi+sex+parti+edu:neppc+edu:polc+edu:instic+efi:neppc+efi:polc+efi:instic, random =
~1|idp,
                  data = parti, na.action=na.omit, control = list(opt="optim"))
summary(Model3.parti)
VarCorr(Model3.parti)

#significância do modelo de interações comparado ao de inclinações variáveis
logLik(Model3.parti)*-2
anova(Model1.parti, Model3.parti)

```